

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ANADIR DOS REIS MIRANDA**

**MARY WOLLSTONECRAFT E A REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES  
DO PENSAMENTO LIBERAL E DEMOCRÁTICO A RESPEITO DOS  
DIREITOS FEMININOS (1759-1797)**

**CURITIBA  
2010**

**ANADIR DOS REIS MIRANDA**

**MARY WOLLSTONECRAFT E A REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES  
DO PENSAMENTO LIBERAL E DEMOCRÁTICO A RESPEITO DOS  
DIREITOS FEMININOS (1759-1797)**

**Dissertação apresentada à linha de pesquisa  
Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e  
sentimento na História, Programa de Pós-  
Graduação em História, Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
História.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Vosne  
Martins.**

**CURITIBA  
2010**

Catálogo na publicação  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Miranda, Anadir dos Reis

Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759-1797/ Anadir dos Reis Miranda. – Curitiba, 2010.  
155 f.

Orientadora: Profª.Drª. Ana Paula Wosne Martins  
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Wollstonecraft, Mary, 1759-79. 2. Direitos das mulheres.  
3. Mulheres – relações de gênero. I. Título.

CDD 305.4

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que de alguma maneira ou de outra contribuíram para que essa dissertação se realizasse. Em especial à professora Ana Paula Vosne Martins, pela sua dedicação e comprometimento admiráveis. Mais do que uma professora e orientadora, considero-a uma mentora, cuja paixão pela história das mulheres me contagiou de forma irrestrita e irrevogável.

Um agradecimento especial também ao meu esposo Ubiratã, com quem compartilhei todos os momentos do processo, bons e ruins. Seu apoio se mostrou fundamental.

Agradeço também as críticas e sugestões das professoras Andréa Doré e Roseli Terezinha Boschilia, que participaram da minha banca de qualificação.

Um último agradecimento ao meu amigo, companheiro de estudos, Fábio Augusto Scarpim.

## RESUMO

Esta dissertação é um estudo dos discursos produzidos pela pensadora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) sobre a emancipação das mulheres na sociedade setecentista. Escritora reconhecida na Europa e nos Estados Unidos em finais do século XVIII, participante ativa dos círculos radicais e dissidentes ingleses, defensora dos ideários iluministas e radicais, Wollstonecraft contribuiu significativamente com o debate que se desenvolveu a respeito da igualdade de direitos na nascente sociedade democrática e liberal. Ao longo de suas obras ela delineou reflexões críticas sobre o estatuto social e político das mulheres naquele contexto, que desembocaram numa problematização bastante coerente sobre os limites do pensamento liberal e democrático em relação aos direitos femininos. A análise contextualizada de algumas obras desta autora nos permitiu delinear o desenvolvimento e a fundamentação das suas concepções sobre a desigualdade social fundamentada no gênero. Nosso principal intuito foi recuperar as experiências desta pensadora pouco conhecida fora dos círculos de estudos feministas, sublinhando a importância de se conhecer suas ideias para se alcançar uma visão mais completa e crítica do debate filosófico e político que delineou os fundamentos das relações de gênero na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Wollstonecraft, liberalismo, democracia, direitos, igualdade.

## ABSTRACT

This dissertation is a study of the discourses produced by the English thinker Mary Wollstonecraft (1759-1797) on the emancipation of women in eighteenth-century society. Writer recognized in Europe and the United States in the late eighteenth century, active participant in dissident and radical circles of England, defender of the Enlightenment and radical ideologies, Wollstonecraft contributed significantly to the debate that developed the respect for equal rights in the nascent democratic society and liberal. Throughout her works she outlined critical reflections on social and political status of women in that context, that led to a fairly consistent questioning about the limits of liberal and democratic in relation to women`s rights. The contextualized analysis of some works of this author has allowed us to delineate the development and justification of his views on social inequality based on gender. Our main aim was to recover the experiences of this thinker little known outside the circles of feminist studies, stressing the importance of knowing your ideas to achieve a more complete and critical philosophical and political debate that outlined the basics of gender relations in society contemporary.

Key-words: Wollstonecraft, liberalism, democracy, rights and equality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 O DEBATE SOBRE A IGUALDADE DOS SEXOS NO SÉCULO DAS LUZES</b> .....	24
1.1 OS FUNDAMENTOS DA IGUALDADE.....	24
1.2 DISCURSOS ILUMINISTAS SOBRE O FEMININO: DELIMITAÇÕES.....	37
1.3 DIREITOS, CIDADANIA E REVOLUÇÃO: A EXCLUSÃO DAS MULHERES.....	51
1.4 VOZES DISSONANTES.....	58
<b>2 TRAJETÓRIA DE UMA ESCRITORA NO SÉCULO XVIII</b> .....	66
2.1 EXISTÊNCIA FEMININA: AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES.....	68
2.2 CÍRCULOS DISSIDENTES E RADICAIS INGLESES: POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO.....	75
<b>3 SOBRE A SUJEIÇÃO DAS MULHERES</b> .....	102
3.1 ESCRITA E EXPERIÊNCIA.....	102
3.1.1 Entre experiências, paradoxos e reflexões.....	112
3.2 A EDUCAÇÃO FEMININA.....	113
3.3 LITERATURA ENDEREÇADA ÀS MULHERES.....	132
<b>CONCLUSÃO</b> .....	150
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	154

## INTRODUÇÃO

Os ideais de igualdade, liberdade e autonomia povoam o imaginário da maior parte dos indivíduos que vivem nas sociedades liberais e democráticas contemporâneas. São a estes ideários que eles recorrem para legitimar seus direitos jurídicos e políticos e para reivindicar reformas sociais. O discurso corrente, de que esta configuração social é a mais lógica e justa, porque condizente com as necessidades e a opinião da maioria, também encontra justificativa em tais conceitos. E é com base em tal de pensamento que assistimos, já há alguns séculos, à imposição desse modelo de sociedade a outras, consideradas incoerentes e ultrapassadas.

Fatos como o de essa organização social se fundamentar num pensamento que foi formulado ao longo do período moderno, no interior de um processo de naturalização e racionalização da sociedade e da cultura, ou de que o ideal de indivíduo é uma abstração produzida pelos teóricos políticos daquela época, é do conhecimento de uns poucos, particularmente daqueles que se debruçam sobre o estudo da filosofia ou teoria política. Mas mesmo estes, majoritariamente, parecem evitar trazer à tona as incoerências e os paradoxos presentes no pensamento liberal e democrático, como que receosos em explicitar as “deficiências” sobre as quais nossa sociedade se estrutura.<sup>1</sup>

Muitos grupos sociais, entretanto, desde o surgimento da sociedade civil, não puderam deixar de explicitar os limites da democracia e do liberalismo. Foram principalmente mulheres e negros que, ao reivindicar e lutar por seu reconhecimento como sujeitos de direito, puseram em relevo as incongruências de uma organização social que desde seu nascimento tem se amparado no princípio da igualdade de direitos universal, mas, paradoxalmente, tem excluído a maior parte da humanidade do exercício ativo da cidadania.

A conquista tardia do sufrágio feminino<sup>2</sup>, em diferentes países ocidentais, ilustra as discrepâncias entre a teoria e a prática democrática. As francesas, por exemplo, tiveram de esperar mais de cento e cinquenta anos após a Revolução Francesa para serem cidadãs no pleno gozo de seus direitos. As americanas só passaram a ter total direito ao voto a partir de

---

<sup>1</sup> Não nos esqueçamos, entretanto, dos estudos da pós-modernidade, do pós-colonialismo e das teóricas feministas, que problematizaram muitas das contradições e abstrações do pensamento moderno, tais como o conceito de indivíduo, o ideal de igualdade, a relação entre sujeito e objeto de conhecimento, os limites do conhecimento científico, a teoria do contrato, entre outros.

<sup>2</sup> É importante ressaltar que ao utilizar o termo feminino em nosso trabalho, referimo-nos a modelos de sexualidade e comportamento impostos social e culturalmente às mulheres e não, a características sexuais inatas.



1910<sup>3</sup> e as inglesas, a partir de 1928. No Brasil o voto feminino só foi consagrado na Constituição de 1934. É importante sublinhar que esse direito não foi conquistado sem uma significativa mobilização das mulheres, mediante um dos movimentos políticos mais abrangentes do século XX. De acordo com Alves e Pitanguy, a luta pelo sufrágio feminino abrangeu mulheres de todas as classes, prolongando-se nos Estados Unidos e na Inglaterra por sete décadas e no Brasil, por quarenta anos, a contar da Constituinte de 1891. Nos momentos de maior intensidade das campanhas, esse movimento mobilizou até dois milhões de mulheres.<sup>4</sup>

Os negros também não eram considerados cidadãos. O Parlamento britânico só votou pelo fim da participação no tráfico de escravos em 1807 e decidiu em 1833 abolir a escravidão nas colônias britânicas. A história dos Estados Unidos foi mais sombria porque a Convenção Constitucional de 1787 não concedeu ao governo federal o controle sobre a escravidão. Apesar de o Congresso ter também votado a proibição da importação de escravos em 1807, os Estados Unidos só aboliram oficialmente a escravidão em 1865, quando a 13ª emenda da Constituição foi ratificada. Na França e em suas colônias as coisas aconteceram mais rapidamente, mas não de forma pacífica e consonante com a teoria de direitos que fundamentava a Revolução. Apesar de a França ter sido a primeira a conceder direitos políticos aos negros livres (1792) e emancipar os escravos (1794), Hunt chama a atenção para o fato de que esse pioneirismo só foi possível devido à potente combinação entre teoria (declaração dos direitos) e prática (rebeliões escravas), as quais guiaram as mãos dos legisladores.<sup>5</sup>

Como explicar essas discrepâncias? Por que negros e mulheres não foram incorporados na categoria de humanidade responsável, tendo que lutar por seus direitos? Não eram considerados indivíduos pensantes? E se não, como eram definidos? Ou ainda, como a sociedade democrática e liberal manteve sua legitimidade, apesar de tais incoerências?

Para responder a tais questões, precisamos voltar nosso olhar para o século XVIII, contexto de surgimento da nascente sociedade civil. Foi nesse período que os ideais de igualdade e liberdade, erigidos pelo pensamento iluminista, foram contrapostos às hierarquias de nascimento e aos privilégios tradicionais, possibilitando a emergência da moderna

---

<sup>3</sup> Nos Estados Unidos a adesão ao sufrágio feminino variou de estado para estado, sendo o primeiro a adotá-lo o estado do Colorado, em 1896, e o último, o de Washington, em 1910. (GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 32)

<sup>4</sup> ALVES, Branca M. e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. p. 44.

<sup>5</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras: 2009. p. 161-164.

sociedade democrática e liberal. Foi nessa época que se fortaleceu a ideia de que os seres humanos, por serem igualmente dotados de razão, deveriam ser portadores dos mesmos direitos, capazes de opinar e decidir sobre o que é mais adequado para eles mesmos. Mas foi também no Século das Luzes que os discursos que legitimaram a exclusão das mulheres dos ideais de cidadania foram produzidos no interior de um intenso debate, contribuindo para mantê-las como sujeitos tutelados nas democracias contemporâneas, pelo menos até o início do século XX. Foram os pensadores ilustrados, defensores ardorosos do ideário de igualdade, críticos argutos dos preconceitos tradicionais e das hierarquias arbitrárias, que defenderam em sua maioria a ideia de uma natureza feminina separada e inferior.<sup>6</sup> Os discursos racialistas, que se disseminaram ao longo do século XIX (utilizando a autoridade da ciência para legitimar desigualdades humanas<sup>7</sup>), também foram herdeiros do contexto setecentista. Dentro do quadro do republicanismo revolucionário, o apelo por direitos só poderia ser controlado, interdito a certos grupos sociais, com a comprovação de desigualdades naturais. As comunidades científicas responderam a esse desafio com um intenso escrutínio de corpos humanos, gerando incontáveis exemplos de diferenças indeléveis entre eles, que fundamentaram e legitimaram as teorias racialistas e também as sexistas. Interessante comentar como tais movimentos eram análogos. Segundo Schiebinger, ambos os discursos consideravam mulheres e não europeus como desvios da norma masculina europeia, desenvolveram novos métodos para avaliar e discutir as diferenças, delinearam justificativas naturais para legitimar desigualdades sociais entre as “raças” e os “sexos”.<sup>8</sup>

Não há como negar que a reafirmação de hierarquias e desigualdades foi hegemônica nesse período, entretanto, ela enfrentou oposições e resistências. Muitos filósofos e pensadores, influenciados pelo contexto de efervescência da ideia de igualdade e das críticas à *Velha Ordem*, incomodados com as incoerências de uma igualdade que era idealizada como universal, mas que na realidade era excludente e limitada, estabeleceram um posicionamento crítico dentro da própria tradição racionalista e liberal.

---

<sup>6</sup> Entre esses podemos destacar Jean Jacques Rousseau e Denis de Diderot, cujos escritos sobre o feminino representam o posicionamento majoritário entre os filósofos iluministas.

<sup>7</sup> Segundo Todorov, o racismo floresce a sombra da ciência, pois dela toma emprestado o espírito determinista e leva-o ao extremo. O determinismo inexorável da raça: eis o traço partilhado por teorias racialistas distintas sob outros aspectos, como as de Gobineau, de Renan e Taine. O indivíduo é impotente em face da raça, seu destino é decidido por seus ancestrais e os esforços dos educadores são em vão. A partir dessa certeza “científica” o racismo chega a um conjunto de preceitos referentes à vida prática, pois a moral deve se submeter à ciência - a menos que esta produza uma moralidade superior. E esses preceitos serão finalmente reverenciados à maneira dos dogmas religiosos. (TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p. 169-170).

<sup>8</sup> SCHIEBINGER, Londa. *Nature's Body: Sexual Politics and Making of Modern Science*. London: Harper Collins Publishers, 1993. p. 144.

A escritora inglesa Mary Wollstonecraft integra o grupo de pensadores<sup>9</sup> que questionou os paradoxos e os limites do pensamento liberal e democrático, particularmente no que diz respeito às mulheres. Participante ativa dos círculos dissidentes e radicais ingleses, defensora dos ideais iluministas e radicais, Wollstonecraft contribuiu significativamente para o debate que estava em curso no século XVIII a respeito do estatuto social e político das mulheres.

Era majoritária entre os pensadores do século XVIII a crença de que as mulheres pareciam ser incapazes de participar da nova ordem social. Afirmava-se que elas não possuíam entendimento suficiente, que a sua razão era inferior à dos homens. Elas não eram consideradas indivíduos autônomos, pois necessitavam da tutela masculina para sobreviver. Além disso, elas eram vistas como seres fúteis, que se preocupavam exclusivamente com sua aparência e com as relações com o sexo oposto. Enfim, definidas como seres tão dependentes e artificiais, não se concebia que teriam autonomia e entendimento necessários para participar ativamente da nova configuração social e política.

Wollstonecraft concordava que as mulheres pareciam ser incapazes de ter uma participação ativa na nova ordem social, mas diferente da maioria dos pensadores atribuía sua incapacidade cívica ao tratamento desigual e opressivo imposto pela sociedade. Ao questionar a exclusão das mulheres dos ideários liberais e democráticos, explicando-a como fruto da experiência histórica e social, Wollstonecraft se contrapôs aos discursos hegemônicos que encaravam a inferioridade feminina como natural, tornando-se assim uma tenaz defensora da igualdade entre os sexos.

Não podemos deixar de perguntar, dessa forma, como essa autora problematizou os limites e os paradoxos do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos e de que forma ela articulou essa reflexão às suas concepções sobre a desigualdade social fundamentada no gênero. Para responder a essa questão, analisamos algumas de suas obras, particularmente aquelas em que ela expõe suas ideias sobre a condição feminina na sua época.

Mary Wollstonecraft foi uma escritora bastante prolífica e eclética, produzindo tratados pedagógicos, romances, obras de caráter político e filosófico. O que não deixa de causar certo estranhamento, pelo fato de ter feito isso num período em que o ofício das letras era considerado como mais adequado aos homens. Além disso, também é surpreendente o

---

<sup>9</sup> Além de Wollstonecraft, também questionaram os limites e paradoxos do pensamento liberal e democrático, ainda no século XVIII, a revolucionária francesa Olympe de Gouges e os iluministas Helvétius e Condorcet, para citar somente os mais conhecidos.

fato de ela ter conseguido problematizar a situação das mulheres num contexto em que todos, inclusive as próprias mulheres, encaravam a “inferioridade” feminina como natural.

Naquele contexto as mulheres viviam quase exclusivamente sob a tutela do pai ou do marido, pois raramente lhes era permitido exercer qualquer profissão ou receber qualquer tipo de educação que lhes propiciassem ir além das atividades de esposa e mãe.<sup>10</sup> Entretanto, muitas mulheres da classe média inglesa como Wollstonecraft, por exemplo, tiveram a oportunidade de transitar em espaços de sociabilidade que lhes possibilitaram exercer atividades e entrar em contato com saberes tradicionalmente interditos ao feminino.<sup>11</sup> Referimo-nos aos círculos radicais e dissidentes ingleses.<sup>12</sup> Ambos se configuravam como locais de conversação, de debates e de produção intelectual, nos quais podiam participar tanto homens quanto mulheres. Nesses ambientes se delinearam relações mais igualitárias entre os gêneros, pautadas na amizade, nos interesses, nos conhecimentos e nos ideais em comum.<sup>13</sup>

Podemos afirmar que esses círculos apresentavam muitas similaridades com os salões franceses. Em seu artigo “Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas”, a historiadora Ana Paula Vosne Martins analisa os salões iluministas franceses como espaços culturais nos quais as distâncias sociais de gênero foram reduzidas em favor de uma sociabilidade marcada pela cultura, pela civilidade e principalmente pela amizade. Espaços nos quais a graça, o talento e o cultivo do espírito, mais do que o nascimento e o gênero, distinguiam os indivíduos que o compunham. Nesses ambientes homens e mulheres formavam uma sociedade seleta de iguais, que cultivavam o ideal de uma nova humanidade, fundada na razão, na sensibilidade e na transgressão das hierarquias. Segundo Martins, os salões franceses forneceram os modelos para outros salões criados no final do século XVIII na Alemanha e na Inglaterra. Esses espaços variavam conforme o meio cultural, mas em todos se nota a importância das mulheres não como simples anfitriãs, mas como indivíduos capazes, eloquentes, inteligentes e espirituosos, que

---

<sup>10</sup> PORTER, Roy. *England in the Eighteenth Century*. Harvard University Press: 1998. p. 24-35.

<sup>11</sup> MELLOR, Anne K. “Mary Wollstonecraft’s A Vindication of the Rights of Woman and the women writers of her day”. In: JOHNSON, Cláudia L. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 143-155.

<sup>12</sup> Os círculos dissidentes Unitários frequentados por Wollstonecraft na sua juventude, por exemplo, defendiam o papel das mulheres como moralizadoras, fazendo com que os unitaristas fossem bastante sérios e ativos em relação à educação das meninas. Também valorizavam a escrita feminina, desde que restrita a romances e manuais pedagógicos, pois seu intuito era disseminar normas de comportamento às mulheres. (BURDIEL, I. “Introducción”. In: WOLLSTONECRAFT, M. *Vindicación de los Derechos de la Mujer*. Madri: Ediciones Cátedra, 2000. p. 31)

<sup>13</sup> TOMALIN, C. *Vida y Muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona: Montesinos, 1993. p. 55 e 101.

conseguem agregar outros indivíduos com as mesmas qualidades em torno de um ideal de sociabilidade culta, amistosa e prazerosa.<sup>14</sup>

Nos círculos ingleses, por exemplo, as mulheres não possuíam o mesmo papel de destaque que nos franceses. Não cabia a elas serem as anfitriãs, mecenas dos filósofos e artistas, mas muito próximo ao fenômeno francês, observa-se que nesses ambientes as mulheres participaram dos debates eruditos e aprimoraram sua educação. E se no contexto francês as mulheres puderam expressar suas ideias por meio da numerosa correspondência trocada entre aqueles pares,<sup>15</sup> no contexto inglês elas puderam fazê-lo de forma mais efetiva, mediante a publicação de seus escritos. Não nos esqueçamos, por fim, que os círculos dissidentes e radicais foram os principais espaços de propagação dos ideários iluministas e liberais na Inglaterra, assim como o foram os salões na França.

Como outras mulheres que participaram desses círculos na Inglaterra, Wollstonecraft conseguiu ter uma sólida e significativa formação intelectual, passando a se consolidar como uma pensadora iluminista e racionalista, defensora dos ideais de igualdade, de liberdade e de autonomia propostos por essa corrente filosófica.<sup>16</sup> Além disso, amparada na visão crítica que desenvolveu sobre a sociedade estabelecida ao entrar em contato com tais conhecimentos, estendeu essa reflexão à sua própria experiência de vida e, conseqüentemente, para pensar sobre a condição feminina na sua época.

Nesse sentido, além de analisar sua participação nos círculos radicais e dissidentes, também se fez necessário pesquisar sua trajetória pessoal. Foi fundamental, por exemplo, investigar fatos como o de não ter conseguido casar-se quando jovem devido à falta de um dote, ou de enfrentar muitas dificuldades financeiras por ser solteira e sem opções de trabalho, ou de assistir a relacionamentos conflituosos prejudiciais às mulheres, como os de seus pais e o de uma das suas irmãs. Essas experiências levaram Wollstonecraft a desenvolver uma atitude inconformista em relação à condição de vida das mulheres. Posteriormente, os conhecimentos adquiridos nos círculos radicais e dissidentes a instrumentalizaram intelectualmente para desenvolver uma explicação mais elaborada e consciente a respeito de suas inquietações sobre a existência feminina na sua época. É nesse contexto que ela começou

---

<sup>14</sup> MARTINS, A. P. V. "Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas". *História: Questões e Debates*, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 25, n. 46, jan./jun. 2007. p. 66.

<sup>15</sup> De acordo com Martins, a prática epistolar se disseminou largamente entre os frequentadores dos salões franceses. A troca de cartas representava a continuidade, o registro material da palavra falada dos encontros semanais entre homens e mulheres unidos pelo vínculo amistoso. (Idem, p. 62).

<sup>16</sup> Referimo-nos a escritoras como Mary Hays, Hannah More, Maria Edgeworth e Anna L. Barbauld, participantes dos mesmos círculos intelectuais que Wollstonecraft. Todas elas também discutiram em seus escritos o estatuto social e político das mulheres. (MELLOR, op. cit., p. 141-159).

a vislumbrar o caráter social do problema. Segundo Burdiel, era característico em Wollstonecraft sua capacidade e insistência em pensar a si mesma tentando transcender-se, buscando uma explicação pública para suas experiências privadas.<sup>17</sup> Diferente da tradição filosófica predominante, que valorizava o mundo das ideias e das abstrações, Wollstonecraft, aliando-se à filosofia experimental de seu conterrâneo, John Locke, partia da experiência para a reflexão. Pensamos que esse diferencial foi o que lhe permitiu empreender uma reflexão extremamente crítica e coerente sobre a opressão feminina e, conseqüentemente, perceber as ambigüidades e as armadilhas das idealizações presentes no pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos das mulheres.

Nosso intuito, ao analisar as obras nas quais ela expõe suas reflexões sobre a condição feminina, foi analisar esse processo de desvelamento. Foi compreender como uma trajetória individual singular tornou possível o despertar de uma consciência crítica em relação a um modelo social e cultural de “ser mulher”, ratificado e legitimado por um sistema de valores e costumes arraigados naquele contexto.

Dentre os inúmeros livros produzidos pela autora, consideramos fundamentais para a compreensão dessa problemática seu texto pedagógico *Thoughts on the Education of Daughters* (1787); seus dois romances, *Mary, a Fiction* (1788) e *Maria, the Wrongs of Woman* (1798) e o seu conhecido e comentado *Vindication of Rights of the Woman* (1792). A análise contextualizada dessas obras, tanto em relação à época em que elas foram produzidas, quanto em relação aos contextos específicos que influenciaram a formação de cada uma delas, nos possibilitou delinear a trajetória e a fundamentação das ideias de Wollstonecraft sobre a opressão social e cultural que limitava as mulheres e, conseqüentemente, restringia-lhes a participação ativa nas nascentes sociedades civis.

Percebemos, assim, que a crítica empreendida por Wollstonecraft aos limites e paradoxos do pensamento iluminista e liberal a respeito dos direitos femininos foi resultante de uma reflexão mais ampla, foi o ponto culminante de um processo de desvelamento e de crítica em relação a um modelo social e cultural de feminilidade. Nesse sentido, para compreendermos seu posicionamento e a fundamentação de suas ideias utilizamos ferramentas teóricas que nos possibilitaram problematizar esse processo, de forma a entender como se constrói a subjetividade feminina, se este processo ocorre de forma homogênea ou não e se há possibilidades de se contrapor às delimitações impostas pela cultura e pela sociedade.

---

<sup>17</sup> BURDIEL, op. cit., p. 28.

Essas premissas justificaram nossa escolha em nos amparar na teoria de gênero. Tal posicionamento teórico nos permite historicizar as experiências de vida das mulheres de uma forma mais complexa, não nos atendo somente em narrar como mulheres de outros contextos históricos viviam, pensavam e sentiam, mas também explicar como e por que isso se configurava de determinada maneira. Isso é possível se não nos restringirmos em fundamentar a história das mulheres, o seu significado na história mais ampla ou mesmo a especificidade das experiências históricas das mulheres em relação à dos homens, numa diferença inata, fruto de uma suposta essência sexual. Contrapondo-se a essa explicação essencialista, a teoria de gênero propõe explicar os comportamentos dos indivíduos como engendrados por práticas, discursos, símbolos e representações. Nesse sentido, assim como outras lógicas de diferenciação social, também a sexual é social e culturalmente construída. A categoria de gênero é a ferramenta teórica que nos possibilita problematizar a produção de “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”.<sup>18</sup> Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos neutros, mas representações construídas, repletas de significados e constitutivas das relações de poder.<sup>19</sup>

Compreender como as relações de gênero se estruturam e se materializam nos corpos e ações dos sujeitos exige que analisemos diferentes níveis das relações sociais. Segundo Scott, como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos: primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (Eva e Maria como símbolo da mulher, por exemplo, dentro da tradição cristã do Ocidente, mas também os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção); segundo, os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas (estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas e jurídicas e tomam a forma de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino);

---

<sup>18</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990. p. 14.

<sup>19</sup> GONÇALVES, Andréa Lisy. *História & Gênero*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.p. 73-74. Algo próximo ao conceito foucaultiano de poder, entendido como “multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”, ou seja, permeando e produzindo o social concomitantemente. (FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 88).

terceiro, uma referência às instituições e à organização social; quarto e último, a identidade subjetiva.<sup>20</sup>

Apesar de não operarem simultaneamente, esses elementos estão interligados, à medida que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Entender quais relações complexas eles estabelecem entre si, em um contexto histórico determinado, é uma das questões que devem permear os estudos sobre

gênero e história. No caso específico de nosso trabalho, por exemplo, buscamos compreender como os discursos normativos (religiosos, jurídicos, e especialmente os filosóficos e políticos) incidiram sobre os sujeitos do século XVIII, particularmente sobre as mulheres; como as representações de gênero que legitimavam a inferioridade feminina foram ressignificadas nesse período (tais como o mito da mulher-útero, que substituiu a teoria dos humores); por que os discursos produzidos pelos filósofos iluministas eram considerados mais legítimos e como suas concepções sobre o feminino se disseminaram por de manuais de conduta e obras literárias (e para determinados grupos, mesmo pelos tratados filosóficos); como a inserção de mulheres em determinados espaços de sociabilidade possibilitou novas formas de feminilidade; como o estereótipo da *proper lady* (da dama inglesa de classe média) influenciou largamente a vida das mulheres inglesas setecentistas, entre outros aspectos inerentes às relações de gênero naquele contexto. Nosso principal objetivo, entretanto, foi compreender a inserção de um sujeito específico nessa configuração social, ou mais especificamente, como esses e outros elementos se inter cruzaram na formação da subjetividade de Mary Wollstonecraft. Nesse intuito, buscamos compreender a trajetória dessa pensadora mediante a relação existente entre experiências e representações.

Entende-se por representações as imagens que os sujeitos fazem de si, da sociedade e dos outros, sendo as formas pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo e expressam as concepções que têm da realidade que os cercam. Dessa forma, segundo Silvia Tatiana Maurer Lane, a representação social é um produto simultaneamente social e individual, demonstrando a indissociação entre indivíduo, grupo e sociedade.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> SCOTT, op. cit., p. 14-15.

<sup>21</sup> LANE, Silvia Tatiana Maurer. "Uso e abusos do conceito de Representação Social". In: SPINK, Mary Jane P. (org). *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 71-99. O conceito de representação social, cunhado inicialmente pela Psicologia Social, possibilita analisar os pensamentos e ideias produzidos pelos indivíduos como resultado de um intercâmbio entre intersubjetividade e coletividade (discursos, crenças, ideologias). Por essa lógica, os indivíduos passam a ser encarados como pensadores ativos, que mediante inumeráveis episódios cotidianos de interação social, produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos. Esse tipo de análise, ao focalizar a influência dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das



A compreensão das representações torna-se, portanto, indissociável da compreensão da experiência que os indivíduos têm no seu grupo ou meio social. Segundo Foucault, a partir das experiências, articuladas com as regras e as coerções sociais, é que os indivíduos são levados a se reconhecer como sujeitos, de forma que a experiência seria uma “correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”.<sup>22</sup>

Como escritora, Wollstonecraft teve a possibilidade de construir e registrar suas representações sobre o mundo que a cercava, sobre si mesma e sobre os outros. Nesse sentido, a análise das relações existentes entre seus escritos, seu meio sociocultural e suas experiências nos permitiu conhecer e compreender muitas das suas representações, particularmente as referentes à existência feminina na sua época. Afinal, nosso principal objetivo é analisar as concepções e ideias da autora sobre o que significava ser mulher naquele período, de modo a compreender seu posicionamento no debate filosófico e político que buscava delinear o estatuto das mulheres diante da nascente sociedade democrática e liberal.

Sabendo que a autora produziu ideias transgressoras, que suas concepções (e mesmo suas ações) se contrapunham à visão hegemônica sobre o lugar das mulheres naquele contexto, coube-nos pensar até que ponto as ações dos sujeitos são determinadas pelas coerções sociais.

Conforme Chartier, a construção da identidade feminina ao longo do período moderno (devido aos avanços do processo civilizador, à substituição dos afrontamentos imediatamente corporais pelas lutas simbólicas) se enraizava na interiorização pelas mulheres de normas enunciadas pelos discursos masculinos. Longe de indicar somente figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e reforçadas, se inscreviam nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros. O historiador francês também frisa, entretanto, que tal incorporação da dominação não excluiria afastamentos e manipulações.<sup>23</sup>

Fundamental, nesse sentido, foi entender os fatores que se relacionaram à incorporação ou não incorporação das mulheres aos discursos hegemônicos. É nesse sentido que a colocação de Martins, sobre o fato de o gênero não atuar independentemente de outras

---

próprias realidades sociais, permite-nos ultrapassar a tradicional dicotomia indivíduo X sociedade. (SPINK, Mary Jane P. (org). *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp. 20- 28).

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 10.

<sup>23</sup> CHARTIER, R. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”. *Cadernos Pagu (4) - Fazendo História das Mulheres*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p. 40-41.

categorizações sociais<sup>24</sup> se torna significativa. Categorias de diferenciação e divisão social como classe, raça e religião se inter cruzam na formação da identidade subjetiva de gênero, possibilitando múltiplas significações e interpretações pelas mulheres a respeito dos papéis sociais colocados a elas.

Dessa forma, com as obras selecionadas, buscamos analisar as representações produzidas pela pensadora Mary Wollstonecraft sobre a posição social e política das mulheres perante a emergência de discursos ambíguos que teorizavam a igualdade universal, mas que, baseados na crença da inferioridade inata, continuavam a defender a exclusão das mulheres de todos os mecanismos de atuação e representação.

Nas suas duas primeiras obras, *Thoughts* e *Mary*, Wollstonecraft, apesar de já delinear algumas críticas à condição de vida das mulheres, não faz uma problematização mais ampla, não relaciona as dificuldades enfrentadas pelas mulheres a uma organização social assimétrica, com oportunidades desiguais para cada gênero. Nas duas últimas obras, *Vindication* e *María*, ela produz essa reflexão explicando a “feminilidade” como produto, em grande parte, das instituições, da educação, dos discursos. Conforme ela avança em seus escritos, experienciando novos relacionamentos e amizades, participando dos círculos dissidentes e depois dos círculos radicais (mais dispostos à ruptura com as tradições que os primeiros), ela aprofunda suas reflexões, libertando-se de estereótipos e construindo novos valores. As obras selecionadas para análise foram produzidas ao longo desse processo e defendemos que de certa forma possibilitam visualizá-lo.

A análise de sua trajetória exigiu que nos pautássemos em algumas considerações críticas sobre a biografia, campo de estudos que ressurgiu com fôlego renovado entre os historiadores nas últimas décadas. Após um longo período, durante o qual os historiadores se interessaram mais pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em nossas preocupações. Segundo Loriga, a redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao “cotidiano”, a “subjetividades outras”: por exemplo, a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. O desejo de entender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico.<sup>25</sup>

Muitos estudiosos, entretanto, fizeram críticas contundentes ao novo furor biográfico. Jacques Le Goff (1989), por exemplo, assinalou que muitos desses estudos

---

<sup>24</sup> MARTINS, A. P. V. “Possibilidades de diálogo: classe e gênero”. *História Social*. N. 4/5, 1998. p. 148.

<sup>25</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225.

representavam uma volta pura e simples à biografia tradicional, superficial e anedótica, puramente cronológica, que se sacrificava a uma psicologia ultrapassada, incapaz de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual.<sup>26</sup> Pierre Bourdieu (1986) acusou com dureza as ciências sociais de serem prisioneiras de uma ilusão característica do senso comum, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, suas emboscadas, com seu começo, meio e fim.<sup>27</sup> Críticas desse viés nos levam a refletir sobre as possibilidades de escrever sobre a vida de um indivíduo de modo a não reincidir numa tradição biográfica que enquadra os sujeitos históricos em um modelo de racionalidade anacrônica e limitada, que delinea personalidades coerentes e estáveis, ações sem inércias e decisões sem incertezas.

Giovanni Levi, num interessante artigo denominado “Usos da biografia”, aponta algumas premissas fundamentais para uma análise mais cuidadosa, que considere o caráter fragmentário e dinâmico da identidade e os momentos contraditórios de sua constituição. O historiador discute a importância de se reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de posições a cada instante.<sup>28</sup> No caso específico de Mary Wollstonecraft procuramos reconstituir o contexto sociocultural no qual ela estava inserida, buscando demarcar suas múltiplas posições (a de escritora, mãe, pensadora, esposa, filósofa), demonstrando os conflitos que vivenciou ao tentar conciliá-las. Ao delinear sua trajetória, de modo a demonstrar os fundamentos de suas ações e o desenvolvimento de suas ideias, não ocultamos que muitas delas eram contraditórias, que alguns de seus discursos não eram completamente conscientes, que muitas das suas concepções eram ambíguas, enfim, que sua trajetória foi marcada por tensões, reveses, desencontros.

A discussão de certos problemas que marcam as pesquisas na área das ciências humanas, especialmente as que enfocam a biografia, também são importantes. Referimo-nos às relações entre normas e práticas, entre determinismo e liberdade, ou ainda, entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Levi levanta esses problemas e aponta que eles têm em comum o fato de passar em silêncio por questões fundamentais, sendo a mais importante “o papel das incoerências entre as próprias normas (e não mais apenas as contradições entre a norma e o seu efetivo funcionamento) no seio de cada sistema social”.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 226

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 183.

<sup>28</sup> LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 169.

<sup>29</sup> Ibid., p.179.

Partindo dessa premissa, enfocamos em nosso trabalho a análise das contradições inerentes ao contexto setecentista inglês, as quais propiciaram a muitas mulheres uma margem de liberdade e transgressão em relação às normatizações de gênero vigentes. Como exemplo, podemos citar os discursos e as práticas de gênero insurgentes, ambíguos (como o ideário universalistas de igualdade e liberdade, o conceito contraditório de imaginação e as novas concepções de educação), que estimularam Wollstonecraft (e outras mulheres daquela época) a ultrapassar o modelo de feminilidade hegemônico, permitindo-lhe acesso ao conhecimento, à escrita, aos debates filosóficos e políticos. Nesse sentido, nossa compreensão das normas e de seu funcionamento efetivo não foi pensada como o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas.

Isso nos leva a refletir sobre a amplitude da liberdade de escolha de Wollstonecraft como sujeito. De acordo com Levi, essa liberdade não é absoluta: “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores”. Ele também frisa que “a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de ação para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis”<sup>30</sup> Podemos dizer que o caso de Wollstonecraft (sua trajetória transgressora em relação aos discursos normativos, a influência de seu pensamento para a fundamentação do pensamento feminista) atesta admiravelmente as palavras do historiador italiano.

Outro aspecto relevante para o nosso trabalho foi a discussão sobre a escrita de mulheres. Sabendo que Wollstonecraft expressou seus posicionamentos pela da escrita, foi importante compreender que essa forma de expressão não se construiu alheia às relações de gênero. Nossa pesquisa se sustenta nas seguintes questões: Por que historicamente a escrita de mulheres é marginalizada? Ela difere qualitativamente da escrita de homens? Se isso for verdade, por que exatamente acontece? A causa é relacionada à suposta diferença existente entre os sexos ou às condições históricas e sociais? Existe uma escrita assexuada, independente da identidade de gênero? Essa discussão vem sendo problematizada pelas teóricas feministas que concordam em relação à especificidade da escrita de mulheres em relação à de homens, mas discordam quanto à causa deste fenômeno. Existem basicamente quatro modelos para explicar a singularidade da escrita feminina: o biológico, o linguístico, o

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 179-180.

psicanalítico e o cultural.<sup>31</sup> Os três primeiros, ao frisar aspectos como o corpo, a linguagem e a psique como determinantes, mas sem contextualizá-los realmente, acabam por universalizar e naturalizar as categorias e as relações entre feminino e masculino. Quanto ao último modelo, o cultural, nos parece mais coerente com as pretensões de nossa pesquisa. Uma teoria da cultura problematiza o corpo, a linguagem e a psique da mulher, mas os interpreta em relação aos contextos sociais nos quais elas se constituem. As maneiras pelas quais as mulheres conceptualizam seus corpos e suas funções sexuais e reprodutivas estão intrinsicamente ligadas aos seus ambientes culturais. A linguagem também volta à cena à medida que consideramos as dimensões e os determinantes sociais do seu uso.

Além disso, uma teoria cultural reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, etnia, nacionalidade e história são determinantes literários tão significativos quanto o gênero. Entretanto, a identidade de gênero é a que poderia criar uma cultura das mulheres, uma experiência coletiva dentro do todo cultural, uma experiência que liga as escritoras umas às outras no tempo e no espaço.<sup>32</sup>

Nosso principal objetivo, nesse sentido, foi compreender como a alteridade de gênero possibilita níveis diferenciados de expressão. É importante frisar que não utilizamos o conceito de *escrita feminina*, cuja especificidade estaria supostamente fundamentada numa diferença sexual. O que fizemos foi analisar a escrita de Wollstonecraft como de um sujeito que ocupa diversas posições na cultura e na sociedade. Nesse sentido, foi importante marcar as diferentes posições ocupadas por ela: filósofa, dissidente, burguesa radical; buscando compreender as inter-relações existentes entre essas identidades, mas frisando que a de gênero atravessa todas elas.

Esse posicionamento teórico nos auxiliou a problematizar importantes variáveis que influenciaram a produção escrita de Wollstonecraft. Por exemplo, como a descrença da sociedade setecentista em relação à qualidade da escrita de mulheres influenciou a produção desta autora? A concepção que vigorava sobre o feminino contribuiu para a produção escrita das mulheres? Quais gêneros de escrita elas produziam e por quê? Elas podiam se expressar livremente por meio da escrita e até que ponto suas colocações eram consideradas? As experiências próprias do feminino possibilitavam a emergência de uma produção específica em relação à produção masculina? Enfim, o que significava ser escritora no século XVIII?

---

<sup>31</sup> SHOWALTER, Elaine. "A crítica feminista no território selvagem" In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 31.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 44.

Pensamos que essas questões podem contribuir para a problematização da identidade de gênero como um elemento importante na produção escrita. A nosso ver, as desigualdades de gênero se manifestam também nesse tipo de criação, propiciando níveis diferenciados de expressão e reflexão. Além disso, como nosso objetivo foi analisar as representações transgressoras produzidas por Wollstonecraft em relação às condições de vida das mulheres, o entendimento dos conflitos de gênero experienciados por ela ao se expressar pela escrita se mostrou fundamental. Tendo como base a teoria cultural da escrita de mulheres, procuramos compreender a experiência de Wollstonecraft como escritora.

Partindo de tais premissas, organizamos nosso estudo em três capítulos. O objetivo do primeiro foi demonstrar o caráter paradoxal do pensamento liberal e democrático. Ao recuperar o debate que se desenvolveu ao longo do Século das Luzes em relação ao estatuto social e político das mulheres, primeiro nos meios filosóficos ilustrados e depois nas assembleias revolucionárias, procuramos demonstrar como a maior parte dos pensadores iluministas e dos revolucionários franceses, apesar de empreenderem duras críticas às hierarquias e aos privilégios tradicionais e promulgarem a igualdade universal, se opôs à igualdade entre homens e mulheres. Levantamos algumas hipóteses para explicar essa contradição, tais como as assimetrias de gênero arraigadas, mas também procuramos delinear quais fatores propiciaram o surgimento de vozes dissonantes, entre as quais a da pensadora inglesa Mary Wollstonecraft, defensora de igualdade radical, que ultrapassou inclusive as barreiras de gênero. Além das obras de Wollstonecraft, foram analisadas obras de pensadores coevos, como Locke, Rousseau, Diderot, Condorcet e Olympe de Gouges.

No segundo capítulo analisamos a trajetória pessoal e intelectual de Wollstonecraft, procurando compreender como ela teve condições de ter acesso à fala pública e à escrita num contexto em que tais formas de expressão eram extremamente limitadas às mulheres. Também procuramos entender como ela conseguiu se posicionar criticamente, explicitando os paradoxos e limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos, apesar das desigualdades de gênero vigentes. É importante frisar que buscamos salientar as ambiguidades e contradições presentes nos discursos e práticas de gênero naquele contexto, demonstrando como tais “falhas” estruturais muitas vezes estimularam a reação das mulheres em relação aos sistemas normativos.

Por último, discutimos as ideias e as concepções de Wollstonecraft sobre as condições de vida das mulheres na sua época. A análise das obras selecionadas permitiu que compreendêssemos como suas experiências, leituras, crenças religiosas e concepções

filosóficas se intercalam numa argumentação complexa, que problematiza o estatuto social e político das mulheres setecentistas.

Com o nosso trabalho buscamos trazer à luz um pouco das experiências e do pensamento dessa mulher e pensadora admirável, até então praticamente desconhecidos em língua portuguesa.<sup>33</sup> Conhecida mundialmente como uma das precursoras do feminismo, Mary Wollstonecraft erigiu as bases do discurso igualitário que fundamenta a emancipação das mulheres em vários lugares do planeta ainda hoje. Sua defesa da igualdade entre mulheres e homens, sua crítica às concepções essencialistas da inferioridade feminina, sua contribuição para o alargamento da concepção de indivíduo moderno (de modo a incluir as mulheres), alicerçam as mais variadas bandeiras feministas na atualidade: diferencialismo, radicalismo, igualitarismo, todas devem algum tributo a tal pensadora, pois partiram de suas premissas em algum momento. Entretanto, nada de seu pensamento permanece tão atual quanto sua utopia de um mundo igualitário, no qual as relações de dominação entre homens e mulheres são finalmente deixadas para trás. Ainda hoje nos debatemos diante desse desafio, procurando compreender por que temos tanta dificuldade em superá-lo. Se a análise do contexto em que viveu Wollstonecraft pode nos ajudar a aprofundar nossa compreensão sobre os mecanismos sutis que agem sobre a perpetuação das desigualdades de gênero, o conhecimento de sua história pode nos inspirar a não desistir, a persistir perante às dificuldades que marcam a busca por relações humanas mais justas e igualitárias.

---

<sup>33</sup> Mary Wollstonecraft chegou até nós, no Brasil, de uma maneira enviesada, por meio de uma suposta tradução feita por Nísia Floresta, considerada uma das precursoras do feminismo brasileiro. Em 1832, ela publicou um livro intitulado *Direito das Mulheres Injustiça dos Homens*, declarando que traduzira livremente *Vindication of the Rights of Woman*, obra mais importante de Wollstonecraft, do francês para o português. Mas, na verdade, conforme aponta Pallares-Burke em seu artigo *A Mary Wollstonecraft que o Brasil Conheceu*, “jamais houve a aclamada tradução para o português da polêmica obra de Mary Wollstonecraft”. Segundo tal estudiosa, a comparação entre as duas obras não evidenciou nenhuma semelhança significativa entre os dois trabalhos, salvo alguns “lugares-comuns” constantes em textos feministas. Pallares-Burke também afirma que Floresta traduzira na realidade um livreto de 1739, intitulado *Woman Not Inferior to Man*, cujo autor ou autora desconhecida se escondia, e ainda se esconde, sob o pseudônimo de Sophia. (PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuzeiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. p. 168-172) Nesse sentido, as ideias de Wollstonecraft permaneceram desconhecidas no Brasil, apenas sua representação está entre nós há quase dois séculos. Essa lacuna começa a ser sanada com o trabalho de Ivania Pocinho Motta (2004), cuja dissertação de mestrado consistiu na tradução de *Vindication* para o português, e com o presente estudo, que enfocou a análise de seus discursos sobre a emancipação das mulheres.

## 1 O DEBATE SOBRE A IGUALDADE DOS SEXOS NO SÉCULO DAS LUZES

Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão, essa desigualdade não é uma instituição humana, e sim da razão.

Rousseau

É difícil julgar que as mulheres devam ser chamadas ao exercício do poder político. Assalta-me a idéia de que, pensando bem, os homens e as mulheres não teriam com isso nenhum proveito.

Lanjuinais (revolucionário francês)

Seria difícil provar que as mulheres são incapazes de exercer os direitos de cidadania.

Condorcet

Quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão?

Wollstonecraft

O conceito da igualdade humana foi problematizado pelo pensamento moral, filosófico e político ao longo do período moderno a partir do enfrentamento das bases ideológicas que fundamentavam o Antigo Regime. Tal contexto se mostrou propício para a percepção e problematização das desigualdades e hierarquias, tanto as de classe quanto as de gênero. Entretanto, enquanto as hierarquias de classe enfrentaram um intenso processo de crítica e renovação, o mesmo não aconteceu com as desigualdades de gênero. A maior parte dos pensadores que refletiu sobre o estatuto social e político das mulheres ante os discursos igualitaristas que legitimavam a nova configuração social continuou a definir o feminino como inferior e desigual. Mas se o contexto de efervescência da ideia de igualdade e das críticas à *Velha Ordem* levou muitos pensadores a se preocupar em justificar o tradicional lugar do feminino, por outro lado possibilitou a alguns questionar e reivindicar uma nova posição para as mulheres.

### 1.1 OS FUNDAMENTOS DA IGUALDADE

No final do século XVIII, o inglês Thomas Paine, um dos precursores da social-democracia moderna, saúda com entusiasmo a revolução que agitava a França e punha abaixo os privilégios e as hierarquias tradicionais. “A causa do povo francês é a de toda a Europa, ou melhor, de todo mundo”,<sup>34</sup> afirma ele no prefácio de sua conhecida obra *Os direitos do*

<sup>34</sup> PAINE, Thomas. *Os Direitos do Homem*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 28.



*homem*. Paine, assim como outros pensadores do período, acreditava que a Revolução Francesa marcava o início de uma nova era: mais livre, racional e igualitária, cuja influência ultrapassaria as fronteiras francesas e abarcaria o mundo por inteiro.

A guerra que eclodiu posteriormente entre a França revolucionária e alguns países europeus atestou essa previsão. Para os revolucionários, a guerra simbolizava uma maneira de difundir a liberdade, de contribuir para a emancipação de todos os povos que gemiam sob a opressão e a tirania. Para os nobres e os governantes de outros países, contribuir para a restauração do poder de Luís XVI e da aristocracia francesa impunha-se como uma necessidade, uma forma de coibir a difusão das ideias perturbadoras vindas da França.<sup>35</sup> Sabemos quais foram os vencedores dessa disputa. A Revolução Francesa marcou o nascimento de um novo modelo de organização social e política que se disseminaria nos dois séculos seguintes por todo o Ocidente.<sup>36</sup> A amplitude do fenômeno demonstra que não se tratava de um acontecimento isolado, mas sim de uma mutação no plano das ideias e das mentalidades, que se desenvolvera ao longo da época moderna, em vários países da Europa.

Os revolucionários franceses foram os primeiros a utilizar efetivamente os ideais de igualdade e liberdade para legitimar a organização de uma nova sociedade, não mais fundamentada no poder absoluto dos reis e nas hierarquias de nascimento.<sup>37</sup> Se a aplicação prática desses ideários foi apanágio dos teóricos da revolução, sua gestão foi fruto de um debate filosófico que atravessa a modernidade.

Segundo Baumer, a reflexão filosófica moderna caracteriza-se principalmente pela valorização da categoria do *dever* em detrimento à categoria do *ser*, ou seja, a valorização dos ideais de ação e transformação em detrimento aos ideais de contemplação e imutabilidade. Ao referir-se a essas categorias, esse estudioso não busca sinalizar simples mudanças nas idéias ou o mero surgimento de novas questões filosóficas, mas sim assinalar uma profunda transformação no modo de dar inteligibilidade à relação entre ser humano, natureza e sociedade.<sup>38</sup>

Essa mudança no pensamento filosófico acompanha transformações estruturais na sociedade. A partir dos séculos XVI e XVII, um mundo que parecia mais ou menos estático, pelo menos em termos de fins últimos e de enquadramentos eternos de referência, começava

---

<sup>35</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789- 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 83

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 71-72.

<sup>37</sup> As revoluções Inglesa e Americana, de certa forma, também se basearam nesses ideários, mas não de uma forma tão abrangente e efetiva quanto a Revolução Francesa. (VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 43)

<sup>38</sup> BAUMER, Franklin L. *O pensamento Europeu Moderno. 1ª Volume*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977. p. 37-38.

então a parecer interminavelmente dinâmico. O crescimento do comércio e das cidades, as descobertas além mar, o desenvolvimento do conhecimento científico, as guerras religiosas, entre outros, levaram os pensadores a questionar uma concepção de mundo estática, a duvidar de toda fixidez, dos absolutos e das idéias “eternas”. Para Baumer, “a filosofia não tinha outra escolha para além de replicar e absorver as novas idéias, a nova informação e as novas realidades, o melhor que podia”.<sup>39</sup>

A natureza, até então concebida como manifestação de uma transcendência no limite do absolutamente incompreensível, tornava-se inteligível. A afirmação do modelo físico-matemático, aquele que o grande avanço das ciências naturais, de Galileu a Newton, havia fixado como verdade indiscutível, possibilitava essa nova postura. Tal paradigma, ao demonstrar a racionalidade do universo, torna-o compreensível à razão humana.<sup>40</sup>

A consciência desse poder, de compreender e controlar a natureza, propiciou a emergência de uma nova concepção de ser humano. Contrapondo-se à visão pessimista e contemplativa<sup>41</sup>, fundamentada na tradição cristã, afirma-se uma nova imagem, mais otimista e consciente da capacidade humana em gerir seu próprio destino. Nesse sentido, o conhecimento passou a se caracterizar a partir de uma perspectiva mais ativista e utilitária, que entrava em desacordo com as concepções tradicionais, a aristotélica e a agostiniana, que salientavam o conhecimento ou a sabedoria em si.<sup>42</sup> É sintomático, dessa forma, que tenha se alastrado entre os pensadores ligados à revolução científica a esperança de uma grande expansão do conhecimento, que ultrapassasse de longe tudo que os antigos, ou os escolásticos, procedendo por meio de um falso método, haviam descoberto. Investia-se assim contra aquelas verdades fundamentadas na revelação e na tradição e impunha-se uma nova forma de saber, baseada na observação, na experimentação e na reflexão.

Nesse sentido, a teologia que permanecera no centro do pensamento desde a Idade Média começou a perder seu prestígio. Na esteira do empirismo de Locke<sup>43</sup> e do dualismo de Descartes<sup>44</sup>, os pensadores do XVII passaram a valorizar a então chamada Filosofia Natural,

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 47.

<sup>40</sup> CASSIRER, Ernst. *Filosofia do iluminismo*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994. p. 30.

<sup>41</sup> A visão tradicional cristã era, no seu conjunto, pessimista em relação à natureza do homem, ainda que extremamente elogiosa em relação à sua condição cósmica, tornando-o o objeto precioso da criação. A partir do Renascimento, este ponto de vista, que nunca de todo se eclipsou, deu gradualmente lugar a uma nova antropologia que considera o ser humano mais em termos de conhecimento, ciência, cultura ou história, do que por meio da religião ou da metafísica. (BAUMER, op. cit., p. 31).

<sup>42</sup> Ibid, p. 48.

<sup>43</sup> O empirismo advoga que todo o conhecimento provém da experiência sensível.

<sup>44</sup> A teoria do dualismo entre espírito e matéria, de Descartes, contribuiu para fundamentar a concepção de uma natureza autorregulada, detentora de sua própria legalidade, que funcionava mais mecânica do que teleologicamente. Segundo Baumer, esse dualismo, um triunfo da simplificação, permitiu aos cientistas

que se referia ao reino humano do conhecimento, aquele que adquirimos através dos sentidos; cujo objeto de estudo era particularmente uma natureza regulada pelas leis físicas acessíveis pela da linguagem matemática, funcionando mais mecânica do que teleologicamente e obediente às leis naturais invariáveis. Dessa forma, a natureza começa inevitavelmente a parecer menos o cenário de peregrinação espiritual do homem e mais o campo para o exercício do poder humano.

Apesar dessas mudanças, os filósofos seiscentistas não romperam em definitivo com a forma de conhecimento vigente até então. De acordo com Baumer, o ser manteve ainda a superioridade em relação ao devir como pressuposto central do pensamento.<sup>45</sup> Os sistemas filosóficos tão em voga no século atestam o entusiasmo com a metafísica, e a ânsia demonstrada pelos grandes filósofos em provar a existência de Deus quer pela fé, quer pela razão, ou mesmo por ambas, exemplifica a aliança formal que se engendrou entre a filosofia e a religião.

O ceticismo em relação ao conhecimento metafísico e teológico afirmou-se no século XVIII. No seu discurso preliminar da *Encyclopédie*, o filósofo D'Alembert fala repetidamente do “labirinto da natureza”, dos “mistérios impenetráveis” e, portanto, “da quantidade limitada de certos conhecimentos”. Conforme Baumer, apesar de os iluministas continuarem a pressupor uma ordem geral do universo, não acreditavam que o espírito humano pudesse conhecer inteiramente essa ordem.<sup>46</sup> A consciência de tal limitação e a crescente valorização do empirismo e do paradigma metodológico da física newtoniana, ao qual a filosofia ilustrada se vinculava em todas as suas partes, contribuíram ainda mais para a derrocada da teologia como a “rainha de todas as ciências”.<sup>47</sup> Nesse bojo, a razão é valorizada como a fonte de verdade, como passível de explicar a realidade e guiar a humanidade.<sup>48</sup>

De acordo com Cassirer, para os pensadores iluministas a potência da razão humana não estava em romper os limites da experiência a fim de encontrar uma saída para o domínio da transcendência, mas em ensinar o homem a percorrer o domínio empírico com toda a

---

prosseguir suas investigações sem grandes preocupações com a teologia ou com a metafísica, elegendo a relação homem-natureza como realidade essencial. (Ibid, p. 66, 69 e 80).

<sup>45</sup> Ibid, p. 51 e 58.

<sup>46</sup> Ibid, p. 167.

<sup>47</sup> CASSIRER, op. cit., p. 30-31

<sup>48</sup> Na tradição religiosa e escolástica a resposta aos enigmas que circundavam o ser humano encontrava-se necessariamente na palavra divina revelada, ou seja, nas Sagradas Escrituras. À razão nunca caberia dar a última palavra, pois seria simples servidora da fé, de um conjunto de preceitos dogmáticos diante dos quais deveria cessar toda a curiosidade intelectual. O âmbito da razão humana seria, nestas condições, necessariamente restrito e secundário. (FORTES, Luiz R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 16)

segurança e habitá-lo comodamente.<sup>49</sup> A atenção dos pensadores se volta para esse mundo e a transcendência sede lugar à imanência.

Mas se os filósofos reivindicavam o estatuto soberano da razão é porque postulavam a racionalidade última do universo, como então comprovado pelo modelo físico-matemático. A crença na existência de uma identidade essencial entre o sujeito e o objeto de conhecimento possibilitava um otimismo quanto às possibilidades da razão humana, que poderia apreender, reconhecendo-se, a razão universal (as leis ao mesmo tempo racionais, naturais e universais que regem todo o existente).

Ao substituir a fé pela razão para explicar o mundo, os filósofos iluministas reivindicaram a liberdade ante as tradições e os preconceitos, no sentido de poder avaliar tudo que está à sua volta de forma racional. Pois não era o homem<sup>50</sup> livre no exercício de sua razão senhor de suas opiniões e fonte de sua própria verdade? Conscientes dos limites da capacidade humana em explicar certas verdades infalíveis, que estão além da experiência, os filósofos iluministas concordavam quanto à necessidade de se permitir, em nome do bom senso, que os indivíduos apreendessem a lógica que rege o existente com a única ferramenta que dispunham: a racionalidade.

A aceitação da razão como princípio de verdade e a emancipação do saber da tutela da teologia e da escolástica exigiram um movimento de crítica e de renovação em relação a tudo aquilo que até então se ocultara sob as denominações vagas de autoridade, tradição e revelação. Tudo tem que passar pelo tribunal da razão, segundo Cassirer:

desde os princípios das ciências profundas até os fundamentos da Revelação, desde a metafísica até as questões de gosto, desde a música até a moral, desde as disputas escolásticas dos teólogos até os objetos de comércio, desde os direitos dos príncipes aos direitos dos povos, desde a lei natural até as leis arbitrárias das nações, numa palavra, desde as questões que mais profundamente nos tocam até as que só superficialmente nos interessam.<sup>51</sup>

Essa efervescência geral dos espíritos, que como vimos abarcou todos os domínios, não deixou de fora os fundamentos da própria sociedade. A organização social do Antigo Regime, pautada no poder absoluto dos reis e nos privilégios da nobreza, encontrava seu aparato ideológico justificado num pensamento filosófico que considerava a política como um

---

<sup>49</sup> CASSIRER, op. cit., p. 32.

<sup>50</sup> Apesar de não concordarmos com o uso do termo Homem como sinônimo de humanidade ou ser humano, por ser uma prática sexista, adotaremos tal expressão sempre que nos referirmos ao pensamento iluminista, tendo em vista que naquele contexto seu uso era majoritário entre os pensadores ilustrados.

<sup>51</sup> Ibid, p. 20.

ramo da teologia. Nesse sentido, as leis que fundamentavam a sociedade eram consideradas reflexos de uma ordem divina e não obra dos seres humanos, portanto, irrevogáveis. A proclamação da razão como autoridade suprema diante da fé não poderia deixar de abarcar, dessa forma, a sociedade fortemente hierárquica, que era uma expressão sublimada da representação teológica do universo. A sociedade é então intimada a comparecer perante o tribunal da razão, interrogada sobre a legitimidade de seus títulos, sobre os fundamentos de sua verdade e de sua validade.

Era consenso entre os pensadores do período que a nova configuração social deveria ser erigida sob bases mais racionais. Para tanto, era fundamental descobrir as verdadeiras leis que regiam a sociedade, ocultas até então pelos preconceitos, pelas superstições e pelas tradições. O novo método científico, que permitia o conhecimento exato da natureza, também possibilitaria a real compreensão dos fundamentos da sociedade. Ou seja, os mesmos procedimentos da reflexão filosófica seriam aplicáveis a ambos sem restrições. Afinal, era consenso entre os pensadores daquele período a ideia de que todos os domínios estavam submetidos a uma regra universal, desde a física até a política.<sup>52</sup>

Essa ânsia pelo ordenamento racional se explica em parte devido ao crescente entusiasmo da *inteligência* ilustrada com o novo espírito científico. Conforme Cassirer, o paradigma metodológico da física newtoniana, que de início serviu como fundamento para um novo olhar filosófico, logo se generalizou e passou a ser encarado como o instrumento necessário e indispensável do pensamento em geral. Nesse contexto:

a idéia de “cálculo” perde sua significação exclusivamente matemática. O cálculo deixa de ser aplicável tão-só ao número e a grandeza, extravasa o domínio da quantidade para o das qualidades puras. Pois as próprias qualidades deixam-se relacionar entre si, ligar-se umas às outras, de modo que se possa inferir umas das outras numa ordem fixa e rigorosa.<sup>53</sup>

É no interior desse processo de crítica e renovação, à luz da razão, que uma nova concepção de organização social e política floresceu. Referimo-nos ao paradigma liberal-democrático moderno, erigido, ao menos teoricamente, por pensadores como John Locke, Jean Jacques Rousseau e Thomas Paine, para citar somente os mais importantes. Suas ideias sobre liberdade, igualdade e autonomia, as bases de sua teoria política, são incompreensíveis se não as localizarmos nesse movimento de racionalização e de naturalização da sociedade e da cultura.

---

<sup>52</sup> CASSIRER, op.cit., p. 42 e 47.

<sup>53</sup> Ibid, p. 38 e 45.

Tanto as ideias políticas de John Locke, um dos precursores do liberalismo, quanto de Jean Jacques Rousseau, considerado o grande democrata, representam a defesa de uma sociedade pautada na ordem natural (ou racional) do existente, em detrimento de uma ordem social considerada arbitrária. O absolutismo monárquico, por se legitimar em tradições e preconceitos alheios à razão, não refletia as verdadeiras necessidades da humanidade. Nesse sentido, ambos os filósofos buscariam nas leis da natureza os fundamentos para uma organização social legítima.

Também não podemos deixar de frisar que o pensamento liberal e democrático surge como consequência da luta de segmentos da burguesia contra a nobreza e a Igreja, aspirando ter acesso ao controle político do Estado e procurando superar os obstáculos que a ordem jurídica tradicional impunha ao livre desenvolvimento da economia. Trata-se de um processo que perdurou séculos, afirmando a liberdade e a igualdade de direitos do indivíduo e defendendo a limitação dos poderes do Estado. Em outras palavras, podemos dizer que a organização social e política do Antigo Regime, pautada em hierarquias e privilégios tradicionais, entravava o avanço de novas relações sociais, mais dinâmicas e flutuantes, que se desenvolviam na Europa ao longo da época moderna. Essas pressões do mundo social corroboraram para as mudanças no pensamento político.<sup>54</sup>

Os porta-vozes do absolutismo real, sendo o mais importante sir Robert Filmer (autor da obra *Patriarca, ou o poder natural do reis*, de 1680), defendiam que os monarcas governavam por direito divino.<sup>55</sup> O Estado seria uma criação de Deus, organizado conforme sua vontade. O processo de valorização da razão e da ação humana que despontou ao longo da modernidade contribuiu para que os teóricos do pensamento político moderno questionassem esse posicionamento e passassem a conceber o Estado como uma criação humana, passível de crítica e reformulação. Locke e Rousseau inserem-se nessa tradição e, ao buscar responder qual seria o tipo de governo ideal ou quem seria mais apto a exercer o poder político, recorrem a uma abstração filosófica, na busca por compreender as verdadeiras inclinações do homem e então erigir uma sociedade condizente com elas. Remetem-se, nesse sentido, ao *estado de natureza* (concebido como uma condição pré-política, primitiva e originária), em

---

<sup>54</sup> VÁRNAGY, Tomás. "O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo". In: BORON, Atílio. *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: USP, 2006. p. 46.

<sup>55</sup> Filmer afirmava que Adão, pela autoridade que Deus lhe confiou, era dono do mundo inteiro e monarca de todos os seus descendentes, sendo o poder dos reis e pais idêntico e ilimitado: os monarcas deviam ser vistos como substitutos de Adão e pais de seus povos. A submissão dos filhos aos pais era o modelo de toda organização social conforme a lei divina. O poder monárquico absoluto de Adão foi transmitido ao seu filho mais velho, e sucessivamente aos primogênitos homens entre os seus descendentes. (VÁRNAGY, op. cit., p. 56) Não podemos deixar de assinalar que há outra vertente de defesa do absolutismo, representada por Hobbes, que nega a origem divina do poder.

que os seres humanos seguiam seus instintos naturais, vivendo sob a égide da lei da razão, livres da influência perniciosa de relações de submissão ilegítimas. Neste trecho do *Segundo Tratado sobre o Governo*,<sup>56</sup> de John Locke, observamos claramente essa pretensão:

Para compreendermos corretamente o poder político e ligá-lo à sua origem, devemos levar em conta o estado natural em que os homens se encontram, sendo este estado de total liberdade para ordenar-lhes o agir e regular-lhes as posses e as pessoas de acordo com sua conveniência, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.<sup>57</sup>

Rousseau partiu da mesma lógica de pensamento. Ao procurar imaginar como seria o homem antes da passagem para a vida em sociedade, na tentativa por distinguir entre aquilo que ele deve a seu próprio fundo primitivo e natural, e aquilo que ele recebeu artificialmente, ele acabou por delinear a dicotomia: homem natural (ou primitivo) versus homem social (ou artificial). No estado de natureza, os seres humanos seriam governados por dois desejos primordiais: o amor de si (instinto de autoconservação) e a compaixão (capacidade de sair de si e de se identificar com o outro). Nesse estado, viveriam isolados quase completamente, satisfazendo suas necessidades primitivas, sem prejudicar seus semelhantes. Defensor de uma concepção otimista de natureza humana, Rousseau explica que foi somente com a instituição da sociedade que surgiram as paixões egoístas e as virtudes artificiais que “parecem” ser inerentes ao homem.<sup>58</sup>

O pensamento filosófico escolástico, que legitimava a ordem social do Antigo Regime, definia os seres humanos como naturalmente desiguais, endossando as ideias de Aristóteles de que alguns nasciam para comandar e outros para obedecer. Ao criticar a organização arbitrária da sociedade, os pensadores políticos modernos questionaram sua representação hierárquica, definindo-a como ilegítima, pois não condizia com as reais inclinações humanas. Segundo Locke:

O estado natural tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga; e a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que a consultem, por serem iguais e independentes (...) todos providos de faculdades iguais,

---

<sup>56</sup> Locke escreveu dois importantes tratados políticos, considerados clássicos do pensamento político moderno. No *Primeiro Tratado* ele refutou os argumentos da bem-sucedida obra de Filmer em defesa do direito divino dos reis e no *Segundo Tratado* ele erigiu os princípios do liberalismo. As duas declarações dos direitos do homem, a dos Estados Unidos de 1787 e a da França de 1789, inspiraram-se diretamente no *Segundo Tratado*.

<sup>57</sup> LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 23.

<sup>58</sup> FORTES, Luiz R. S. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007. p. 47 e 64.

compartilhando de uma natureza comum, não há como supor qualquer forma de subordinação entre os homens que nos autorize a destruir a outrem, como se fossemos objeto uns dos outros (...)<sup>59</sup>

Para Locke, todos os indivíduos teriam uma racionalidade implantada “pelo próprio Deus”, por isso seriam capazes de compreender certas regras que governam a conduta humana e podem ser compreendidas pela razão.

Para Rousseau, a desigualdade não é um fato natural, ela não é autorizada pela “lei natural”, mas decorre da própria evolução social, especialmente a partir da instituição da propriedade privada. Para esse filósofo, o desenvolvimento das relações sociais acabou por corromper o homem, tornando-o hipócrita, acentuando e generalizando seu egoísmo, jogando uns indivíduos contra os outros e, numa corrida insaciável por comodidades e poder, levou-os a se enredar em uma cadeia perniciosa de relações de submissão.<sup>60</sup> Com o rompimento do estado original de igualdade seguiu-se: “a pior desordem; assim as usurpações dos ricos, as extorsões dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz fraca da justiça, tornaram os homens avaros, ambiciosos e maus”.<sup>61</sup>

Ao observar (hipoteticamente) os homens em estado original, agindo conforme a lei da natureza, esses teóricos perceberam que entre os seres humanos imperava a igualdade, que não havia quaisquer fatores que estabeleciam hierarquias de nascimento ou legitimavam o jugo de uns sobre os outros. Tanto Locke quanto Rousseau buscaram no estado de natureza legitimidade para suas concepções de ser humano racional e perfectível.

Ao defender o ideal de igualdade humana, os dois filósofos fundamentam-se na lógica de pensamento que se desenvolveu ao longo da modernidade, como discutido anteriormente. A eleição da razão como legítima fonte de autoridade foi um grande golpe às hierarquias tradicionais. Sendo a racionalidade inerente aos seres humanos, a compreensão das leis que regem o existente estaria acessível a todos. Dessa forma, não haveria necessidade de se colocar sob a autoridade de outrem. Por essa lógica, as aptidões que tradicionalmente legitimavam a divisão social perdem seu significado.

---

<sup>59</sup> LOCKE, op. cit., p. 24.

<sup>60</sup> FORTES, op. cit., p. 27. Rousseau sistematiza suas ideias sobre essa temática ao responder a seguinte questão, proposta pela Academia de Dijon em 1753: “Qual é a fonte da desigualdade entre os homens? Ela é autorizada pela lei natural?” O resultado foi uma das suas obras mais importantes, intitulada *Discursos sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

<sup>61</sup> ROUSSEAU. Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. OC III, p. 176.



Não é de se estranhar, dessa forma, que os dois pensadores, apesar de divergirem em relação a certas questões<sup>62</sup>, expliquem o surgimento da sociedade civil como um contrato ou pacto entre iguais. Sendo todos os seres humanos dotados de razão, capazes de compreender a racionalidade que rege a natureza e a sociedade, é lógico supor que o poder soberano seja exercido por toda a comunidade. Essa ordem social ideal propiciaria as melhores condições para o exercício da liberdade e a para a manutenção da igualdade.

Na sociedade civil e política preconizada por Locke o governo atua como juiz e protege os direitos naturais (a vida, a liberdade e a propriedade). Seu poder provém do “consenso dos governados”. Para esse pensador, o estado de natureza era, hipoteticamente, prazeroso e pacífico, no qual os seres humanos viviam guiados pela lei da razão. Mas a ausência de juízes e leis positivas, regendo a lei natural, levava alguns a exercerem a força sem o direito, instaurando o *estado de guerra*. Para sair dessa situação, os homens decidiram deixar de ser seus próprios árbitros e mediante o *pacto social* instituíram a sociedade civil, regida pela vontade da comunidade como um todo<sup>63</sup>. De acordo com Locke, “não é qualquer pacto que faz cessar o estado de natureza entre os homens, mas apenas a concordância mútua em formar uma comunidade, estabelecendo um corpo político; os homens podem fazer acordos e promessas entre si, conservando, todavia, o estado de natureza”.<sup>64</sup> Cria-se assim a sociedade civil e política por meio de um contrato, e um governo como agente dessa sociedade.

Na obra *Do contrato social* (1762), Rousseau defende que uma comunidade autêntica é aquela na qual a vontade geral, extensão da vontade dos cidadãos livres, é a autoridade soberana. Esse tipo de associação social seria resultado de um pacto social. Como já dito anteriormente, para esse autor, originalmente os homens viviam isolados, até que em um determinado momento atingiram tal estágio de evolução que já não podiam dispensar o auxílio dos semelhantes. A vida em sociedade só trouxe mazelas para os seres humanos, pois instituiu a desigualdade e contribuiu para que se alienassem de si mesmos ao sublimar suas paixões naturais e desenvolver virtudes artificiais.<sup>65</sup> Devido à visão pessimista que Rousseau

---

<sup>62</sup> Locke defende que o estado de natureza era pré-político, mas não pré-social, ou seja, para ele os homens originalmente viviam em sociedade, regidos pela lei da natureza. Rousseau defende que o estado de natureza era pré-social, no qual os homens viviam isolados, seguindo seus instintos naturais. Enquanto Locke aponta a proteção da propriedade privada (que para ele antecede a instituição da sociedade) como o princípio motivador do pacto social, Rousseau a elege como a principal causadora da desigualdade entre os homens.

<sup>63</sup> VÁRNAGY, op. cit., p. 64-65.

<sup>64</sup> LOCKE, op. cit., p. 29.

<sup>65</sup> Para Rousseau, o que distingue o homem primitivo dos outros animais é a sua liberdade e a capacidade de se aperfeiçoar. Essas faculdades originais teriam propiciado a evolução da sociedade e, num mesmo processo, todos os nossos males. Os humanos, ao se civilizarem, teriam “esquecido” de suas necessidades naturais,

tem da sociedade, é de se estranhar que ele idealize uma ordem social ideal, mesmo que pautada na liberdade e na igualdade, estado original da humanidade. O que podemos dizer é que o filósofo certamente tinha consciência da impossibilidade de se voltar para o estado de natureza, e que a sociedade regida pelo contrato seria a menos prejudicial para os seres humanos. No entanto, essa nova sociedade exigia um novo tipo de indivíduos, aqueles educados segundo a pedagogia delineada no *Emílio* (1762), salvaguardados da influência perniciosa da sociedade, desenvolvendo somente suas inclinações naturais.<sup>66</sup>

Com a ideia de contrato Rousseau procura encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum, a pessoa e os bens de cada associado e pela qual, um unindo-se a todos, não obedeça, contudo, senão a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes. Nesse sentido, o filósofo de Genebra defende que tal pacto deverá se fundamentar numa cláusula central: a alienação de cada associado, com todos os seus direitos, a toda comunidade. Mas como uma alienação, ou entrega total a outrem, poderá resultar liberdade? Quando concordam em se submeter, todos os pactuantes não o fazem em favor de uma vontade alheia, mas a vontade coletiva da própria comunidade, daquela vontade que visa acima de tudo ao interesse coletivo. Ou seja, somente a autoridade da comunidade e as leis que dela emanam deveriam ser reconhecidas como politicamente legítimas. Nesse sentido, a soberania é definida como vontade geral. O soberano deixa de ser identificado com a figura do monarca e passa a ser a própria comunidade, surgida em função do pacto.<sup>67</sup>

Da vontade coletiva devem participar, com voz e voto, todos os associados. Essa vontade é uma resultante do conjunto das vontades dos associados. Não de suas vontades particulares, mas sim uma expressão da vontade de cada indivíduo quando imbuído do interesse coletivo e visando ao bem comum. Dessa forma, ao submeter-se à vontade geral, os membros na realidade submetem-se a sua própria vontade, como cidadãos que participam da vontade coletiva. Não podemos dizer, nesse sentido, que Rousseau idealiza um total estado de liberdade para os indivíduos. O estado de liberdade teorizado por ele consiste menos em fazer sua vontade do que não estar submetido a outrem. De acordo com Fortes, a ideia de autolegislação se contrapõe à de heteronomia, condição em que a vontade é determinada por algo exterior.<sup>68</sup>

---

imersos na vida em sociedade, passaram a valorizar o luxo, o prestígio, o poder, o artifício, alienando-se de si mesmos. (FORTES, Rousseau..., p. 62- 72.)

<sup>66</sup> Ibid, p. 106.

<sup>67</sup> Ibid, p. 93-94.

<sup>68</sup> Ibid, p. 97.

Toda essa lógica de pensamento, fundamentada nos ideários de racionalidade, autonomia, liberdade e igualdade, legitimou as revoluções que explodiriam no final do século XVIII, particularmente a que aconteceu na França e subverteu uma ordem social que perdurava havia séculos.

Num contexto em que as transformações sociais e econômicas que emergiram ao longo da modernidade alcançam seu ápice, fez-se necessária a instauração de uma nova sociedade, pautada em princípios condizentes com o livre comércio, com novos padrões de reconhecimento social e de exercício do poder político. Nesse contexto, o pensamento liberal e democrático, que coloca no centro de sua reflexão o indivíduo formalmente igual e livre das redes de hierarquia do Antigo Regime, é utilizado como aparato ideológico justificativo para a nova configuração social.

Quando os revolucionários franceses decidiram pôr abaixo a tradicional monarquia absolutista e os enraizados privilégios de nascimento, recorreram às ideias de Locke e Rousseau e redigiram a *Declaração dos direitos do Homem e do cidadão*, aprovada pela Assembleia Reformadora em 1789.<sup>69</sup>

Como colocado por Thomas Paine, observador privilegiado do processo revolucionário francês, na *Declaração dos direitos* os representantes do povo francês “decidiram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem”.<sup>70</sup> Ou seja, eles não estavam se referindo somente aos franceses de 1789, mas sim aos homens de todos os países e em todas as épocas. De acordo com Vovelle, a originalidade do texto francês, quando comparado às Declarações de Direitos erigidas pelos ingleses no século XVII e pelos vários estados norte-americanos na Guerra da Independência, seria sua pretensão à universalidade.<sup>71</sup> Para os franceses, sua sociedade nascente poderia servir de modelo para todos os outros países. Defendiam que ela se assentava em princípios universais, que estava em concordância com as leis que regem natureza e sociedade. Nesse sentido, seria legítima porque se fundamentava nas necessidades da humanidade, pondo abaixo a organização social aristocrática, fundada em hierarquias arbitrárias, condizente com os interesses de alguns. Logo nos primeiros parágrafos da *Declaração*, observamos expostos de forma explícita os ideários liberais e democráticos.

1) Os homens nascem e vivem iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter fundamento na utilidade comum.

---

<sup>69</sup> VOVELLE, op. cit., p. 43 e 47.

<sup>70</sup> PAINE, op. cit., p. 92.

<sup>71</sup> VOVELLE, op. cit., p. 43.

2) O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

3) O princípio de toda soberania reside essencialmente, na nação. Nenhuma corporação e nenhum indivíduo podem exercer autoridade que dela não derive expressamente.

4) A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique os outros. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem só tem como limites os que garantem aos outros membros da sociedade o exercício livre destes direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei.<sup>72</sup>

Fica explícito que é a dimensão do universal que legitima o estabelecimento da nova sociedade. A ideia de soberania popular, que fundamenta um novo tipo de poder político, se pauta nas crenças da racionalidade ocidental como única e legítima fonte de autoridade e da imutabilidade da razão, ou seja, na ideia de que ela seria una e idêntica para todos os seres humanos.<sup>73</sup> Sendo os indivíduos iguais e dotados de razão, todos deveriam ser portadores dos mesmos direitos, capazes de opinar e decidir sobre o que é mais adequado para eles mesmos. A sociedade civil nasce assim sob o signo de ser a melhor e a mais justa, porque condizente com princípios legítimos e em acordo com as necessidades de toda a humanidade.

Um olhar mais cuidadoso sobre a intensa transformação social e cultural que alcançou seu ápice no século XVIII nos mostra, entretanto, que ela foi profundamente marcada por ambiguidades e contradições. Os filósofos ilustrados, defensores ardorosos dos ideários de igualdade e liberdade, defenderam em sua maioria a ideia de uma natureza feminina separada e inferior. Mesmo declarando guerra aos preconceitos, os filósofos não pensaram em libertar-se deles no que dizia respeito às mulheres. Os revolucionários franceses, comprometidos em erigir uma sociedade justa e igualitária, não pestanejaram ao excluir metade da humanidade do exercício ativo da cidadania. À semelhança das crianças, dos loucos, dos escravos, foi interdito às mulheres integrar a humanidade responsável e dotada de direitos universais.

---

<sup>72</sup> Declaração dos direitos do homem e do cidadão. Conforme citado por Thomas Paine in: Paine, op. cit., p 93.

<sup>73</sup> CASSIRER, op. cit., p. 23.

## 1.2 DISCURSOS ILUMINISTAS SOBRE O FEMININO: DELIMITAÇÕES

John Locke, cujo pensamento filosófico e político inspirou os iluministas e também os princípios que fundamentaram a *Declaração dos Direitos do homem e do cidadão*, aprovada pela Assembleia Francesa reformadora em 1789, e a *Lei dos Direitos* norte-americana, ao criticar o poder absoluto dos reis rechaçou de forma contundente a ideia de que o poder monárquico seria um prolongamento do poder patriarcal. Dentro dessa lógica, os monarcas eram vistos como pais de seus povos e a submissão dos filhos aos pais representava o modelo de toda organização social, conforme a lei natural e divina. Nesse sentido, o poder dos reis era considerado idêntico e ilimitado como o dos pais. Legitimava-se, assim, o paternalismo político, característico do Antigo Regime. O filósofo em questão teceu críticas à concepção de pátrio poder, buscando deslegitimar o poder absoluto mediante a desestruturação de suas bases.

Para Locke o poder do pai não era ilimitado, primeiro porque era exercido juntamente com a mãe. Ao se referir ao pátrio poder como exclusivamente masculino, ele afirma: “se porém, consultarmos a razão e a revelação, constataremos que cabe à mãe igual direito. Diante disso, é justificável, indagar se não seria mais correto denominar esse direito de “poder dos pais””.<sup>74</sup>

Além disso, mesmo a autoridade dos pais só se manteria durante a infância dos filhos, idade na qual a razão ainda não se encontrava completamente autônoma.

Devo admitir que os filhos não nascem nessa condição de igualdade, muito embora nasçam para ela. Os pais lhe impõem uma espécie de regra e jurisdição quando vêm ao mundo, e a conservam ainda por algum tempo, mas tal poder é apenas temporário. Os laços dessa sujeição são comparáveis aos cueiros em que são envoltos e que os abrigam durante a fragilidade da infância; contudo, a idade e a razão, à medida que crescem, os afrouxam, até que afinal deles se libertam, ficando o homem livre e sob sua própria tutela.<sup>75</sup>

Ou seja, com a chegada da idade da razão, os indivíduos teriam liberdade de guiar-se por si mesmos, pois “a liberdade do homem e a liberdade de agir consoante à própria vontade baseiam-se no fato de possuir ele razão bastante para instruí-lo na lei que terá de ser seu

---

<sup>74</sup>LOCKE, op. cit., p. 51

<sup>75</sup> Ibid, p. 52.

rumo”.<sup>76</sup> Para Locke, somente a racionalidade legitimaria a liberdade, ao possibilitar aos indivíduos autonomia no pensar e no agir, sem a necessidade de se colocar sob a autoridade de outrem.

Nesse sentido, mesmo que a autoridade do monarca se igualasse à dos pais, ela seria limitada. Com a maturação da razão, os indivíduos estariam libertos do poder soberano do rei e aptos para participar de uma união política consensual, realizada a partir de homens livres e iguais. Mas deixando essa discussão de lado, que já foi contemplada anteriormente, o que nos interessa aqui é refletir acerca de algumas limitações de gênero presentes na argumentação de Locke.

Apesar de ter argumentado contra o poder absoluto do rei e a favor de relações contratuais livres entre os homens, Locke não incluiu as mulheres como participantes da sociedade civil. Embora questionasse a monarquia absoluta de Adão e também a eterna submissão de Eva, prevalecia ainda, no caso de disputa na família, um entendimento diferente entre marido e mulher, “a palavra final, isto é, a regra” caberia “naturalmente ao homem, por ser mais capaz e mais forte”.<sup>77</sup> Fica explícito que para Locke homens e mulheres possuíam uma razão diferenciada, que para ele as mulheres não seriam completamente racionais, pois isso ele lhes postulava o mesmo que definira para as crianças e para os loucos, ou seja, não exercer a completa autonomia e ter que viver sob a tutela de outrem.

alguém não atinge o grau de razão que supostamente o faria apto a conhecer a lei e assim passar a viver dentro dos limites por ela estabelecidos, este não será jamais passível de se tornar um homem livre, nunca lhe será permitido dispor da vontade própria (uma vez que, por não ter entendimento, não lhe conhece os limites, o que poderia ser-lhe guia adequado), mas permanecerá sob a tutela e governo de terceiros por todo o tempo em que seu entendimento for incapaz de assumir tal encargo. Assim sendo, loucos e os idiotas não se libertam nunca do governo dos pais.<sup>78</sup>

Ao defender a existência de uma hierarquia natural entre os sexos e pressupor que as mulheres necessitam estar sob o controle e o cuidado dos homens, Locke deixa implícito que

---

<sup>76</sup> Ibid, p. 56. Não podemos deixar de frisar que Locke parece atribuir igual autoridade à razão e à revelação, ou à ciência e à religião. Além disso, segundo Ciriza, o empirismo lockeano nega a existência de ideias inatas, porém sua obra política deixa entrever sua convicção de direitos naturais inatos que provêm da lei natural, impresso “nos corações dos homens”. (CIRIZA, Alejandra. “A propósito de Jean Jacques Rousseau: contrato, educação e subjetividade”. In: BORON, Atílio. *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: USP, 2006. p. 58) Isso se explica se lembrarmos que Locke se insere na tradição de pensamento vigente no século XVII, quando a filosofia começou a ser pensada em termos de *dever*, mas manteve o *ser* em estado latente em suas reflexões.

<sup>77</sup> LOCKE, op. cit., p. 67.

<sup>78</sup> LOCKE, op. cit., p. 55.

elas não têm condição e as aptidões necessárias para participar do contrato político (possível somente entre indivíduos iguais). Nesse sentido, sua crítica à legitimidade do poder patriarcal é limitada, pois não questiona o poder dos homens sobre as mulheres. De acordo com Pateman, “o direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não é fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa)”.<sup>79</sup>

Podemos dizer, dessa forma, que Locke estabelece uma cisão entre o poder político e o poder doméstico. Enquanto o contrato político seria próprio da esfera pública (da liberdade civil), o casamento e o contrato matrimonial seriam próprios da esfera privada (de relações hierárquicas naturais). Segundo Pateman, “o casamento necessariamente difere de outras relações contratuais porque participam do contrato um “indivíduo” e um subordinado natural, e não dois “indivíduos””.<sup>80</sup>

É interessante pensar nas contradições apresentadas por Locke, pois, para o ele, uma vez que o contrato original foi feito e instituída a sociedade civil, o estado natural é abandonado e o contrato estabelece relações civis, e não, naturais. O casamento, entretanto, ainda apresenta um status natural, mesmo na sociedade civil.

O problema da persistência da desigualdade entre os sexos numa ordem social baseada na igualdade se resolve, dessa forma, pelo estabelecimento de um lugar “naturalmente” designado para as mulheres, o da criação e cuidado dos filhos e dos afetos, o espaço privado.

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 18.

<sup>80</sup> *Ibidem.*, p. 87.

<sup>81</sup> *Ibidem.*, p. 28. O significado do que é ser um indivíduo, produtor de contratos e civilmente livre, é revelado pela sujeição das mulheres na esfera privada. A forma como as relações de gênero são utilizadas metaforicamente para dar significado ao conceito de liberdade civil, remete-nos à discussão que Joan Scott faz sobre a forma que o gênero é utilizado para legitimar e construir relações de poder, inclusive no campo da teoria política. Segundo Scott, “estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” ou, em outras palavras, “as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido, e a diferença sexual é um modo principal de dar significado à diferenciação”. (SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n° 2, jul/dez, 1995, p. 16 e 17).

Apesar de ter discutido muito pouco em seus escritos sobre a relação entre os sexos, Locke deixou entrever que o seu ideal de igualdade não era tão universal assim. O mesmo não se poder afirmar sobre os filósofos ilustrados.

Conforme Godineau, durante o Século das Luzes a figura feminina se encontra no centro de uma série de textos em que filósofos, médicos e escritores se interrogam sobre sua fisiologia, sua mente, sua educação, seu papel na sociedade.<sup>82</sup> É nesse período que se afirma a ideia de uma natureza feminina específica, obra dos filósofos e médicos que se perguntaram sobre o que é a mulher e o que a distinguia do homem.<sup>83</sup> Esse intenso debate se explica se lembrarmos a ânsia demonstrada pelos estudiosos do século XVIII em discutir, analisar e repensar tudo. Desde os princípios das ciências profundas, os fundamentos da revelação, a metafísica, as questões de gosto, a música, a moral. Tudo teve que ser repensado, agora pela óptica da razão, as mulheres não foram exceção.

Há outro fator relevante para esse interesse pelo feminino: a necessidade de se definir seu posicionamento e sua função na nascente sociedade civil. Tanto os filósofos e pensadores que idealizaram a nova ordem social, quanto os revolucionários, que se ocuparam com sua organização prática, demonstraram essa preocupação.

Dentre os filósofos iluministas que opinaram sobre as mulheres e se preocuparam em analisá-las e definir seu lugar na nova sociedade, devemos destacar Jean Jacques Rousseau e Denis Diderot. O primeiro dedica a última parte de seu livro *Emílio; ou, da Educação* (1775) à Sofia ou à mulher e o segundo produz sobre as mulheres escritos numerosos e variados, entre eles o texto “*Sobre as mulheres*”.<sup>84</sup>

Esses filósofos, críticos argutos de um pensamento tradicional e de uma sociedade desigual e ilegítima, não questionaram as hierarquias de sexo. Mesmo declarando guerra aos preconceitos e às tradições, esses filósofos não conseguiram repensar o lugar das mulheres. Apesar de colocar no centro de seu discurso os ideais de igualdade, liberdade e autonomia,

---

<sup>82</sup> GODINEAU, Dominique. “A mulher” In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 313.

<sup>82</sup> GODINEAU, op cit., p. 314.

<sup>82</sup> CRAMPE- CASNABET, Michèle. “A mulher no pensamento filosófico do século XVIII”. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 1994. p. 331.

<sup>83</sup> Desde a Idade Média, os discursos masculinos debatiam-se entre o aristotelismo que reduzia o feminino a uma incompletude, uma cópia inacabada do macho e o galenismo que o definia como o inverso do homem, no sentido de encarar o corpo feminino como uma introversão do corpo masculino. (BERRIOT- SALVADORE, Évely. “O discurso da medicina e da ciência. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna*. 3 Porto:Afrontamento, 1994. p. 409)

<sup>84</sup> Publicado pela *Correspondance littéraire*, em julho de 1774. BADINTER, Elisabeth. *O que é uma mulher?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 08.



eles continuaram a defender que o sexo feminino era inferior e dependente. Só que agora sobre novas bases.

Num século em que a natureza é concebida não apenas como um objeto de investigação teórica, mas também como um princípio normativo, os filósofos recorreram a ela para legitimar suas colocações sobre o feminino. Conforme Crampe-Casnabet, “seria interminável inventariar nos textos filosóficos ocorrências tais como: a natureza quis... a natureza fez com que... a mulher é por natureza...”<sup>85</sup> Ora, na medida em que é ordem e norma, a natureza confunde-se com a razão. O recurso à natureza permite, portanto, produzir uma teoria racional do feminino. Mas a compreensão dos impulsos naturais da mulher não exige dos estudiosos que recorram ao *estado de natureza*, como o fizeram na busca pelo “homem natural”. Para os filósofos das Luzes, a mulher não saía do *estado de natureza*. Diferente dos homens, que são seres naturais, mas mantêm relações mediadas com a natureza porque evoluíram, as mulheres não o fizeram e por isso mantinham até o presente uma relação imediata com a natureza.<sup>86</sup> Ou seja, estavam completamente voltadas para dois fins: a conservação do indivíduo e a propagação da espécie. Essa lógica de pensamento levou os pensadores a focar a sexualidade feminina como determinante na definição da natureza das mulheres. Os dois pensadores selecionados para análise se inserem nessa tradição de pensamento.

Para esses autores, as mulheres são efetivamente metade do gênero humano, mas uma metade fundamentalmente diferente. Tudo começa por uma verificação, os homens e as mulheres são fisicamente diferentes. Foi a *Natureza* quem determinou esta diferença e ela nada faz ao acaso (credo finalista). Existem, sem dúvida, aspectos respeitantes “à espécie”, escreve Rousseau, visto que as diferenças se referem “ao sexo”.<sup>87</sup> O problema é que, conforme tal autor, tudo nas mulheres deriva do sexo. “O macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante a vida toda (...) tudo a leva sem cessar ao seu sexo”.<sup>88</sup>

Essa opinião não é exclusividade de Rousseau, visto que Diderot pensa exatamente o mesmo. Para ele, a mulher é comandada por seu útero. Ele diz: “A mulher traz dentro de si

---

<sup>85</sup> CRAMPE-CASNABET, p. 381.

<sup>86</sup> Os iluministas, em sua maioria, defendiam que nas mulheres o processo genético dos conhecimentos, que conduz da sensação à ideia abstrata, se tivesse congelado. Nesse sentido, elas não teriam a capacidade de abstrair e generalizar, ou seja, de pensar. Agindo sempre por impulso ou instinto, elas não evoluíam, não teriam historicidade, permanecendo sempre no *estado de natureza*. Idênticas a si próprias nas suas funções e deveres, as mulheres continuavam a ser sempre as mesmas. (CRAMPE-CASNABET, op. cit., p. 388)

<sup>87</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio; ou, Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 423-424.

<sup>88</sup> ROUSSEAU, op. cit., p. 428.

um órgão susceptível de terríveis espasmos, que dispõe dela...”<sup>89</sup> e acrescenta que a vida da mulher é marcada pelas suas funções sexuais: menstruação, gravidez, menopausa. Para tal autor a existência da mulher seria legitimada pela sua função materna. O útero é, assim, o seu órgão principal, a partir do qual seria definida em sua totalidade. Dominada e determinada por tal órgão, a mulher não existiria senão por ele.<sup>90</sup>

Rousseau explica a diferença das funções entre os sexos inscrevendo-as, obviamente, na *natureza*. Para ele, os dois sexos são diferentes porque seguem suas determinações naturais. Cada qual, na sua especificidade, contribui para um objetivo comum, mas não da mesma maneira: “um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco”.<sup>91</sup> Ou seja, para haver a união entre os sexos e conseqüentemente a reprodução da espécie, finalidade última da Natureza, esta constituiu o homem e a mulher diferentemente, cada qual necessitando do outro de maneira específica.<sup>92</sup> Sendo a mulher mais fraca, precisaria do homem mais forte. Segundo Rousseau,

a mulher é feita especialmente para agradar o homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada já, pela simples razão de ser forte (...) Se a mulher é feita para agradar e ser subjugada, ela deve tornar-se agradável ao homem ao invés de provocá-lo. Sua violência está nos seus encantos; é por eles que ela deve constrangê-lo a encontrar sua força e empregá-la. Daí nascem o ataque e a defesa, a ousadia de um sexo e a timidez do outro, finalmente a modéstia e pudor com que a natureza armou o fraco para escravizar o forte.<sup>93</sup>

Nesse sentido, a natural inteligência da mulher a orientaria mediante uma lei imutável da Natureza, a procurar agradar e atrair o homem. Para tanto, deveria cultivar sua modéstia e seus encantos físicos e morais (beleza, doçura, recato, passividade) na medida em que estes constituiriam sua única e autêntica fonte de poder sobre os homens.

<sup>89</sup> DIDEROT, Denis de. “Sobre as mulheres”. In: BADINTER, E. *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 123.

<sup>90</sup> Percebemos, assim, que o mito da mulher-útero substituiu a teoria dos humores, erigindo a especificidade feminina em contraposição à mulher-macho inacabada. Continua, no entanto, legitimando a inferioridade “natural” da mulher. (BERRIOT- SALVADORE, op. cit., p. 422).

<sup>91</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio; ou, Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 424.

<sup>92</sup> Como já colocado anteriormente, segundo Rousseau no *estado de natureza* os seres humanos eram governados por dois desejos primordiais: o *amor de si* e a *compaixão*. Mas, além dessas paixões centrais, o autor considera outra: o instinto de reprodução, ou o impulso sexual. Apesar de Rousseau defender que esse sentimento se refinou com os vínculos sociais, para o filósofo a atração existente entre os sexos, o instinto que atrai mulheres e homens, está inscrito na natureza. (FORTES, *Rousseau...*, op. cit., p. 65)

<sup>93</sup> *Ibid*, p. 424.

o mais forte, aparentemente senhor, depende na realidade do mais fraco; e isso não em virtude de uma frívola galanteria, nem de uma orgulhosa generosidade do protetor, e sim em consequência de uma lei invariável da natureza que, dando a mulher maior facilidade de excitar os desejos do homem que a este de satisfazê-los, faz depender o homem, apesar de tudo, da boa vontade da mulher e o leva a procurar por sua vez agradar-lhe para conseguir que ela consinta em deixá-lo ser mais forte.<sup>94</sup>

Assim, a natural superioridade do homem permanecia compensada por sua dependência (sensual) da mulher. Não podemos deixar de frisar, no entanto, que, embora tal relação tivesse certa conotação de complementaridade, se trata de uma complementaridade hierarquicamente disposta. Segundo Rousseau: “A mulher e o homem são feitos um para o outro, mas sua dependência natural não é igual: os homens dependem das mulheres por seus desejos; as mulheres dependem dos homens por seus desejos e suas necessidades; nós subsistiríamos mais sem elas do que elas sem nós.”<sup>95</sup> Podemos afirmar, dessa forma, que a força e obviamente também a razão pertenceriam à natureza masculina, enquanto a sedução seria fonte de poder para a natureza feminina.

Observamos, assim, que a sexualidade feminina legitima a “natural” inferioridade da mulher. Esta inferioridade estende-se, naturalmente, a todo seu ser, particularmente às suas faculdades intelectuais. Para os iluministas, a mulher não poderia ter o mesmo tipo de razão que o homem, pois estaria, tal como o resto de sua pessoa, sujeita ao sexo. Daí provém, em grande parte, sua fraqueza e, por conseguinte, a sua inferioridade. A mulher seria uma eterna doente, sujeita regularmente a males que lhe seriam específicos. Estes não lhe permitiriam levar uma vida social ativa. Por outro lado, o útero dominador faria da mulher um ser excessivamente sensível, presa de uma imaginação desenfreada. Diderot, depois de ter salientado que tal órgão dispõe da mulher, acrescenta que “suscita em sua imaginação fantasmas de todo tipo”.<sup>96</sup> Essa sensibilidade excessiva bloquearia seu desenvolvimento intelectual.

Para Rousseau, a mulher não seria desprovida da razão. De acordo com ele, esta faculdade seria mais elementar nas mulheres, não cabendo a elas cultivá-la senão na medida em que dela têm necessidade para cumprir os seus deveres naturais (a obediência e fidelidade ao marido, ternura e cuidado para com os filhos). A única ciência, para além de seus deveres, que caberia à mulher seria conhecer os homens que a rodeiam e, essencialmente, seu marido.

---

<sup>94</sup> Ibid, p. 426.

<sup>95</sup> Ibid, p. 432.

<sup>96</sup> DIDEROT, op. cit., p. 123.

Tudo o que o seu sexo não pode fazer por si mesmo, e que lhe é necessário ou agradável, é preciso que ela tenha a arte de fazer com que queiramos; cumpre pois que ela estude a fundo o espírito do homem, e não por abstração o espírito do homem em geral, mas o espírito dos homens que a cercam, o espírito dos homens a que está sujeita, ou pela lei ou pela opinião.<sup>97</sup>

Observamos, mais uma vez, que a filosofia de Rousseau se baseia na necessidade “natural” que as mulheres têm em agradar os homens, necessitando por isso conhecer-lhes os gostos e as aspirações. Em outro trecho do *Emílio* afirma que “o mundo é o livro das mulheres”<sup>98</sup>, não necessitando estas de qualquer outra leitura. Ou seja, a mulher só teria relação com o concreto, com o visível. A incapacidade de abstrair como o homem se traduziria, entre outros aspectos, na impossibilidade de estas compreenderem razões de crer em matéria religiosa<sup>99</sup>, ou de não possuírem bastante precisão e atenção para brilhar nas ciências exatas. As mulheres seriam incapazes de atividade conceitual, não possuiriam uma razão teórica.

Tanto Rousseau quanto Diderot, como a maior parte dos filósofos do Século das Luzes, eram adeptos da teoria empirista-sensualista do conhecimento. Conforme Crampe-Casnabet, tal teoria defende que as ideias resultam da experiência, sendo o produto complexo de operações de comparação, de combinações que trabalham e organizam a matéria-prima do conhecimento: a sensação. Para o pensamento iluminista, essa gênese das faculdades, da sensação até a ideia abstrata, se constituiria como característica de toda espécie humana, traduzindo o desenvolvimento psicológico e intelectual de todos os indivíduos. Mas não, obviamente, o das mulheres. O discurso hegemônico dos filósofos das Luzes procede como se na natureza feminina o processo genético dos conhecimentos se tivesse congelado. A sensibilidade excessiva própria do feminino bloquearia esse desenvolvimento. Ou seja, demasiadas sensações impediriam a maturação das ideias, a passagem do sensível ao conceitual. As ideias ficariam, assim, presas ao primeiro estágio, o da imaginação. Não aquela que contribui geneticamente para o conhecimento; trata-se de imaginação negativa, que faz tomar os desejos por realidades, que induz incessantemente ao erro, povoada por “fantasmas de toda espécie”. Essa fixação do espírito feminino no estágio imaginativo explica, para os filósofos, que ele continue a ser infantil, frágil e incontrolável. “Oh, mulheres! sois crianças

---

<sup>97</sup> ROUSSEAU, op. cit., p. 463.

<sup>98</sup> Ibid, p. 464.

<sup>99</sup> É por essa razão que, conforme Rousseau, a filha deveria ter a religião da mãe e a esposa a do seu marido. Ibid, p. 448-449.

bem extraordinárias”<sup>100</sup>, escreve Diderot. A mulher seria, dessa forma, o ser da paixão e da imaginação, não do conceito e da razão.

Da inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre uma definição da função e do seu papel. A mulher é, essencialmente, esposa e mãe. Dificilmente concebe-se, nesse sentido, que a mulher não seja casada, que não tenha filhos. Este papel de procriadora, conforme Crampe-Casnabet, é inseparável do estatuto de servidão doméstica: ocupar-se do marido, dos filhos, da casa confere e impõe tantos deveres que seria cruel sobrecarregar a mulher com outras preocupações.<sup>101</sup> Observamos, assim, que à mulher idealizada pelos iluministas caberia essencialmente o espaço doméstico. Rousseau, ao se referir a esta questão, afirma que “tal é a maneira de viver que a natureza e razão prescrevem ao sexo.”<sup>102</sup> Ao homem, pelo contrário, caberia ocupar-se dos negócios públicos, do governo, do Estado.

Seguindo a lógica da desigualdade e da hierarquia entre os sexos que marca o pensamento desses filósofos, também o estatuto dos esposos se mostra desigual. O marido é o chefe da família, senhor de sua mulher. Citemos novamente Rousseau, quando o preceptor dá os seus conselhos a Sophie: “Ao tornar-se vosso esposo, Émile tornou-se vosso chefe, a vós pertence obedecer-lhe, assim o quis a natureza.”<sup>103</sup> O elemento que talvez distinga melhor a diferença de papéis é o modo que a razão se apresenta a cada um deles. Como dito anteriormente, para Rousseau a mulher possui uma razão mais elementar que o homem. Nesta, a razão seria mais prática, naquele, determinaria os fins que devem ser buscados. Dessa forma o homem estabelece os fins, o que é melhor, e a mulher executa as decisões do marido. Disto resulta, segundo Rousseau, uma relação social dos sexos admirável. Um depende do outro e juntos formam a harmonia. Contudo, como assinalado anteriormente, tal dependência não é igual: enquanto os homens poderiam subsistir sem as mulheres, elas não o conseguiriam sem os homens.

A educação tem dentro do pensamento iluminista um papel fundamental. Entre os filósofos das Luzes era majoritária a ideia de que a instrução aperfeiçoa a espécie humana e permite, dessa forma, acelerar o seu progresso irreversível em direção à liberdade e à racionalidade. O triunfo do empirismo lockeano, que sugeria o equilíbrio da educação sobre a natureza, levou os iluministas a acreditarem que o homem era um ser perfectível. Ou seja, estes pensavam que pela educação era possível moldar o homem até lhe conferir uma forma

---

<sup>100</sup> DIDEROT, op. cit., p. 124.

<sup>101</sup> CRAMPE- CASNABET, op. cit., p. 389.

<sup>102</sup> ROUSSEAU, op. cit., p. 435.

<sup>103</sup> Ibid, p. 579.

ideal, havendo, assim, a superação do ser humano e o surgimento de um “Homem Novo”, racional, emancipado, livre dos preconceitos e das tradições e, principalmente, imbuído de ideais humanitários.<sup>104</sup>

Não podemos deixar de nos perguntar, nesse sentido, o que os iluministas pensavam da educação das mulheres. Encarando-as como pertencente à espécie humana, também pensavam que eram perfectíveis, necessárias para o progresso da humanidade? Deveriam, nesse sentido, receber a mesma educação que os homens? Novamente, com raras exceções, é predominante entre tais filósofos a defesa de uma educação diferenciada para as mulheres.

Rousseau, por exemplo, parte da desigualdade entre os sexos para exigir uma educação específica para o sexo feminino. Afirma ele: “Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter, nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação”.<sup>105</sup>

Como citado anteriormente, Rousseau encara a relação entre os sexos como uma relação de interdependência, porém pouco igualitária. Sendo a mulher “inferior” ao homem, tanto física quanto intelectualmente, necessitaria ser guiada e protegida, sob a pena de perecer sem ele. Necessitando tanto assim do homem, ela precisaria de uma educação que desenvolvesse suas qualidades naturais, próprias para agradar e atrair o homem.

assim o mandou a natureza, que dá às mulheres um espírito tão agradável e tão versátil (...) ela quer que elas pensem, julguem, amem, conheçam, cultivem seu espírito como seu rosto; são as armas que lhes dá para suprir a força de que carecem e para dirigir a nossa. Elas devem aprender muitas coisas, mas as que lhe convém saber.<sup>106</sup>

Nesse sentido caberia à mulher aprender a cultivar a doçura, o recato, a beleza, a delicadeza, a sedução todas indispensáveis para agradar o homem. Percebemos que para Rousseau a mulher é o ser da aparência, que só existe pelo olhar de *outrem*, que se molda conforme os desejos masculinos. Nesse sentido, ela corresponde à definição rousseuniana do homem corrompido pela degradação social, um ser que cultiva as aparências, uma máscara sem profundidade, um ser que já não está presente em si. Essa infelicidade do homem fora de si que Rousseau descreve e deplora é, aos seus olhos, o estatuto natural (e não social) da mulher.

---

<sup>104</sup> VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 09.

<sup>105</sup> ROUSSEAU, op. cit., p. 430.

<sup>106</sup> Ibid, p. 432.

Qualquer alteração na educação feminina visaria alterar as leis da natureza e, de feito, iria contra os próprios interesses das mulheres. Quanto mais quiserem assemelhar-se a eles (os homens), menos os governarão e então é que eles serão os senhores.<sup>107</sup> Afirmava Rousseau, ao se referir às mulheres que desejavam ter os mesmos direitos que os homens.

Diderot também parece compartilhar as ideias de Rousseau. Diz ele, se referindo à beleza feminina, em uma carta dirigida a Sophie Volland (1762): “As mulheres parecem destinadas ao nosso prazer. Quando não possuem mais esse atrativo, tudo está perdido para elas.”<sup>108</sup> Não há melhor maneira de dizer que a mulher não tem existência autônoma. Só o olhar ou o desejo do homem lhe confere sua razão de ser.

Rousseau também afirma que a mulher deve ser instruída para que possa cuidar dos filhos, do marido e do lar, pois tais funções são próprias de sua natureza.

Toda educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância.<sup>109</sup>

As palavras do filósofo dizem melhor que todas as outras, como deve ser a educação das moças. A mulher não tem acesso ao conhecimento para si, mas para tornar sua presença agradável aos que a rodeiam. Decididamente, ela não é feita para saber, mas para o prazer e o bem-estar do marido e dos filhos.

Observamos ainda que entre os pensadores do Iluminismo prevalece a defesa da inferioridade da razão feminina, de que as mulheres não têm capacidade intelectual, advogando que seus estudos devem se limitar à prática. Citemos novamente Rousseau, nesse sentido, exemplar: “A procura de verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as idéias não é da competência das mulheres, seus estudos devem voltar-se à prática”<sup>110</sup> Ou seja, em relação à educação das mulheres predominava a ideia de uma formação que não subvertesse suas funções “primordiais”: ser esposa e mãe.

Não podemos deixar de sublinhar que ao longo de sua argumentação Rousseau deixa entrever sua concepção de natureza feminina como imutável, a-histórica. Apesar de o filósofo

---

<sup>107</sup> Ibid, p. 431.

<sup>108</sup> Conforme citado por Elisabeth Badinter In: BADINTER, *O que é a mulher...*, op. cit., p. 28.

<sup>109</sup> ROUSSEAU, op. cit., p. 433.

<sup>110</sup> Ibid, p. 463.

de Genebra defender que os seres humanos são perfectíveis, capazes inclusive de possuir uma segunda natureza (artificial), ele persiste em definir as mulheres mais como “fêmeas primitivas” do que como mulheres civilizadas, produto das relações sociais.<sup>111</sup>

Diderot segue em paralelo. De acordo com Badinter, para esse pensador a humanidade é uma longínqua abstração e só a diferença sexual é real. Considerando essa diferença como último determinante, era inevitável que Diderot fizesse a mulher aparecer em toda a sua alteridade. Distanciando-se do cartesianismo, que operou uma ruptura radical entre a humanidade e a animalidade, Diderot reata o laço entre o animal e o homem. Materialista ao extremo, ele afirma que não há entre os dois senão diferenças de gradação na complexidade da organização. Ou seja, nenhum imperativo filosófico obriga o pensador a associar a mulher ao homem no conceito fechado de humanidade. Ela pode encontrar seu lugar em alguma parte da cadeia dos seres, entre o homem e o animal.<sup>112</sup> Esses discursos naturalizantes, ao postular que as funções próprias do feminino estão inscritas na natureza num nível mais elementar que as funções masculinas, contribuem para que em fins do século XVIII a maior parte dos homens e mulheres passem a definir feminino e fêmea como sinônimos.<sup>113</sup>

Observamos que os discursos iluministas sobre o feminino se mostram extremamente contraditórios em relação a muitos dos ideários das Luzes. Apesar de apresentar-se como um discurso filosófico que busca eliminar as diferenças humanas, o discurso finalmente elaborado pelos pensadores acabou por justificar a inferioridade da mulher. Paradoxo ainda maior, no entanto, era sustentar a desigualdade intelectual das mulheres quando, precisamente, algumas mulheres de condição social elevada organizaram e lideraram salões onde se propagava o espírito filosófico e contribuíram para o desenvolvimento da literatura e para a difusão das ciências e das artes.<sup>114</sup>

O Iluminismo não foi uma doutrina pregada nas universidades. Na verdade, ele se desenvolveu em lugares bastante distintos, como cafés e salões. Conforme Dulong, as universidades, fechadas em seu dogmatismo e na sua soberba, rejeitavam com hostilidade tudo o que contradizia a sacrossanta autoridade dos Antigos, restando dessa forma aos círculos privados gerir as novas descobertas e teorias.<sup>115</sup>

---

<sup>111</sup> FORTES, *Rousseau...*, p. 63.

<sup>112</sup> BADINTER, *O que é a mulher...*, p. 33.

<sup>113</sup> POOVEY, Mary. *The Proper Lady and Woman Writer. Ideology as Style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. Chigado: Chicago University Press, 1984. p. 6.

<sup>114</sup> CRAMPE- CASNABET, op. cit., p. 373.

<sup>115</sup> DULONG, C. “Da conversação à criação”. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Vol. 3 Porto: Afrontamento, 1994. p. 479.



Em tais espaços se encontravam lado a lado nobres, burgueses, ricos, letrados, homens de ciência de todas as nacionalidades. Local de encontro, de saber, de criação, de intercâmbio, de circulação cultural, os salões eram também locais de promiscuidade intelectual. Nestes, as mulheres ocupavam uma posição fundamental. Além de promover e presidir tais espaços, cabia a elas equilibrar as tensões inerentes às discussões. Por intermédio de uma autoridade invisível e discreta, as personalidades masculinas se harmonizavam por obra do altruísmo feminino.<sup>116</sup>

Para Godineau, os salões foram, sem dúvida, locais de promoção feminina. Permitiram às mulheres a participação na sociabilidade cultural da época e a ter também uma função intelectual, brilhante e reconhecida.<sup>117</sup> Também propiciaram a elas a possibilidade de reflexão, de refinamento do espírito e mesmo de criação intelectual. Foram nesses espaços de sociabilidades que muitas mulheres tiveram a oportunidade de fortalecer sua educação, ao entrar em contato com saberes que lhes eram comumente negados.

As novas formas de sociabilidade que se desenvolveram nesses ambientes, fundadas na cultura, na conversação e no cultivo da amizade, também contribuíram para a transgressão das barreiras e hierarquias de gênero vigentes naquele período.<sup>118</sup> Devido ao ideal de amizade que regia as relações entre os sexos nesses ambientes letrados, foi possível às mulheres estabelecer relações diferenciadas com os homens, ultrapassando as de esposa e mãe. Segundo Martins, “foi pela amizade que as mulheres começaram a se desamarrar de alguns estreitos limites impostos pela ideologia de gênero, ensaiando novos papéis e se afirmando enquanto indivíduos autônomos no agir e no pensar”.<sup>119</sup>

Muitas daquelas que presidiam ou frequentavam os salões eram mulheres cultas e inteligentes. Recordemos da marquesa de Châtelet, que traduziu os *Principia mathematica philosophie naturalis* de Newton para o francês e da famosa escritora francesa, Madame d'Épinay, autora dos *Colóquios de Emília* (1776). Ambas patrocinavam famosos salões literários e conviviam com a nata do mundo letrado parisiense, como Voltaire, Grimm, Diderot e o próprio Rousseau, tão convicto da inferioridade intelectual das mulheres.<sup>120</sup> Mas, como explicar por que esses filósofos, mesmo conhecendo damas tão eruditas, não pensaram

<sup>116</sup> CHARTIER, Roger. “O homem de Letras”. In: VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 131.

<sup>117</sup> GODINEAU, D. op. cit., p. 327.

<sup>118</sup> MARTINS, A. P. V. Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas. *História: Questões e Debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 25, n. 46, jan./jun. 2007. p. 4-5.

<sup>119</sup> Ibid., p. 2.

<sup>120</sup> Sobre as obras e as relações intelectuais dessas pensadoras ver BADINTER, E. *Émilie, Émilie: a ambição feminina do século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

duas vezes ao defender a incapacidade intelectual das mulheres e, baseados nisso, interditar-lhes a autonomia?

Pensamos que alguns fatores explicam essa insistência em defender a desigualdade sexual no interior de um pensamento que promulgava a igualdade universal. O contexto de efervescência da ideia de igualdade e das críticas à velha ordem levou muitos pensadores, ainda presos à tradição e às assimetrias de gênero arraigadas, a se preocupar em reafirmar o tradicional lugar do feminino. Além disso, segundo Badinter:

Desde o meio do século, uma mudança de mentalidades começa a se fazer sentir, tanto no plano econômico quanto no afetivo. Os princípios da burguesia ganham a sociedade. Toma-se a consciência de que a riqueza de uma nação depende, em primeiro lugar, de uma população numerosa. São necessários braços que segurem a foice em tempos de paz e o fuzil em tempo de guerra. É, portanto, urgente pôr fim à hemorragia das crianças, das quais quase metade morre antes dos dez anos, por falta de higiene e cuidados maternos. Eis a mulher elevada à categoria de interlocutor privilegiado, já que é dela que depende todo o sucesso da operação.<sup>121</sup>

Levar as mulheres a se conformar com o seu papel na nascente sociedade civil é o intuito da maioria dos filósofos, assim como de filantropos, médicos, padres e moralistas que discorrem sobre o feminino incansavelmente ao longo do século. Como já vimos, Rousseau defendia espaços de atuação diferenciados para cada sexo e exaltava a natureza maternal das mulheres. Nesse sentido, suas ideias alcançam um sucesso estrondoso no final do XVIII porque superam amplamente o homem que as formulou.

A separação das esferas pública e privada, central na conformação ideológica do primeiro liberalismo, foi estabelecida sobre discursos normativos específicos para cada sexo. A identidade social masculina relacionava-se à esfera pública, *locus* de ação e realização do indivíduo moderno e a identidade social feminina relacionava-se à esfera privada, *locus* de refúgio, de privacidade desse mesmo indivíduo. A esfera pública (masculina) podia funcionar – em termos sociais e econômicos, mas também emocionais e morais – na medida em que se mantivesse e se alimentasse de uma esfera privada (feminina), definida em termos antagônicos em relação ao exercício da razão e da competência individual. A esfera íntima, ao menos na teoria, devia ser o espaço do amor, dos sentimentos, dos laços de parentesco, da amizade, onde o homem civilizado e autocontido, público e racional, se convertia no homem

---

<sup>121</sup> BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 23.

sentimental.<sup>122</sup> Para desempenhar seu papel na nova organização social cabia às mulheres adequar-se ao ideal de “anjo doméstico”: a definição social da mulher como epítome dos valores morais e privados.

Nesse sentido, tudo dependia da mulher e da sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada. Com essas três condições, a felicidade do homem e da sociedade estavam garantidas.

### 1.3 DIREITOS, CIDADANIA E REVOLUÇÃO: A EXCLUSÃO DAS MULHERES

Os ideários iluministas influenciaram sobremaneira a Revolução que explodiu no fim do século. Inspirados nas críticas ilustradas às tradições e aos preconceitos, os revolucionários franceses exigiram o fim do Antigo Regime. Pautados nos ideários de liberdade, igualdade e autonomia eles fundaram a nova sociedade, considerada por eles justa e legítima. Não podemos nos admirar, nesse sentido, que ao definir o estatuto social e político das mulheres na nova ordem social tenham buscado inspiração nos pensadores ilustrados.

Como observado anteriormente, os filósofos iluministas defendiam majoritariamente a desigualdade sexual. Esse posicionamento diferencialista, no interior de uma filosofia que se diz universal, gera ambiguidades e contradições. Os revolucionários, ao se fundamentar nessa lógica de pensamento, produziram um paradoxo. Assim como os pensadores ilustrados, os revolucionários também defenderam o ideal de igualdade abstrato e elitista, válido somente para alguns indivíduos do sexo masculino. Mesmo cientes de que seu ideal de soberania se legitimava ao traduzir a vontade de todos, não hesitaram em se autoproclamar como representantes absolutos da vontade da nação, privando metade do gênero humano do direito imprescindível de emitir opinião.

Os homens da revolução que discursaram sobre o destino de suas companheiras o fizeram nas tribunas, nas assembleias e nos clubes revolucionários. Cidadãos comuns, que tomaram a palavra, que se envolvem com o debate político num período em que os assuntos públicos passam a ser de responsabilidade de todos. De acordo com Sledziewski:

---

<sup>122</sup> BURDIEL, Isabel. “Introducción”. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication de los Derechos de la Mujer*. Madri: Ediciones Cátedra, 2000. p.15 - 17.

Com a Revolução inicia-se a era do império político. No espaço de algumas semanas, na Primavera de 1789, um povo ignorante dos assuntos da cidade começa a apaixonar-se por eles. Um viajante alemão, Joaquim Cape, que escreve de Paris aos seus compatriotas, espanta-se com o “o caloroso interesse que esta gente, que na sua maior parte não sabe ler nem escrever, demonstra pelos assuntos públicos”, e descreve os costumes surpreendentes de uma nação onde “a participação de todos” parece ser necessária para discutir acerca de tudo...<sup>123</sup>

Suas opiniões sobre as mulheres se transformaram ao longo do processo revolucionário, de início se mostraram quase indiferentes quanto à participação feminina, mas nos últimos anos da revolução se revestem de um reacionarismo extremo. Como explicar isso?

Em 1789, enquanto as três ordens redigem febrilmente seus cadernos de dolências<sup>124</sup>, ninguém pensa em pedir a opinião das francesas. Não ocorre a ninguém que as mulheres podem ter reivindicações específicas a formular. Nesse contexto, elas são consideradas cidadãos passivos, conforme teorizado pelo abade Sieyès.<sup>125</sup> No mesmo ano, quando da discussão dos Direitos do Homem, ninguém levanta a questão das mulheres. Segundo Badinter, “embora algumas delas tenham publicado brochuras para chamar a atenção sobre suas reivindicações, não houve um homem político que as ouvisse e discutisse”.<sup>126</sup>

Entre 1789, época em que os revolucionários ignoraram o problema feminino, e o fim de 1793, quando decidem interditar-lhes a tribuna, a Revolução Francesa melhorou sensivelmente o estatuto das mulheres. Na efervescência geral dos primeiros anos, muitas delas puderam sonhar que se tornariam cidadãs em pleno gozo de seus direitos. Nesse meio tempo conquistaram a maioria e o casamento civil, o direito ao divórcio e a sucessão de bens.<sup>127</sup> Paralelamente a esses progressos jurídicos, podia-se constatar um tímido avanço das mulheres na esfera política.

Embora os grandes clubes políticos, como o dos jacobinos, só as admitissem na tribunas, proibindo-lhes de deliberar e votar, é ali que elas aprendem os rudimentos da política: comentar os jornais, redigir uma moção ou discutir uma proposta. Desde o início de 1790, um certo Dansart, modesto inspetor de pensionato, tomou a liberdade de criar um clube

<sup>123</sup> SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. “Revolução Francesa. A viragem”. In: DUBY, G e PERROT, M. *História das mulheres. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 2000. p. 46.

<sup>124</sup> Cada ordem tinha o seu caderno, no qual relatava suas reivindicações à boa vontade do rei. (VOVELLE, A *Revolução...*, op. cit., p. 26).

<sup>125</sup> Ibid, p. 50.

<sup>126</sup> BADINTER, E. CONDORCET..., op. cit. p. 34.

<sup>127</sup> SLEDZIEWSKI, op. cit., p. 44-45.

misto, a *Sociedade fraterna dos patriotas dos dois sexos*. Ali, mercadores e artesãos de seu bairro adquiriram o hábito de se reunir com as mulheres e os filhos para que lhes fossem explicados os decretos da Assembleia Nacional. Na mesma época, Théroigne de Méricourt fundava o *Clube dos amigos da lei*, que tinha o mesmo objetivo pedagógico. Durante mais de um ano os clubes mistos ficaram muito em voga, multiplicando-se em Paris e nas províncias. As pessoas se habituaram a ouvir as mulheres falarem sobre política, deliberarem com os homens e votarem moções. A Assembleia Nacional recebeu suas delegações, ouviu suas petições e não hesitou em lhes conceder as honras da sessão. Desde o fim do ano de 1790, criaram-se clubes de mulheres nas províncias, o mais antigo é o de Dijon, e em 1791 Etta Palm funda *As amigas da verdade*.<sup>128</sup>

Durante esse primeiro período da ofensiva “feminista”<sup>129</sup>, a maioria dos políticos ouviu, sem protestar, mulheres reivindicarem uma melhoria de seus direitos, com exceção do jornalista Prudhomme, que exprimiu sua hostilidade. Ao discursar sobre algumas mulheres que se apresentaram na Assembléia Nacional para denunciar a propagação de cultos religiosos clandestinos, ele disse:

Foi-lhes notificado, numa curtíssima resposta, que, nessa questão, deveriam confiar na prudência de seus maridos e dos magistrados, e o presidente agiu com sabedoria, ao lhes falar assim. Também não teria sido mal aproveitar a oportunidade para interditar às mulheres qualquer petição pública, e o direito de se apresentarem na barra, e de virem elas mesmas arengar diante de uma numerosa assembléia de homens.<sup>130</sup>

Mas o ano de 1792 representou um retrocesso em relação às expectativas das mulheres. É o ano que marcou o início da guerra. Suas reivindicações mudaram em função da situação política, militar e econômica. Etta Palm, à frente de um grupo de mulheres, fez a última reivindicação nitidamente “feminista”, reclamando a admissão das mulheres nos empregos civis e militares, uma educação igualitária, a maioria aos vinte e um anos e a igualdade dos direitos políticos. Mas essas reivindicações foram mal recebidas, pois seu discurso parecia deslocado às vésperas da guerra.

Buscando participar da revolução, inclusive nos momentos mais difíceis, as mulheres pediram, por várias vezes, que fossem autorizadas a empunhar armas para lutar junto aos

<sup>128</sup> Ibid, p. 26.

<sup>129</sup> Não podemos deixar de sublinhar que apesar dos conceitos feminismo e feminista só serem cunhados no século XIX, as práticas feministas já existiam anteriormente.

<sup>130</sup> PRUDHOMME, (?). “A propósito das mulheres requerentes”. In: BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 77.

homens. Segundo Badinter, “talvez tenham pensado ganhar assim a verdadeira cidadania”.<sup>131</sup> O resultado foi bem diferente. A imagem da mulher armada causava terror aos homens, que manifestavam cada vez mais nitidamente sua irritação. Um autor anônimo, ao discorrer no *Révolutions de Paris* sobre a participação das mulheres no exército, afirmou:

As mulheres nada têm a fazer no exército. Não cessemos de lhes repetir: Cidadãs! Só estais bem na casa paterna, e sob o teto marital, à cabeceira do leito de vossos parentes deficientes ou decrepitos, ao pé do berço de uma família nascente. Em qualquer outro lugar estaríeis deslocadas. Deixai-nos as armas e os combates (...)<sup>132</sup>

O ano de 1792 terminou com o fracasso das primeiras “feministas” e a exasperação mais pronunciada dos homens contra elas. Os primeiros clubes feministas, compostos essencialmente de pequenas burguesas, fecharam suas portas. Militantes importantes em favor dos direitos das mulheres, tais como Olympe de Gouges, que escreveu a célebre *Declaração dos Direitos da Mulher e da cidadã* em 1791, Etta Palm e Théroigne de Méricourt, fundadoras de importantes clubes revolucionários femininos, recuaram em suas reivindicações diante do clima de hostilidade crescente.

O último ato da participação feminina na Revolução se faz por intermédio das mulheres do povo, que agora fazem ouvir suas vozes e se metem na política. Isso se explica por duas razões. Elas foram as primeiras atingidas pela terrível penúria que grassava desde o início do ano. Por isso investiram contra os especuladores e atravessadores. Em 24 de fevereiro de 1793, elas solicitaram que a Convenção decretasse a pena de morte aos agiotas. Marat as aplaudiu. Os homens das seções da Comuna aliam-se a elas para derrubar os girondinos. Convidaram-nas a deliberar e votar com eles. Durante as jornadas do golpe de Estado (31 de maio a 2 de junho de 1793), elas foram à rua, à Assembleia e às tribunas populares da Convenção.<sup>133</sup>

Enquanto isso, algumas dezenas delas criaram em 10 de maio de 1793 um novo clube exclusivamente feminino, formado por cidadãs republicanas revolucionárias, anti-girondinas e preocupadas com a questão da subsistência. Ao cometer atos de violência nas ruas e perturbar a ordem pública, elas meteram medo a todos. Também lutaram contra as comerciantes que se negavam a usar o gorro vermelho. Episódio que, por sinal, seria utilizado como motivo para acabar de uma vez por todas com as ambições políticas das mulheres. Foi

<sup>131</sup> BADINTER, op. cit., p. 36.

<sup>132</sup> AUTOR DESCONHECIDO. “Sobre a mulher soldada”. In: BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 129.

<sup>133</sup> BADINTER, op. cit., 37.

Fabre d'Eglantine, participante do Comitê de Segurança Nacional, que abriu fogo: “Hoje, pedem o gorro vermelho: não ficará nisso; logo pedirão o cinturão com as pistolas (...)”. Essas mulheres não são nem mães, nem filhas, nem irmãs, ocupadas com as funções próprias do seu sexo. São “espécie de aventureiras, cavaleiras errantes, mulheres emancipadas, granadeiros fêmeas”<sup>134</sup>. Sob essas palavras, a Convenção explodiu em aplausos.

Nem bem Fabre d'Eglantine acabou de pedir um relatório sobre as sociedades de mulheres, Amar<sup>135</sup> apresentou-se em nome do Comitê de Segurança Geral, com o referido relatório já escrito. Primeiro ele fez uma longa dissertação filosófica sobre a natureza dos sexos:

Cada sexo é chamado a um tipo de ocupação que lhe é próprio; sua ação está circunscrita nesse círculo que ele não pode transpor, pois a natureza, que impôs esses limites ao homem, comanda imperiosamente, e não aceita nenhuma lei.<sup>136</sup>

Fica claro que Amar recorreu ao discurso naturalizado dos filósofos das Luzes, inscrevendo a desigualdade sexual nas leis que regem a natureza. Ao falar das funções específicas de cada sexo, ele partiu da diferença anatômica, imposta pela natureza, para delimitar a esfera de ação de homens e mulheres. A inspiração é explicitamente rousseauniana.

O homem é forte, robusto, nascido com uma grande energia, audácia e coragem; enfrenta os perigos e as intempéries das estações por sua constituição; resiste a todos os elementos, tem aptidão para as artes e para os trabalhos penosos; e como é quase exclusivamente destinado à agricultura, ao comércio, à navegação, às viagens, à guerra e a tudo aquilo que exige força, inteligência, capacidade (...) Qual é o caráter próprio da mulher? Os costumes e a natureza lhe atribuíram funções: começar a educação dos homens, preparar o espírito e o coração das crianças para as virtudes públicas, dirigi-las desde cedo para o bem, elevar sua alma e instruí-las no culto político da liberdade; tais são suas funções (...)<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> D' EGLANTINE, Fabre. “Condenação às mulheres emancipadas, os granadeiros fêmeas”. In: BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 183-184.

<sup>135</sup> Advogado, deputado por Isere na Convenção. Montanhês, foi membro do Comitê de Segurança Geral desde 16 de junho de 1793 até a queda de Robespierre. (BADINTER, op. cit., p. 183).

<sup>136</sup> AMAR. “Relatório Amar sobre as Mulheres”. In: BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 189.

<sup>137</sup> Ibid, p. 190.

Após definir qual é o lugar de cada sexo, segundo as determinações da natureza, Amar concluiu que as mulheres não deveriam exercer os direitos cívicos e tomar parte no governo, também não poderiam deliberar, reunidas em associações políticas.

Trata-se portanto unicamente de saber se as sociedades de mulheres são perigosas. A experiência provou, nos últimos dias, o quanto elas são funestas para a tranqüilidade pública(...) Solicito que, revolucionariamente, como medida de segurança pública, essas associações sejam interditas, ao menos durante a Revolução.<sup>138</sup>

A interdição dos clubes e das sociedades populares femininas foi imediatamente votada pela Convenção. Duas semanas mais tarde, em 17 de novembro, Chaumatte<sup>139</sup> fez um grande discurso às mulheres da Comuna, meio moralizador, meio ameaçador, aprovando plenamente a decisão da Assembleia Nacional. Comentando as execuções de Olympe de Gouges (em 3 de novembro) e Madame Roland (em 18 de novembro), ele prevenia as mulheres a não buscar destino semelhante.

Lembra-vos daquela mulher altiva de um esposo pérfido, a Roland, que se julgou própria para governar a república, e que concorreu para sua perda. Lembrai-vos: ontem aquela virago, aquela mulher- homem, a imprudente Olympe de Gouges, que foi a primeira a instituir assembléias de mulheres, quis politizar e cometeu crimes. Todos esses seres imorais foram aniquilados sob a arma vingadora das leis... e vós querieis imitá-los?<sup>140</sup>

Esses episódios colocaram um fim na aspiração das mulheres à igualdade de direitos cívicos e políticos. As francesas ainda teriam que esperar 150 anos para serem cidadãs no gozo pleno de seus direitos.

De acordo com Badinter, a obsessão demonstrada pelos revolucionários em excluir as mulheres nasce do medo da indeterminação, do receio de inverter a ordem da natureza. Quando as mulheres ganham espaço ao longo da revolução, imiscuindo-se no exército, na política, ou seja, em esferas tradicionalmente masculinas, os homens da revolução sentem-se ameaçados quanto a sua identidade masculina.<sup>141</sup> Afinal, o que os definiria como homens quando não houvesse mais com quem os contrastar? Para Godineau, os discursos

<sup>138</sup> Ibid, p. 192.

<sup>139</sup> Também conhecido como Anaxágoras, colaborou no *Révolutions de Paris* a partir de dezembro de 1790. Foi nomeado procurador da Municipalidade revolucionária em 12 de dezembro de 1792. (BADINTER, op. cit., p. 195).

<sup>140</sup> CHAUMETTE, "Discurso na Municipalidade de Paris". BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 199.

<sup>141</sup> BADINTER, *CONDORCET, PRUDHOMME ...*, op. cit., p. 28.



revolucionários deixam entrever o receio de uma sociedade desestabilizada por uma confusão dos sexos, arrastada fatalmente ao caos. Com a igualdade de direitos, as mulheres tornar-se-iam homens de cabelos curtos, usando calças e fumando cachimbos. Dessa forma, poderia o poder ser compartilhado entre os sexos? Para a grande maioria dos revolucionários isso era absolutamente impensável, inimaginável. Percebemos, dessa forma, a importância do simbólico, do imaginário, na construção das relações políticas num período de contestação radical.<sup>142</sup>

Além disso, como já sinalizamos anteriormente, a influência dos filósofos iluministas é inquestionável, principalmente de Rousseau, cuja concepção sobre o feminino triunfou no final do século XVIII. A publicação do *Emílio*, em 1762, havia cristalizado a revolução das mentalidades, dando-lhe justificação filosófica.

Seguindo os passos do mestre Rousseau, os revolucionários optaram por encerrar as mulheres no lar, pois conceberam ser aí o lugar no qual elas cumpririam seu papel na nova sociedade.

Abandonai-nos as preocupações e as fadigas do exterior; reinai docemente no interior dos lares; ensinais os direitos do homem à criança que balbucia; e com vossos arrulhos amáveis, iniciai-a cedo à tribuna nacional...<sup>143</sup>

O trono de uma mulher está no seio de sua família, sua glória está na glória dos filhos que ela educou para o Estado.<sup>144</sup>

A nosso ver, são inspirados nas ideias de Rousseau que os pensadores da época da revolução erigiram o ideal de mulher republicana. Competia-lhe educar os filhos para fazer deles bons republicanos, inculcando-lhes a amor à liberdade e à igualdade. Também devia inspirar e consolar os cidadãos, seus maridos, que se dedicam ao bem-estar da nação. Ou seja, o papel das mulheres na nova sociedade é o de moralizadoras, restritas ao espaço doméstico. Delas dependia o bem-estar da nação. Pelo cumprimento de seus deveres, elas alcançariam a glória e se realizariam como cidadãs.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> GODINEAU, Dominique. "Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias". In: DUBY, G e PERROT, M. *História das mulheres. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 2000. p. 34.

<sup>143</sup> Autor desconhecido. "Da influência da Revolução sobre as Mulheres". BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 69

<sup>144</sup> AUTOR DESCONHECIDO. "Da influência das mulheres sobre o caráter dos povos". BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.p. 57.

<sup>145</sup> GODINEAU, *Filhas da liberdade...*, op. cit., p. 37.

Dizei-lhes que a pátria lhes confia o cuidado de lhe formar homens e cidadãos; que ela repõe em suas mãos sua mais cara esperança; que é delas que depende a grandeza e a glória da raça futura...

Não é sobre o governo, mas sobre o caráter e os costumes de uma nação que as mulheres podem ter alguma influência...

As mulheres são as mestras dos homens. Inspiram neles o amor e a virtude, o patriotismo e coragem. Suas atenções os animam e os apóiam nos esforços mais difíceis.<sup>146</sup>

Prudhomme, ao se defender das acusações de injusto e misógino proferidas contra ele pelas cidadãs de Lion e Dijon, apela explicitamente para o filósofo de Genebra. “Se há quaisquer reprimendas a fazer ao artigo em questão, (...) deve dirigi-las a J. -J. Rousseau, de quem apoiamos os princípios baseados na natureza”.<sup>147</sup>

Conforme Badinter, a filosofia de Rousseau está na origem de todas aquelas proposições. Fora da radical diferença dos sexos e da estrita distinção de papéis e funções, não haveria salvação para homens, mulheres e crianças e, portanto, para a sociedade.<sup>148</sup> Conclusão: as mulheres não exerceriam os direitos cívicos, já que a felicidade de todos tem esse preço. Inclusive a das próprias mulheres? E quanto ao ideal igualitário proclamado por todos os republicanos?

Nem todos ficaram indiferentes a essas inquietações. Alguns pensadores, filósofos, revolucionários e certamente algumas mulheres, não puderam calar-se diante desses questionamentos. É sobre tais vozes dissonantes, que denunciaram os paradoxos da igualdade e defenderam um ideal de humanidade realmente universal, que vamos nos debruçar a partir de agora.

#### 1.4 VOZES DISSONANTES

Como vimos anteriormente, vários fatores inibiram a defesa da igualdade entre os sexos e a inclusão das mulheres como cidadãs ativas na nascente sociedade civil. Entre estes,

<sup>146</sup> Autor desconhecido. “Da influência das mulheres sobre o caráter dos povos”. BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 55, 56 e 57.

<sup>147</sup> PRUDHOMME. “Protestos das cidadãs de Dijon e de Lyon contra as proposições misóginas de Prudhomme e a resposta deste”. BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 142.

<sup>148</sup> BADINTER, op. cit., p. 20-21.

as arraigadas representações de gênero, a separação entre as esferas pública e privada (central na conformação ideológica do primeiro liberalismo) e o medo da indefinição das identidades de gênero. Procuramos demonstrar que, devido a esses fatores, a maior parte dos pensadores que refletiu sobre o estatuto social e político das mulheres ante os discursos igualitaristas que emergiam ao longo da modernidade continuaram a definir o feminino como inferior e desigual.

Mas se o contexto de efervescência da ideia de igualdade e das críticas à velha ordem levou muitos pensadores a se preocuparem em legitimar o tradicional lugar das mulheres, por outro lado, também possibilitou que alguns questionassem e reivindicassem uma nova posição para elas.

Muito antes Descartes abrisse a brecha, ao defender a autonomia do pensamento sobre o corpo. Apesar de não problematizar a desigualdade sexual, as ideias deste filósofo inspiraram pensadores como Poulain de La Barre. Este cartesiano convicto partiu das ideias do seu mestre para defender a nova ideia de igualdade entre os homens e as mulheres. Por conceber que o espírito é livre em relação ao corpo, devido a sua anterioridade ontológica, defendeu que isso era válido para todo o ser humano, independente do seu sexo.<sup>149</sup>

Alguns filósofos iluministas, como Helvétius e Condorcet, retomaram as ideias de La Barre, destoando-se de seus pares ao defender a igualdade entre os sexos. Helvétius pode ser considerado um dos defensores mais extremistas da concepção de homem perfectível. Defendia que o ambiente tinha absoluta influência sobre o comportamento humano. Esse posicionamento o levou a defender uma igualdade radical.<sup>150</sup> Para ele, a desigualdade feminina e as diferenças de “natureza” e de “comportamento” não eram senão os efeitos de uma educação viciosa que as mulheres recebiam e que as impedia de fazer os progressos que são perfeitamente capazes. O filósofo Condorcet<sup>151</sup> escreveu reivindicações pelos direitos das mulheres no contexto revolucionário. No seu texto *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania (1790)*, este pensador coloca em pauta a permanência dos preconceitos de gênero no que diz respeito à cidadania das mulheres.

não violaram o princípio da igualdade de direitos, privando tranquilamente a metade do gênero humano daquele de concorrer para a formação das leis,

---

<sup>149</sup> BADINTER, *O que é a Mulher...*, op. cit., p. 32. O empirismo de Locke, com uma lógica contrária a Descartes, também abre uma brecha importante para a defesa da igualdade sexual. Ao valorizar a importância dos fatores ambientais na formação do indivíduo, possibilita o questionamento das características inatas, entre elas a identidade sexual.

<sup>150</sup> BAUMER, op. cit., p. 200.

<sup>151</sup> Foi eleito deputado à Convenção. Perseguido como amigo dos girondinos, suicidou-se em 1794.

excluindo as mulheres do direito de cidadania? Haverá prova mais forte do poder do hábito, mesmo sobre os homens esclarecidos?<sup>152</sup>

Depois ele se volta para a definição de humanidade para provar que as mulheres têm direito à cidadania. De acordo com Condorcet, “os direitos dos homens resultam unicamente do fato de serem eles seres sensíveis, susceptíveis de adquirir idéias morais e de raciocinar sob essas idéias”.<sup>153</sup> Quem pode negar que as mulheres têm essas mesmas qualidades? Nesse sentido, elas têm os mesmos direitos que seus companheiros. Ao falar sobre a exclusão do feminino, Condorcet a trata como parte de um problema mais geral, o da desigualdade.

Ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, quaisquer que sejam a sua religião, cor ou o seu sexo, abjurou, a partir desse momento, dos seus próprios direitos.<sup>154</sup>

A recusa em integrar as mulheres na comunidade cívica em nada difere, dessa forma, da exclusão ideológica e racial, e incorre na mesma crítica: as discriminações em nome das tradições e dos preconceitos. A exclusão das mulheres se deve, na concepção do filósofo, a um atraso de consciência. O processo de esclarecimento da humanidade levaria à correção dessa assimetria.

Apesar de ser o mais notório, Condorcet não foi o único revolucionário a defender a igualdade de direitos entre os sexos. Lequinio e Guyomar<sup>155</sup> também o fizeram, tentando apelar para o sentimento de justiça. O primeiro reivindicou melhorias importantes para a condição feminina, como, por exemplo, a lei do divórcio.<sup>156</sup> O segundo recorreu à História, à observação e até mesmo à atualidade para denunciar a opressão que grassava sobre as mulheres há séculos. Denunciou ao mesmo tempo a lei sálica, que excluía as mulheres do trono, as partilhas de sucessão injustas e a obrigação das mulheres de renunciarem ao seu

---

<sup>152</sup> CONDORCET. “Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania”. In: BADINTER, Elisabeth *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 45

<sup>153</sup> Ibid, p. 45.

<sup>154</sup> Ibid, p. 46.

<sup>155</sup> P. Guyomar foi deputado das Cotes-du-Nord na Convenção, próximo aos montanheses. Lequinio, advogado montanhês, foi eleito deputado à Assembléia Legislativa e à Convenção. (BADINTER, *CONDORCET, PRUDHOMME...*, op. cit., p. 99 e 154).

<sup>156</sup> Sobre essa discussão ver LEQUINIO. “Em defesa do divórcio e da liberdade das mulheres”. In: BADINTER, Elisabeth *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

nome quando se casavam.<sup>157</sup> Ele também se preocupou em explicitar as contradições manifestadas por seus companheiros revolucionários. Ao discorrer sobre a exclusão das mulheres da soberania nacional, ele concluiu dizendo:

De duas uma: ou a nação é composta de homens e mulheres, ou constitui-se apenas de homens. No primeiro caso, os homens formam uma corporação contra o espírito do artigo (Artigo terceiro da *Declaração*); no segundo caso, as mulheres são as hilotas da República. Escolhei, com boa fé: a diferença dos sexos tem melhor fundamento do que a cor dos negros para a escravidão?<sup>158</sup>

O que podemos dizer para explicar o posicionamento igualitarista desses autores, a não ser que partilhavam da mesma concepção universal dos direitos do homem, que não admitia nenhum atentado à dignidade humana. Nesse sentido, eram tão feministas quanto antirracistas.<sup>159</sup>

Um discurso tão radical sobre a semelhança entre os sexos certamente não foi muito apreciado pelos homens da época, mas tampouco o foi pelas mulheres. Elas, em sua maioria, haviam internalizado o modelo de feminilidade burguês, pautado no autossacrifício e na doação de si mesmas. De acordo com Badinter, as razões disso são múltiplas e remontam a bem antes da Revolução Francesa. A primeira e mais aparente é a influência importante e inteiramente ambígua de Rousseau. Homens e mulheres, conscientemente ou não, reportavam-se a ele para reorganizar sua vida pública e privada. Seu pensamento político, tal como se exprime no *Discurso sobre a Origem da desigualdade* (1755) e no *Contrato Social* (1762), é certamente o fundamento da ideologia republicana. Todos, com raras exceções, proclamavam-se adeptos de Jean Jacques Rousseau, o porta-voz da liberdade. As mulheres que se diziam progressistas votavam-lhe o mesmo culto que os esposos. Sem falar que elas o amavam por outras razões. Muitas haviam devorado *A nova Heloísa* (1761), haviam se identificado com Júlia<sup>160</sup> e aplaudiram freneticamente a exaltação dos benefícios de um

---

<sup>157</sup> GUYOMAR, P. “A igualdade política entre os indivíduos ou o problema muito importante da igualdade de direitos e da desigualdade de fato”. In: BADINTER, Elisabeth. *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYMAR... Palavras de homens (1790- 1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. p. 157-176.

<sup>158</sup> Ibid, p. 159.

<sup>159</sup> Além dos revolucionários já citados, também defenderam a igualdade de direitos entre os sexos o montanhês Romme (deputado de Riom na Assembléia e na Convenção) e o pastor e homem de letras Williams (honrado com o título de cidadão francês por um decreto da Assembleia Legislativa em 1792). (BADINTER, op. cit. p. 145-151).

<sup>160</sup> Júlia d’ Etange, junto a Saint-Preux, são os protagonistas do romance *A Nova Eloísa*, de Jean Jacques Rousseau. A obra idealiza uma relação amorosa fundamentada no amor, na amizade, na sensibilidade e na virtude. O ambiente onde se desenrola a trama é uma região campestre, rural, mais próxima do “estado

retorno à vida simples e à natureza. Um ano depois, quando foi publicado o *Emílio*, que propunha uma pedagogia e um modelo feminino extraídos da natureza, elas aceitaram de boa vontade submeter-se a ele. Enfim, eram procuradas para cumprir uma tarefa decisiva, e lhes falavam da importância de seus sentimentos. Essa linguagem do coração, da virtude e das responsabilidades as entusiasmou e as encorajou a encarnar o novo modelo, visto então como sublime e glorioso.<sup>161</sup>

Mas algumas mulheres, como a revolucionária francesa Olympe de Gouges e a radical inglesa Mary Wollstonecraft, atentas às dificuldades enfrentadas pelas mulheres devido aos preconceitos e às tradições vigentes, não aceitaram de bom grado que a revolução se negasse em efetuar mudanças e melhorias na condição de vida das mulheres.

Ambas denunciaram o caráter elitista do discurso revolucionário, que excluía metade do gênero humano do exercício de seus direitos; e exigiram que as mulheres fossem reconhecidas como indivíduos autônomos e racionais, capazes de exercer sua cidadania.

Na *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, apresentado à Assembleia Nacional da França em 1791, Gouges transpõe para as mulheres as vantagens do Estado de direito, insistindo no caráter bissexuado da comunidade civil e política. Lembrava que os direitos do homem se declinam no feminino, ao afirmar claramente que o universalismo dos direitos é uma mistificação, e que, fingindo falar em nome da humanidade, ele fala apenas em nome do sexo masculino. Ao feminizar explicitamente, de uma maneira quase obsessiva, a Declaração de 1789, Olympe de Gouges põe em xeque a política masculinista e desmascara as exclusões implícitas e as ambiguidades devastadoras de um universalismo acima de toda a suspeita.

Art. 1º - A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. 2º - O objeto de toda a associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Art. 3º - O princípio de toda a soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem, nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.<sup>162</sup>

---

natural". Mais próximo desse estado também estão os protagonistas, idealizados como seres de alta generosidade, simplicidade e elevação.

<sup>161</sup> BADINTER, *CONDORCET, PRUDHOMME...*, op. cit., p. 23-24.

<sup>162</sup> Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/.../declaração-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidadã-1791.html>.

Não é necessário citar a *Declaração* de Gouges na íntegra para perceber o seu caráter provocador e denunciatório. Isso caracteriza a originalidade de seu texto.

Um tema recorrente na argumentação dos pensadores que professavam a igualdade é a instrução feminina, encarada por eles como o âmago da emancipação das mulheres. Pensamos que a concepção de ser humano perfectível, que se encontra em voga no Século das Luzes, explica essa estratégia. Aqueles que defendiam a exclusão das mulheres apelavam para suas incapacidades. Promulgava-se que elas não possuíam entendimento suficiente, que não eram indivíduos autônomos, pois viviam sob a tutela masculina. Também que eram dependentes e artificiais, incapazes de participar ativamente da nova ordem social. Os que defendiam a inclusão do feminino também pensavam assim, mas por encarar as mulheres como seres perfectíveis, pensavam que isso se corrigiria pela educação.

Em setembro de 1791 o revolucionário Talleyrand<sup>163</sup> apresentou um relatório sobre a instrução pública na Assembleia Constituinte, às vésperas da sua dissolução. O relatório era formal e aprovado pela maioria: a educação doméstica bastava para a felicidade das mulheres e de sua família. Ele só lhes concedia, portanto, uma instrução elementar até a idade de oito anos, ficando a mãe encarregada de lhes transmitir os ensinamentos tradicionais. Não há como negar que com essa iniciativa os revolucionários ratificavam a exclusão das mulheres. Elas não faziam parte da humanidade, não eram seres perfectíveis, sua inferioridade era inata. A natureza as destinava às tarefas maternais e domésticas, não havendo necessidade de aprenderem línguas e ciências abstratas.

A pensadora inglesa Mary Wollstonecraft, descontente com o tratamento que a revolução dispensou às mulheres e consciente da importância da educação para a melhoria da condição feminina, escreveu sua conhecida obra *Vincation of Rights of the Woman* (1792) e a endereçou a Taylleurand.<sup>164</sup> Defensora de um ideal de igualdade realmente universal, esta autora não concebia esferas de atuação diferenciadas para cada sexo. Por encarar as mulheres como seres perfectíveis, ela afirmava que a incapacidade cívica que as atingia era fruto do tratamento desigual e opressivo imposto a elas, e que só a educação pautada na razão (a mesma destinada aos homens) lhes devolveria a autonomia.

---

<sup>163</sup> Charles Maurice de Talleyrand (1754-1838); ex-bispo de Autun e político ativo durante a Revolução Francesa.

<sup>164</sup> Condorcet também não concordava com a proposta de Talleyrand. Apresentou na Assembleia Legislativa um novo relatório sobre a instrução pública, preconizando uma instrução similar para os dois sexos. (BADINTER, *CONDORCET, PRUDHOMME...*, op. cit., p. 17)

Para fazer realmente justo o pacto social, e para estender os princípios ilustrados que só podem melhorar o destino do homem, deve se permitir que as mulheres fundamentem sua virtude no conhecimento, o que apenas é possível se a educamos mediante as mesmas atividades que os homens.<sup>165</sup>

Ao questionar a exclusão das mulheres dos ideários democráticos e liberais, explicando-a como produto da experiência histórica e social, Wollstonecraft se contrapõe aos discursos hegemônicos que encaravam a inferioridade feminina como natural.

Leitora assídua e admiradora de Rousseau, esta pensadora não se deixou convencer pelos elogios do filósofo de Genebra, criticou-o arduamente, expondo as contradições que marcam seu pensamento. Ao falar sobre o que leva as mulheres a se comportarem como seres fúteis e dependentes, ela afirma:

Atribuo uma das causas deste florescimento inútil a um sistema de educação falso, organizado mediante livros que sobre o tema têm escrito homens que, ao considerar as mulheres mais como fêmeas do que como criaturas humanas tem se mostrado mais dispostos a fazer delas damas sedutoras do que esposas afetuosas e mães racionais.<sup>166</sup>

Chega a instigar as próprias mulheres então satisfeitas em ser consideradas criaturas irracionais e dependentes.

Espero que meu próprio sexo me desculpe se trato as mulheres como criaturas racionais em vez de fazer galanteria à suas graças fascinantes e considerá-las como se encontrassem em um estado de infância perpétua, incapazes de cuidar de si mesmas.<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup> Para hacer realmente justo el pacto social, y para extender los principios ilustrados que solo pueden mejorar el destino del hombre, debe permitirse que las mujeres fundamenten su virtud en el conocimiento, lo que apenas es posible si no se las educa mediante las mismas actividades que a los hombres. (WOLLSTONECRAFT, M. *Vindicación de los Derechos de la Mujer*. Madri: Ediciones Cátedra, 2000. p. 363)

<sup>166</sup> Atribuyo una de las causas de este florecimiento estéril a un sistema de educación falso, organizado mediante los libros que sobre el tema há escrito hombres que, al considerar a las mujeres más como tales que como criaturas humanas, se han mostrado más dispuestos a hacer de ellas damas sedutoras que esposas afectuosas y madres racionales. (Ibid, p. 100).

<sup>167</sup> Espero que mi propio sexo me excuse si trato a las mujeres como criaturas racionales em vez de hacer gala a sus gracias fascinantes y considerarlas como si se encontraran em um estado de infancia perpetua, incapaces de valerse pó si solos. (Ibid, p. 102).



Por conceber o ideal de ser humano racional e ilustrado como válido para todos os seres humanos, mulheres e homens, Wollstonecraft concebe uma igualdade radical, que não se constringe nem mesmo perante a indeterminação dos gêneros.

Tenho ouvido exclamações contra as mulheres masculinas provenientes de todas as partes, mas no que se baseiam? (...) se é contra a imitação das virtudes masculinas ou, falando com maior propriedade, do exercício daqueles talentos e virtudes cujo exercício enobrece o caráter humano, e eleva as mulheres na escala de seres animais, incluindo-as na humanidade, devo pensar que todos aqueles que as julguem com talentos filosóficos tenham que desejar comigo que se voltem cada vez mais e mais masculinas.<sup>168</sup>

Diante das críticas agudas de Wollstonecraft nos perguntamos como ela conseguiu abrir caminho entre as armadilhas ideológicas de sua época, das quais a maior parte dos filósofos das luzes, dos revolucionários, mas principalmente das mulheres, conseguiu escapar. Afinal, a lógica da desigualdade sexual estava tão impregnada nas mentalidades, que os pensadores da modernidade preferiram afogar-se entre paradoxos e contradições a admitir que mulheres e homens compartilhavam o dom da razão.

---

<sup>168</sup>He oído exclamaciones contra las mujures masculinas provinientes de todas partes, pero en qué deben basarse? (...) si va contra la imitación de las virtudes masculinas o, hablando con mayor propiedad, de la consecución de aquellos talentos y virtudes cuyo ejercicio ennoblece el carácter humano, y eleva a las mujeres en la escala de los seres animales, donde se las incluye en la humanidad, debo pensar que todos aquellos que las juzquen con talente filosófico tienen que desear conmigo que se vuelvan cada día más y más masculinas. (Ibid, p. 102).

## 2 TRAJETÓRIA DE UMA ESCRITORA NO SÉCULO XVIII

Cabe esperar, neste século das luzes, que o direito divino dos maridos, como o direito divino dos reis,  
possa e deva ser contestado sem perigo.

Wollstonecraft

Pode-se crer que ela foi criada para submeter-se ao homem, seu igual, que como ela, foi enviado ao  
mundo para adquirir virtude?

Wollstonecraft

Como abordado no capítulo anterior, Mary Wollstonecraft se afigura entre os pensadores que defenderam a igualdade entre os sexos, explicitando as incoerências de um pensamento filosófico e de uma teoria política que, apesar de se fundamentar nos ideários universalistas de igualdade, racionalidade e autonomia, insistiu em interditar às mulheres o exercício ativo da cidadania. As críticas agudas formuladas por essa autora causam admiração entre os estudiosos de seu pensamento, tendo em vista ela ter conseguido desvelar muitas das armadilhas ideológicas que levaram a maior parte dos seus pares a produzir discursos tidos como neutros e universais, mas na realidade pautados numa lógica de pensamento androcêntrico e dicotômico. Se pensadores como Rousseau, Locke e Diderot não conseguiram transcender os discursos e as práticas hegemônicas de sua época, sobre a inferioridade e a dependência feminina, menos ainda mulheres, que em sua maioria recebiam uma educação deficiente e não eram estimuladas a se posicionar: seja por meio da fala, seja por meio da escrita.

O Século das Luzes, tão voltado para a autonomia do pensar, tão envolvido com as condições sociais e políticas, não apresentou grandes avanços em relação às condições de vida das mulheres. Na realidade prática, elas continuaram sob a dependência de indivíduos do sexo masculino, restritas ao espaço privado, recebendo pouquíssima educação, encaradas mais como seres sub-humanos do que como parte da humanidade pensante. Entre aquelas que conseguiram transgredir os tradicionais estereótipos de feminilidade, participando das revoluções, dedicando-se à produção intelectual, umas poucas conseguiram desenvolver uma capacidade de reflexão que as permitiu problematizar sua existência de mulheres.

Wollstonecraft foi uma delas e por isso analisar sua trajetória pessoal é tão instigante e fundamental para compreendermos como ela conseguiu se posicionar criticamente.

Os estudiosos da vida e da obra da autora concordam que a sua reflexão sobre a condição feminina é bastante singular para a época, no sentido de adensar teoricamente a discussão sobre os direitos femininos. Enquanto os partidários da desigualdade sexual legitimavam a exclusão das mulheres baseados na sua suposta “incapacidade”, e a maioria dos defensores da igualdade de direitos se preocupava, basicamente, com uma assimetria incoerente com a lógica constitucional; Wollstonecraft construiu sua argumentação a partir da formação da identidade feminina, problematizando, já naquele período, a dimensão cultural da opressão das mulheres. Ela acreditava que a incapacidade cívica que as atingia era apenas um sintoma, em si mesmo menor, da opressão social que grassava sobre o feminino. A inferioridade das mulheres, defendida majoritariamente pelos pensadores daquele período e utilizada como justificativa para sua exclusão, seria fruto de sua situação social e não uma característica inerente a elas.

Nesse sentido, não podemos deixar de nos perguntar como se operou esse processo de desvelamento. Como Wollstonecraft conseguiu se conscientizar que as desigualdades de gênero de sua época determinavam largamente o lugar das mulheres naquele contexto, inclusive o dela própria?

Faz-se necessário, dessa maneira, entender de forma mais ampla sua participação nos círculos radicais e dissidentes ingleses, analisados como espaços de sociabilidade que possibilitaram certa autonomia às mulheres. No sentido de se educarem (mediante o contato com os discursos iluministas e liberais), de estabelecerem relações mais igualitárias com o sexo oposto, de se expressarem pela conversação e pela escrita, ou seja, de formularem novas representações de si, subvertendo as delimitações impostas pelo modelo de feminilidade hegemônico.

Pensamos ser importante ainda analisar alguns aspectos relacionados à trajetória pessoal de Wollstonecraft, que a levaram a desenvolver uma atitude inconformista em relação às condições de vida das mulheres.

Por último, é fundamental refletir sobre o quanto Wollstonecraft se afastou da tradição filosófica vigente, que valorizava o mundo das ideias, das abstrações, pois ela partia da experiência para a reflexão. Nesse sentido, o fato de ela ter vivenciado diretamente muitas das dificuldades e ambiguidades inerentes ao modelo de feminilidade vigente na época (devido à sua condição de mulher) permitiu-lhe empreender uma reflexão extremamente crítica e coerente sobre a condição feminina e, conseqüentemente, perceber os paradoxos e as

abstrações presentes no pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos das mulheres.

Com tal tipo de abordagem, procuraremos explicar neste capítulo como uma trajetória individual singular tornou possível o despertar de uma consciência crítica em relação a um modelo social e cultural de “ser mulher”, ratificado e legitimado por um sistema de valores e costumes arraigados naquele contexto.

## 2.1 EXISTÊNCIA FEMININA: AMBIGUIDADES E CONTRADIÇÕES

Em seu livro *Emílio*, Rousseau delineia um retrato idílico da relação entre os sexos. Emílio e Sofia, forjados diferentemente pela natureza, se unem buscando o seu complemento, a sua totalidade. A ele cabem a força, a audácia e a conquista do mundo exterior; a ela, a doçura, a modéstia, as atividades caseiras e o poder sobre os servos da casa. Enquanto os homens reinam no espaço público, as mulheres o fazem no privado. Restritas ao lar, elas cumprem os seus deveres e contribuem para o bem-estar da sociedade. Segundo o filósofo, “a verdadeira mãe de família, longe de ser uma mulher da sociedade, não está menos reclusa em sua casa que a religiosa em seu claustro”.<sup>169</sup> As analogias entre a mãe e a freira, entre a casa e o convento são reveladoras do ideal feminino de Rousseau e de seus contemporâneos. Sacrifício e reclusão era o que se esperava das mulheres. Este ideal, que se propagou na França na segunda metade do Século da Luzes e inspirou os homens da revolução ao definir o lugar de suas companheiras, também encontrou solo fértil na Inglaterra Setecentista.

O ideal da *proper lady*, a definição social da mulher como epítome dos valores morais e privados, tinha se afirmado nos pensamentos religioso e laico ingleses ao longo do XVIII, particularmente entre as classes médias.<sup>170</sup> A feminilidade, a partir desse modelo, se

<sup>169</sup> ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio; ou, Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 464.

<sup>170</sup> De acordo com Poovey, o ideal da *proper lady* se desenvolveu na Inglaterra ao longo do século XVIII, principalmente por meio dos discursos morais e puritanos da classe média. O novo ideal de casamento burguês, a promoção de valores puritanos como a retidão e a decência (em detrimento a valores aristocráticos como a aparência e a posição), a separação entre esferas pública e privada, a idealização da mulher como moralizadora, entre outros fatores, contribuíram para a emergência de um novo modelo de feminilidade, centrado na abnegação, no sentimento e na castidade. Para Poovey, a maior parte das mulheres inglesas, particularmente as das classes médias, internalizou o ideal da *proper lady*. Ao recorrer à sexualidade feminina para delinear o lugar das mulheres, os ideólogos daquele período acabaram por construir um discurso naturalizado, do qual era difícil escapar. Além disso, as encantava o seu novo papel, sua elevada e espiritualmente significativa posição na família, fundamental para o funcionamento da “nova sociedade”. (POOVEY, Mary. *The Proper Lady and Woman Writer. Ideology as Style in the works of Mary Wollstonecraft*,

constituiria com a sublimação da sexualidade e a exaltação da castidade, do sentimento e da abnegação. Essas qualidades eram essenciais para que a mulher cumprisse seus papéis no espaço doméstico: esposa virtuosa e fiel, mãe sacrificial, dona de casa consumada.

Segundo os padrões da época, o bom funcionamento da sociedade exigia que as mulheres gerenciassem a esfera privada. Cabia a elas inspirar e consolar seus maridos, confortando-os das pressões que enfrentavam no espaço público. Também era papel delas educar os filhos, prepará-los para atuar na nova sociedade. Segundo Poovey:

Além de providenciar este tipo de conforto em casa, uma mulher também ensina aos seus filhos uma moralidade centrada na disciplina e no autocontrole; e fazendo isso, ela ajuda a promover os valores necessários para outra geração de competidores de sucesso.<sup>171</sup>

Ou seja, muito próximo ao que Rousseau idealizara na França, também os pensadores ingleses defenderam a reclusão das mulheres no lar. E assim como os filósofos do outro lado do Canal da Mancha, que idealizaram um feminino genérico e imutável, também idealizaram as mulheres como “fêmeas primitivas”, como seres que ainda não transcenderam o estágio de natureza, que ainda não entraram no reino da cultura.<sup>172</sup> Nesse sentido, nada mais lógico que elas se apresentassem como as mais aptas a encarnar os valores relacionados à esfera privada: lócus dos impulsos naturais, do emocional, do subjetivo e do intuitivo.

O recurso à natureza também justificou as opiniões e práticas dos ingleses sobre a relação entre os sexos. De acordo com Porter, o pressuposto básico, que alicerçava e legitimava as relações de gênero na Inglaterra, era de que mulheres e homens são naturalmente diferentes em capacidade, devendo, por isso, exercer distintos papéis sociais.<sup>173</sup>

A inglesa Mary Wollstonecraft, que nasceu em 27 de abril de 1759, viveu sob a influência desse modelo de feminilidade. Pertencente à classe média inglesa,<sup>174</sup> durante anos

*Mary Shelley and Jane Austen*. Chigado: Chicago University Press, 1984. p. 3, 6 e 8. / WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 122)

<sup>171</sup> In addition to providing this kind of comfort in the home, a woman also taught her children a morality centered on discipline and self-control; in doing so, she helped promote the values necessary to another generation of successful competitors. (POOVEY, op. cit., p. 10).

<sup>172</sup> MORAN, Mary Catherine. “Between the Savage and the Civil: Dr John Gregory’s Natural History of Femininity”. In: KNOTT, Sarah e TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan. 2005. p. 13.

<sup>173</sup> PORTER, Roy. *England in the Eighteenth Century*. Harvard University Press: 1998. p. 26.

<sup>174</sup> O avô de Mary, Edward Wollstonecraft, pode ser considerado um autêntico representante da nascente burguesia industrial britânica. Tecelão, provavelmente do ramo da seda, chegou no início do século XVIII ao

decisivos de sua primeira infância e adolescência se moldou aos tradicionais valores e comportamentos colocados às mulheres dessa nova classe ascendente. A educação formal que ela e as suas irmãs receberam foi, por exemplo, extremamente precária quando comparada à destinada ao primogênito dos Wollstonecraft. Segundo Tomalin, nossa autora recebeu toda sua instrução em uma *day school* (escola diurna, sem internato), já seu irmão mais velho estudou em uma *grammar school* (escola de ensino secundário), que contava inclusive com uma excelente biblioteca. Apesar de não se ver obrigada a dominar as duvidosas artes de uma senhorita de internato, Mary aprendeu, no entanto, pouco mais que ler e escrever.

Como naquele contexto esperava-se que homens e mulheres atuassem em espaços diferenciados, sua educação não poderia ser a mesma. O estudo da cultura erudita não era adequado às moças, que afinal não necessitavam desses saberes para serem boas esposas e mães.<sup>175</sup> Já os rapazes precisavam receber uma educação mais aprofundada, formal, pois iriam se envolver com os negócios e com a política. Isso explica o despreço que os pais demonstraram pela educação de Mary e de suas irmãs e o esmero que tiveram com a educação do filho primogênito, àquele que caberia levar o sobrenome familiar para a posteridade.

É importante frisar que Mary passou a maior parte de sua infância em regiões rurais da Inglaterra. Seu pai, atraído pelas possibilidades de prestígio social e de rentabilidade, por várias vezes tentou empreendimentos ligados à agricultura.<sup>176</sup> A vida no campo lhe propiciou desfrutar das brincadeiras ao ar livre com os irmãos em vez de ficar confinada no interior da casa, aprendendo o que ela viria a chamar de “talentos inúteis”.<sup>177</sup> Mais tarde ela viria a pensar que tal atmosfera a livrara de uma criação feminina convencional à qual estava sujeita a maioria das meninas de classe média.

Wollstonecraft, desde a mais tenra idade, pode visualizar a situação de extrema dependência na qual viviam a maior parte das mulheres de sua época. São conhecidas e

bairro artesanal londrino de Spitafields. À data de sua morte, já era considerado um “fabricante respeitável” e um cavalheiro com uma fortuna que a situava nos estratos superiores da classe média. (BURDIEL, op. cit., p. 23)

<sup>175</sup> Segundo Godineau, cabia às mulheres saber governar a casa, saber ler, escrever e fazer contas, conhecer alguns rudimentos de história, de geografia, de literatura e línguas estrangeiras, sem esquecer, obviamente a religião, a dança, a música e eventualmente o desenho. (GODINEAU, Dominique. “A mulher” In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 323). Porter, em seu estudo sobre a história social da Inglaterra, afirma que os rapazes e as garotas das classes abastadas eram educados separadamente. Enquanto os primeiros comumente frequentavam instituições de ensino formal, as últimas eram educadas em casa, por alguma tia ou empregada. (PORTER, op. cit., p. 28).

<sup>176</sup> O pai de Mary Wollstonecraft, educado inicialmente para dar continuidade aos negócios paternos, representa um bom exemplo daqueles que diversificaram o capital familiar, tradicionalmente fundamentado no comércio e na indústria, pelas possibilidades de prestígio social e rentabilidade oferecida pela nova agricultura que alimentava a Revolução Industrial. Foi, também, um exemplo daqueles que fracassaram econômica e socialmente em tal intento.

<sup>177</sup> TOMALIN, C. *Vida y Muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona: Montesinos, 1993. p. 21.

amplamente difundidas as violências físicas e verbais que Edward Wollstonecraft, pai de Mary, exercia sobre a mulher (e também sobre os filhos). O despotismo paterno contrastava com a passividade e a indolência da mãe da autora, vítima fácil da violência do marido. Podemos dizer que Elizabeth Wollstonecraft representava o típico exemplo de submissão, obrigada ou voluntariamente cega, que muitas mulheres sofriam e cultivavam ao longo de suas vidas.<sup>178</sup>

A posição da mulher inglesa era de subordinação aos pais e ao marido e de submissão aos costumes. Uma mulher casada não podia ter nenhuma propriedade em seu próprio nome, nem participar de um contrato legal, ou sequer reclamar direitos sobre seus filhos. Ainda que uma esposa pudesse pedir proteção legal contra um marido demasiadamente violento, ele tinha o direito de bater em sua mulher. *Commentaries on the laws of England*, de William Blackstone, de 1761, demonstram que por meio do matrimônio, homem e mulher tornavam-se uma só pessoa diante da lei, representada pela figura do marido. Isso significava a “morte legal da mulher”, pois a mulher casada não tinha existência jurídica, dependendo do esposo, sob cuja proteção e responsabilidade deveria viver.<sup>179</sup> *The Laws Respecting Women*, de 1777, endossam as colocações de Blackstone, ao afirmar que uma esposa não poderia vender, doar ou se alienar de qualquer bem sem o consentimento de seu marido.<sup>180</sup>

Com o passar dos anos e dos acontecimentos Wollstonecraft foi se inteirando do ideal de feminilidade que deveria seguir. Durante sua infância e início da adolescência parecia que sua vida tomaria o rumo daquelas mulheres cujos valores e comportamentos eram representativos da classe média ascendente. Essa possibilidade, no entanto, tornou-se exígua quando a desastrosa gestão patrimonial de seu pai arrastou toda a família, com exceção do filho mais velho, que recebeu a herança diretamente do avô, aos estratos mais baixos da classe média.<sup>181</sup> A ruína familiar colocou Wollstonecraft em uma situação que, dada à inexistência de um dote suficiente, a impedia de contrair um matrimônio de acordo com as aspirações (consciente ou inconscientemente) alimentadas por uma jovem educada na e para a classe média com pretensões.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup> BURDIEL, op. cit., p. 25. Não esqueçamos que Rousseau, cujas ideias sobre a relação entre os sexos alcançam um sucesso estrondoso no fim do século XVIII, defendia que o estatuto dos esposos é desigual.

<sup>179</sup> PORTER, op. cit., p. 26.

<sup>180</sup> PORTER, Roy. *Enlightenment: Britain and the creation of the Modern World*. Londres: Penguin Books, 2000. p. 321.

<sup>181</sup> BURDIEL, p. 24.

<sup>182</sup> Conforme Watt, era quase impossível arranjar um marido na Inglaterra setecentista sem dispor de um dote. Segundo tal autor, há muitos indícios de que no século XVIII o casamento tornou-se uma questão bem mais comercial que antes. Evidentemente os arranjos econômicos sempre foram fatores importantes nos matrimônios; porém é provável que nesse período o tradicional *paterfamilias* se exercesse dando maior

Para as inglesas do século XVIII o casamento se configurava como algo de suma importância, uma das suas únicas possibilidades de sobrevivência econômica. A decadência da indústria doméstica, devido ao advento do capitalismo industrial, limitara bastante as possibilidades de manutenção econômica das mulheres, além de contribuir em larga escala para a desvalorização das mulheres solteiras, que passaram a ser vistas como um “fardo” e não mais como alguém que contribuía para a manutenção da família. Isso gerou um excedente de mão de obra feminina e, por conseguinte, a desvalorização da remuneração das mulheres em relação à dos homens.<sup>183</sup> Além disso, idealizadas para ocupar o espaço privado, não se concebia de forma alguma que elas pudessem atuar no espaço público, em ofícios encarados, obrigatoriamente, como masculinos. Nesse sentido, àquelas que não conseguiam o tão almejado enlace, restava trabalhar mediante salários ínfimos ou viver sob a dependência de alguém.

Para Wollstonecraft, cuja família começara a enfrentar sérias dificuldades financeiras, o matrimônio tornara-se uma necessidade, uma “proteção contra a pobreza” e, de forma paradoxal, algo quase inatingível para uma moça como ela, que não dispunha de um dote. Podemos afirmar, dessa forma, que o lado obscuro da *proper lady* e do ideal de matrimônio idealizado pela maioria dos pensadores ingleses, e pelo então admirável Rousseau, como comunhão hierarquicamente disposta de dois espíritos dedicados ao bem comum, começou a se mostrar com todo o seu rigor a quem, anos mais tarde, criticaria tão ardentemente tal modelo.

Além disso, a possibilidade de sobrevivência representada pelo casamento não parecia tão atrativa e recompensadora a Wollstonecraft. A experiência de sua mãe e, posteriormente, de sua irmã Eliza, assim lhe permitiram supor. Sob essas condições, não parece tão surpreendente o conteúdo das cartas adolescentes de Mary à amiga Jane Arden, nas quais ela, então com quinze anos, já se definia como uma solteirona e afirmava que “por muitas razões sou inimiga de qualquer vínculo matrimonial”.<sup>184</sup> Também nessa época, já era

---

importância ao aspecto material à medida que o velho sistema familiar se tornava sujeito às pressões do individualismo econômico. (WATT, op. cit., p. 126)

<sup>183</sup> Ibid, p. 126, 127 e 128. É interessante lembrar que os conventos, onde tradicionalmente muitas das mulheres solteiras buscavam abrigo, já não se configuravam mais como uma opção depois da Reforma. Muitos autores coevos, como Mary Astell e Daniel Defoe, discutiram em alguns de seus escritos a necessidade de encontrar substitutos que cumprissem o papel dessas instituições.

<sup>184</sup> por muchas razones soy enemiga de cualquier vínculo matrimonial. (Carta a Jane Arden). Conforme citado por Claire Tomalin in: TOMALIN, op. cit, p. 34.



uma crítica severa de seus pais e de suas atitudes na sociedade, bem como de suas inadequações pessoais.<sup>185</sup>

Conforme Burdiel, desde os quinze anos Mary começou a demonstrar em sua correspondência uma clara sensação de deslocamento social e de profunda ambivalência a respeito dos valores da classe média em cujos limites ela viveu toda sua vida. Uma precariedade social que se duplicava na esfera familiar, devido à incapacidade demonstrada pelos Wollstonecraft em adaptar-se ao ideal puritano de matrimônio, baseado na constância, fidelidade e educação moral dos filhos.<sup>186</sup>

De acordo com os biógrafos da autora, a sua relação com a família sempre foi tensa; ela nunca experimentou o sabor da estabilidade financeira e afetiva. Não era a favorita, nem do pai, nem da mãe. A parcialidade da mãe era restrita ao filho mais velho e tratava Mary com bastante rigor, atitude que não adotou com as filhas mais novas. O relacionamento de Wollstonecraft com Ned, o irmão mais velho, era carregado de hostilidade<sup>187</sup>, sem falar do difícil convívio com o pai violento e alcoólatra.

Descartado o matrimônio, as possibilidades que a sociedade daquela época oferecia a alguém como Wollstonecraft, que se encontrava às margens de sua classe, eram reduzidíssimas: dama de companhia, professora em alguma paróquia ou governanta. Wollstonecraft exerceu todos esses ofícios, devido ao que a partir de então, por necessidade e por convicção, se converteu na motivação principal de sua vida: a independência econômica.<sup>188</sup>

Segundo Burdiel, dizer que Wollstonecraft foi, ao menos em parte, o produto de uma “mulher decente” malograda por circunstâncias alheias à sua vontade não é uma provocação, nem uma explicação psicologista. É tentar explicar, por uma trajetória individual singular, as condições possíveis do despertar de uma consciência crítica a respeito de um modelo social, econômico e cultural de “ser mulher”; vivenciado de dentro, experienciado em suas ambiguidades e abstrações. É tentar explicar, também, como o vazio criado pela perda desse modelo podia, na maior parte dos casos, levar à passividade, ao ressentimento, ao comodismo.

---

<sup>185</sup> Ibid, p. 23.

<sup>186</sup> BURDIEL, op. cit., p. 24.

<sup>187</sup> É amplamente conhecido o desentendimento que sempre marcou o relacionamento de Mary com seu irmão Ned. Conforme seus biógrafos, isso se deveu tanto ao tratamento diferenciado que o último sempre recebeu, fato que provocou indignação em Mary, quanto ao fato de Ned ter praticamente abandonado a responsabilidade de manter as irmãs, apesar de ser o que sempre esteve em melhor situação financeira. (TOMALIN, op. cit., p. 28)

<sup>188</sup> Em 1776, a situação econômica dos Wollstonecraft se agrava ainda mais. Mary, já consciente da dificuldade de arranjar um matrimônio, busca outras formas de se sustentar. Ao longo de sua vida, ela foi tomando as rédeas de sua família, mantendo não somente a si mesma, mas também ajudando duas de suas irmãs, que também não conseguiram casar-se, e o irmão mais novo.

Como, algumas vezes, o vazio experimentado por aquelas que não se adequavam a esse paradigma podia levar a um ardente esforço de crítica e de resistência, até suas últimas consequências. Entendemos que foi o que aconteceu com Mary Wollstonecraft, cuja vida e obra foram empenhadas, a nosso ver, em “defesa própria”.<sup>189</sup>

Desse esforço foi se formando uma subjetividade particular, forjada por meio de identificações e resistências; de esperanças concebidas e frustradas que a fizeram descobrir, em primeiro lugar, que a sua única defesa possível era a de não ansiar aquilo que as circunstâncias de sua vida lhe interditarão. Em segundo lugar, descobriu algo fundamental, que torna sua experiência e sua reflexão tão singulares para época: que seu malgrado destino como “mulher decente” não era um simples acaso do destino, mas sim que era produto de um modelo de feminilidade, cujas contradições acabavam se materializando nas experiências de vida das mulheres reais. Enfim, podemos afirmar que Wollstonecraft conscientizou-se de quão larga era a sombra da *proper lady* e, a lutar contra ela, no público e no privado, dedicou a sua vida.

Entre 1778 e 1787, ou seja, entre seus 19 e 28 anos de idade, Wollstonecraft foi, sucessivamente, dama de companhia, professora em uma escola para senhoritas, estabelecida com suas irmãs, e finalmente governanta de uma família aristocrática. Podemos dizer que experimentou todos os sucessivos papéis que as regras de decência de sua época lhe teriam reservado.

Uma experiência que adotou com um tom de rebeldia que não devia ser precisamente comum a outras mulheres em sua situação. Entretanto, o primeiro desafio realmente direto e absoluto às convenções sociais foi o famoso episódio, planejado por Wollstonecraft, da fuga de sua irmã Eliza de um matrimônio infeliz.<sup>190</sup> Tal episódio é revelador da natureza da família e da indefinição legal da mulher naquele contexto. A irmã de Mary, Eliza, ficara mentalmente perturbada após o primeiro parto, o que fez com que Wollstonecraft, convencida de que isso ocorrera em decorrência dos maus tratos do cunhado, a tirasse de sua casa em segredo, sem levar seu bebê. Uma separação legal foi obtida para o casal, mas a jovem mãe nunca obteve a custódia de sua filha, que veio a falecer antes de completar um ano.<sup>191</sup>

Segundo Tomalin, tal episódio foi, provavelmente, sentido por Wollstonecraft como um golpe contra todos os maridos tirânicos, contra seu pai e seu prepotente e hostil irmão ou mesmo contra todos os homens que se advogavam superiores por direito divino e desfrutavam

---

<sup>189</sup> BURDIEL, op. cit., p. 26.

<sup>190</sup> TOMALIN, op. cit., p. 44.

<sup>191</sup> Sobre esse evento da vida de Mary, ver BURDIEL, op. cit., p. 38-56.

de heranças, educação e carreiras profissionais, privilégios comumente negados às mulheres.<sup>192</sup> Podemos dizer, nesse sentido, que tal desafio não se deu somente no nível pessoal. Como já colocado, era característico de Wollstonecraft buscar uma explicação social para suas experiências privadas.

Apesar de desenvolver uma atitude incorformista quanto à condição de vida das mulheres (por ter vivenciado muitas das contradições inerentes ao estereótipo de feminilidade vigente), Wollstonecraft não possuía instrumentais teóricos e discursivos que a permitissem problematizar e sistematizar suas inquietações. Foi sua inserção nos círculos radicais e dissidentes ingleses - analisados como espaços de sociabilidade nos quais ela teve a oportunidade de se educar, de se expressar pela conversação e pela escrita, enfim, de desenvolver uma postura crítica em relação à sociedade estabelecida – que lhe permitiu desenvolver uma explicação mais elaborada e consciente sobre a condição feminina na sua época.

## 2.2 CÍRCULOS DISSIDENTES E RADICAIS INGLESES: POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO

Ao discorrer sobre a Inglaterra setecentista, Porter comenta que houve uma melhoria considerável na condição de vida das mulheres. Tal afirmação causa certo estranhamento, quando lembramos o quanto as severas leis inglesas limitava-lhes a atuação jurídica e econômica, e a separação das esferas pública e privada exigia sua restrição no lar. Tal contradição, como não poderia deixar de ser, reflete a natureza paradoxal do modelo de feminilidade erigido naquele contexto. De acordo com o historiador inglês, esse período assistiu a uma “suavização” da autoridade patriarcal, apesar de as leis formais não permitirem entrever tal fenômeno. O novo modelo familiar que se desenvolvia no contexto, baseado na empatia e na cumplicidade entre os cônjuges, numa relação mais próxima entre pais e filhos, enfim, numa intimidade prazerosa e gratificante, propiciava a idealização de uma relação mais igualitária entre os sexos. Segundo Porter: “A despeito da árida desigualdade da lei, o

---

<sup>192</sup> TOMALIN, loc. cit.

casamento tornava-se idealizado em termos de relacionamento afável, e apresentado como um uma troca mútua”.<sup>193</sup>

Tal idealização das relações familiares está diretamente relacionada ao modelo de casamento burguês, que elege o amor como princípio da seleção conjugal. Nesse sentido, para além das alianças e fidelidades familiares, é a empatia entre dois indivíduos que fundamenta o enlace matrimonial. Essa concepção romântica do amor exige uma nova mulher, menos distante do homem. Afinal, a atração amorosa só pode surgir entre indivíduos próximos, ou mesmo iguais, que se atraem mutuamente por suas qualidades subjetivas. Por essa lógica, os valores tradicionais ligados à família, ao nome e ao sangue perdem muito da sua importância. É fácil compreender, dessa forma, por que nesse contexto se “pôs em segundo plano a mulher aristocrática, figura dos valores aparentes, tais como riqueza, nome e título, e (se ) construiu outro modelo de mulher: aquela que não se pode conhecer pela aparência, aquela que é dotada de subjetividade”.<sup>194</sup>

Com a emergência desses valores, muitos pensadores e escritores ingleses começaram a reivindicar as mulheres uma formação moral, religiosa e educacional. Afinal, além de serem as companheiras “ideais” dos homens, também não seriam elas as responsáveis pela educação dos filhos? Além disso, devido à sua piedade natural, sua capacidade de doação, sua sensibilidade mais aguçada, não seriam as mais aptas para atuar como moralizadoras na nova sociedade?<sup>195</sup> Muitos grupos religiosos dissidentes<sup>196</sup> defendiam essas ideias e, por isso, também endossavam a necessidade de se fazer das mulheres seres mais esclarecidos. Podemos afirmar, nesse sentido, que a idealização de uma esfera íntima, gerenciada pelo feminino e fundamentada em relações fraternais e amorosas ao mesmo tempo em que confinava as mulheres ao idealizado (e subordinado) papel do “anjo doméstico”, também lhes propiciava novas oportunidades e espaços de atuação.

Vejamos como se deu a inserção de Wollstonecraft em dois espaços de sociabilidades influenciados pela ideologia descrita acima, nos quais ela experienciou muitas

---

<sup>193</sup> Despite the obdurate inequality of the the law, marriage became idealized in terms of affable companionship, and presented as a mutual exchange. (PORTER, *Enlightenment...*, p. 324)

<sup>194</sup> Esse modelo de feminilidade se inspira numa moral puritana e utilitária, baseada em certas virtudes burguesas (tais como a retidão e a decência), que constituiriam os meios idôneos para ascender socialmente. É importante frisar que ele se desenvolveu principalmente entre as classes médias, idealizado por romancistas como Richardson e moralistas como Dr. Gregory. (LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, desejo e escolha*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 178)

<sup>195</sup> TAYLOR, Bárbara. “The religious foundations of Mary Wollstonecraft’ s feminism”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Londres: Cambrigde University Press, 2002. p. 104 e 105.

<sup>196</sup> Seitas desvinculadas da Igreja Anglicana. (THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 25).

das possibilidades de emancipação que o paradoxal ideal de feminilidade vigente oferecia às mulheres.

Apesar de Wollstonecraft ter recebido pouca educação formal, desde muito cedo ela se tornou uma autodidata. Durante sua vida ela encontrou mentores que a conduziram em suas leituras e em seus escritos. Na sua adolescência, por exemplo, ela contou com a ajuda de sua grande amiga, Frances Blood, uma jovem de talentos extraordinários, que cantava, tocava e desenhava muito bem, além de ler e escrever com considerável aplicação. Fanny, como era conhecida entre os íntimos, foi de grande inspiração para Wollstonecraft. Além disso, devido ao costume que mantinham de trocar cartas, Fanny acabou se tornando uma espécie de instrutora para Mary, que antes de conhecê-la apenas lia para saciar sua curiosidade e a agora também descobria a arte de escrever. Nesse mesmo período, foram ainda seus mentores os Clare, um casal de vizinhos sem filhos que a tinha em alto apreço e, ao que parece, a instigaram a ler Milton, Shakespeare e Pope, contribuindo para a primeira etapa de sua cultura autodidata.<sup>197</sup>

Podemos afirmar, entretanto, que a educação política e intelectual de Wollstonecraft só se iniciou efetivamente quando ela, com o intuito de abrir uma escola com suas irmãs<sup>198</sup> se mudou para Newington Green (1783) e entrou em contato com o famoso círculo reformista criado em torno do pastor dissidente Richard Price, autor do sermão a favor da Revolução Francesa que enfureceria Edmund Burke e provocaria suas famosas *Reflexões*.<sup>199</sup>

Desde que Defoe residira em Newington Green, um século antes, o lugar havia atraído intelectuais dissidentes e pedagogos de ideias reformistas. Das janelas de sua escola, Mary podia ver tanto a capela dos dissidentes quanto a casa do ministro religioso Richard Price. Logo Mary foi apresentada ao conhecido pastor, o primeiro intelectual radical que ela encontrava em sua vida. Na presença dele, as palavras “whig”, “democrata” e “reformador” tornaram-se significativas para ela. Price era um pensador político que tinha sido a favor dos rebeldes norte-americanos e, embora afirmasse que seu interesse primordial era a teologia e o

---

<sup>197</sup> Mary conheceu Fanny e os Clare em 1775, quando ela se mudou para Hoxton, em Londres. Tinha, então, dezesseis anos.

<sup>198</sup> Devido à ruína familiar e ao descaso do irmão Ned em relação a Mary e suas irmãs, restou a elas se autossustentarem, com os poucos trabalhos disponíveis às mulheres. Segundo Tomalin, Wollstonecraft decidiu abrir uma escola seguindo o exemplo de sua amiga Jane Arden (que já se dedicara a tal empreendimento). Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de Wollstonecraft conseguir abrir tal instituição com tão pouco preparo pedagógico e intelectual. Esse fato nos dá uma ideia do tipo de escolas que a maioria das meninas de classe média frequentava naquela época. (TOMALIN, op. cit., p. 48 e 49)

<sup>199</sup> É importante frisar que nesse contexto ela inicia a leitura das obras de Rousseau, as quais influenciaram toda sua produção intelectual.

ministério de sua congregação, devotara-se a fomentar a reforma parlamentar<sup>200</sup> durante a década de 1770 e escrevera bastante sobre o assunto, suscitando o entusiasmo de muitos jovens reformadores. Além disso, mantinha correspondência com os mais destacados cientistas e filósofos de seu tempo, personagens como Franklin, Jefferson, Condorcet e Joseph Priesley.<sup>201</sup>

Os dissidentes protestantes<sup>202</sup>, termo que englobava a todos os fiéis protestantes não membros da Igreja da Inglaterra, excluídos legalmente dos direitos civis, do acesso a cargos públicos e das universidades, constituíram, sem dúvida, um dos focos mais homogêneos e ativos em torno do qual foi se criando o radicalismo político da classe média inglesa no período. De acordo com Thompson:

Tendo tolerância para com sua liberdade de consciência, mas ainda impedidos de participar da vida pública, devido às Leis de Critério e Corporações, os dissidentes continuaram, ao logo do século (XVIII), a trabalhar pelas liberdades civis e religiosas.<sup>203</sup>

O círculo que Wollstonecraft frequentou em Newington Green pertencia em sua maioria a Igreja Unitária e cultivava uma tradição de “cristianismo racional”<sup>204</sup> que insistia no livre uso da razão na prática religiosa e, em termos teológicos, negava a divindade de Cristo e

---

<sup>200</sup> Segundo Florenzano, na segunda metade do século XVIII a sociedade inglesa se tornava cada vez mais aberta, numerosa e diversificada; a vida política, ao contrário, tornava-se cada vez mais fechada e restritiva, pois, não só o eleitorado não acompanhava o aumento da população, como também as eleições parlamentares, que até o começo do século XVIII eram trienais, haviam se tornado septenais. Além disso, o sistema eleitoral e de representação parlamentar poderia ser classificado como “bizarro”. Grandes cidades, como Manchester, Birmingham e Leeds não tinham representação na Câmara dos Comuns, enquanto lugares como Old Sarum, onde viviam somente sete eleitores, elegiam dois deputados. Discrepâncias como estas geraram demandas por uma reforma parlamentar, advindas dos mais diferentes grupos: anglicanos, whigs, dissidentes radicais, entre outros. (FLORENZANO, Modesto. O Impacto da Revolução Francesa na Inglaterra na década de 1790: história política e historiografia. Pós- História, v11, p 23-60, 2003. p. 25 à 31).

<sup>201</sup> TOMALIN, op. cit., p. 49-50.

<sup>202</sup> Os dissidentes (*Dissenters*) ou não conformistas (*non- Conformists*) eram remanescentes dos conflitos políticos e religiosos do século anterior. Após a Revolução de 1688, foram excluídos da política inglesa e destituídos do direito de cidadania, embora tivessem desempenhado um papel decisivo nas guerras civis. Não podiam exercer cargos públicos, incluindo postos militares e parlamentares, embora mantivessem o direito de liberdade religiosa. Tal situação fez com que, ao longo do século XVIII, fomentassem a agitação política pela revogação das leis de exclusão, que se tornaria uma das principais reivindicações a serem pleiteadas na reforma parlamentar, em discussão desde a década de 1770 e que só se realizaria em 1832.

<sup>203</sup> THOMPSON, op. cit., p. 26.

<sup>204</sup> A luta contra a tradição religiosa, uma das principais características das Luzes, não assumiu em todos os países a mesma forma. Na França, por exemplo, tomou imediatamente uma direção hostil à Igreja. Nos países protestantes, entretanto, aonde a tradição dogmática já vinha há séculos submetida a uma crítica sistemática, as coisas foram um pouco diferentes. As próprias Igrejas reformadas participaram da tendência no sentido de favorecer a valorização da razão, no livre exame das Escrituras e de se contrapor ao predomínio absoluto do dogma da fé. (FORTES, *O iluminismo...*, p. 17).

o ministério da Santíssima Trindade. Herdeiros em grande parte do empirismo de Locke e do puritanismo calvinista, acreditavam firmemente na perfectibilidade humana pela educação, no esforço, na sobriedade e no autocontrole individual. Algo que em muitos aspectos os tornavam especialmente sensíveis às ideias radicais e ilustradas.

O Unitarismo surgiu do desdobramento de uma das correntes do Presbiterianismo<sup>205</sup>, a sociana, que defendia uma perspectiva teológica Antitrinitária ou Unitária. Muitos dos integrantes dessa corrente, adeptos de uma perspectiva iluminista mais radical, não viam necessidade de se manter vinculados a uma tradição calvinista ascética e pietista. Essa ruptura se efetivou formalmente da década de 1770, com o nascimento da seita Unitária, que assumiu abertamente a religiosidade naturalista da Ilustração, e procurou defender com radicalidade a causa da liberdade civil e religiosa, sendo que os setores mais extremados admitiam mesmo a possibilidade de uma revolução democrática para atingi-la. Desse modo, os unitários aproximaram-se dos princípios revolucionários surgidos na França e constituíram-se, por isso, nos arautos do Radicalismo ou Liberalismo Britânico.<sup>206</sup>

As ideias que transitavam nos meios dissidentes foram muito importantes para Wollstonecraft, pois foi a partir delas que, certamente, se preparou para desenvolver um pensamento crítico perante a sociedade. Além disso, a difícil situação social dos dissidentes serviria como base para, posteriormente, Wollstonecraft criticar o lugar destinado ao feminino. Em *Vindication*, ela traçaria um paralelo direto entre as deficiências das mulheres e a dos dissidentes, e atribuiria os defeitos de caráter de ambos os grupos à opressão que se viam forçados a suportar. Ou seja, podemos dizer que ela se identificou com os dissidentes e que seus pontos de vista sobre os direitos humanos e a igualdade de oportunidades a estimularam a pensar os problemas do seu próprio sexo sob o mesmo enfoque.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup> No início do século XVIII, de acordo com estimativas do historiador Michael Watts a partir de um censo religioso de 1715, os protestantes dissidentes não ultrapassavam 6% da população da Inglaterra e do país de Gales, algo em torno de 338.210 pessoas, das quais pouco mais da metade era formado pelos Presbiterianos e a outra metade pelas diversas denominações religiosas (Quakers, Batistas Particulares, Batistas Gerais e Independentes e Congregacionalistas). A perspectiva religiosa dos Presbiterianos (no século XVIII) era a mais articulada com as manifestações da Filosofia Iluminista, particularmente em um dos seus desdobramentos, o Unitarismo. De acordo com Soares, “os presbiterianos, como defendiam de modo mais firme o princípio da “razão”, além das liberdades civis e religiosas, podiam ser considerados, no século XVIII, como os autênticos *Dissidentes Racionalistas*, ao contrário dos “Protestantes Evangélicos” (os Batistas Gerais e Particulares e os Metodistas, surgidas na segunda metade do século XVIII) e de suas diversas “teorias” (“a corrupção total e inata ao gênero humano” e, por consequência, a “reprovação”, a “expição”). SOARES, L. C. Ciência, religião e Ilustração: as academias de ensino dos dissidentes racionalistas ingleses no século XVIII. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: 2001, vol. 21, nº 41. p. 177-178).

<sup>206</sup> Ibid., p. 178, 179 e 180.

<sup>207</sup> TOMALIN, op. cit., p. 63-64. / TAYLOR, op. cit., p. 108.

A experiência de Wollstonecraft com os dissidentes também a levou a desenvolver o característico despreço que aqueles cultivavam em relação aos comportamentos da aristocracia.

as sementes do falso refinamento, a imoralidade e a vaidade têm sido cultivadas pelos nobres. Seres débeis e artificiais, situados sobre os desejos e afetos comuns de sua espécie de modo prematuro e artificial, minam os fundamentos da virtude e disseminam corrupção pela sociedade em seu conjunto. Como parte da humanidade, tem o maior direito a piedade, sua educação tende a transformá-los em inúteis e desvalidos; e o desenvolvimento de suas mentes não se fortalece mediante a prática daqueles deveres que dignificam o caráter humano.<sup>208</sup>

Adquiriu, nesse sentido, a convicção plenamente dissidente e radical que era na classe média que estava a maior parte da virtude e da felicidade, além da verdadeira educação. Afirma ela em *Vindication*: “As faculdades e virtudes resultam totalmente necessárias para fazer notórios os homens de classe média, e a consequência natural é evidente: a classe média contém mais virtudes e faculdades”.<sup>209</sup>

Não podemos deixar de destacar que, conforme Burdiel, os ambientes unitaristas eram especialmente propícios para que as mulheres a eles vinculadas pudessem desenvolver, com mais liberdade que em outros contextos, certo sentimento de si mesmas e de sua capacidade de pensar de forma independente. O compromisso com as ideias de Locke e a firme crença no papel da mulher como moralizadora (tanto no público quanto no privado), fazia com que os unitaristas fossem mais sérios e ativos em relação à educação das meninas que outras igrejas protestantes.

A idealização da mulher como moralizadora (vigente entre vários grupos dissidentes) fundamentava-se na ideia de que elas eram, intrinsecamente, mais religiosas do que os homens. Preconcebiam-se que suas “predisposições emocionais” (sensibilidade, condolência, capacidade de doação) lhe possibilitavam uma relação mais próxima e intuitiva com o *Divino*.

---

<sup>208</sup> las semillas del falso refinamiento, la inmoralidad y la vanidad siempre han sido sembradas por los nobles. Seres débiles e artificiales, situados sobre los deseos y afectos comunes de su raza de modo prematuro e innatural, minan los cimientos mismos de la virtud y desparraman corrupción por la sociedad en su conjunto. Como clase de la humanidad, tienen el mayor derecho a la piedad; la educación de los ricos tiende a volverlos vanos e desvalidos; y el desarrollo de la mente no se fortalece mediante la práctica de aquellos deberes que dignifican el carácter humano. WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los Derechos de la mujer*. (ed. Isabel Burdiel), Madrid, Cátedra, 2000. p. 101 e 102.

TOMALIN, op. cit., p. 65.

<sup>209</sup> Las faculdades y virtudes resultan totalmente necesarias para hacer notorios a los hombres de clase media, y la consecuencia natural es evidente: la classe media contiene más virtudes y facultades. (WOLLSTONECRAFT, *Vindicación...*, op cit. p. 185)



De acordo com Taylor, “enquanto nos homens a religião geralmente é efeito da razão, nas mulheres ela quase pode ser definida como um efeito da natureza.”<sup>210</sup> Nesse sentido, a piedade inata das mulheres propiciaria a elas uma inigualável autoridade na vida moral.

Tal perspectiva, com a difusão do evangelismo na Inglaterra após a década 1740, contribuiu para criar oportunidades de atuação para as mulheres fora do lar. A disseminação de panfletos religiosos, o ensino da moral e da decência nas escolas dominicais, o ministério da “palavra” para os desafortunados, enfim, todas aquelas atividades religiosas que exigiam autossacrifício e doação passaram a ser de predomínio das mulheres. De acordo com Poovey, de certa forma elas podem ser consideradas as primeiras beneficiárias do movimento de reforma, que lhes propiciou um meio construtivo para exercerem e desenvolverem certos talentos e tomarem consciência de outras possibilidades de atuação, para além dos seus tradicionais papéis de esposa e mãe.<sup>211</sup>

Paradoxalmente, as ideias dissidentes continham também elementos de caráter menos libertários, visto que, nesses ambientes, a formação da identidade feminina confinava-se à produção e reprodução dos valores de sobriedade, autocontrole, abnegação e sacrifício que a nova classe média opunha à licenciosidade moral e ao despotismo aristocrático. Além disso, num contexto de separação das esferas pública (masculina) e privada (feminina), a importância atribuída pelos dissidentes à família como uma unidade de disciplina social e religiosa, levou-os a reforçar a importância social da mulher como superintendente da integridade familiar, ou seja, seu papel na esfera doméstica.<sup>212</sup> Observamos assim que nos meios dissidentes Wollstonecraft, em certa medida, entrou em contato com os ideários iluministas e liberais; mas também com a ideologia da *proper lady* (associada, em larga medida, às virtudes puritanas).

A produção escrita era uma das possibilidades de atuação acessíveis às mulheres nos ambientes não conformistas. Conforme Burdiel, foram as relações dissidentes de Wollstonecraft que lhe sugeriram a hipótese de explorar o novo “ofício” de escritora que algumas mulheres de sua época (e de sua condição) já haviam começado a ensaiar.<sup>213</sup> Apesar do modelo de feminilidade vigente interditar esse tipo de atividade às mulheres, visto que “escrever para publicar colocaria em perigo a categoria de modéstia feminina”, chamando a atenção para as mulheres como indivíduos, como criadoras, como seres passíveis de

---

<sup>210</sup> while in man, Religion is generally the Effect of Reason in women it may almost be called Effect of Nature. (TAYLOR, op. cit., p. 104).

<sup>211</sup> POOVEY, op. cit., p. 9.

<sup>212</sup> Ibid., p. 7-8.

<sup>213</sup> BURDIEL, op. cit., p. 32.

reconhecimento e admiração, no final do século XVIII já se configurava uma tradição de escritoras burguesas, especialmente de prosa ficcional. Entre os fatores que contribuíram para tal configuração, podemos citar a derrocada do patronato literário, que propiciou certa abertura para as mulheres interessadas em publicar. Referimo-nos ao mesmo fenômeno discutido por Watt, ou seja, o declínio do patrocínio da corte e da nobreza em relação à produção literária, num contexto de “comercialização” da literatura. Podemos dizer que o mesmo contexto de abertura que contribuiu para a ascensão de um novo gênero literário, o romance, também contribuiu para a afirmação de novos sujeitos autores, como as mulheres. Segundo o próprio Fielding, todo o universo literário tornava-se “uma democracia, ou melhor, uma complexa anarquia”; e não havia ninguém para impor as velhas leis.<sup>214</sup>

Não podemos deixar de frisar também que os círculos informais das *bluestockings*<sup>215</sup> propiciaram um modelo para a produção escrita de mulheres. Embora Hannah More defendesse que o propósito de tais encontros “fosse unicamente a conversação”, os interesses e as realizações de suas participantes se estendia para além da arte do discurso polido. *Bluestockings* como Elizabeth Montagu, Emily Boscawen, Hester Chapone e Hannah More foram de indiscutível importância, pois, ao escreverem para fins comerciais, para a opinião pública, e ainda assim manterem suas reputações intocáveis, ajudaram a tornar a escrita e a publicação por parte das mulheres uma “aceitável carreira profissional”.<sup>216</sup>

Por último, mas não menos importante, lembremos a importância da valorização do empirismo e dos sentimentos individuais para a emergência de uma produção literária de mulheres. O que tradicionalmente legitimava a sua exclusão da produção literária era sua limitada capacidade intelectual (algo bastante compreensível, tendo em vista o tipo de educação que recebiam). Mas num contexto em que a “expressão”, até certo ponto, substituiu

---

<sup>214</sup> POOVEY, op. cit., p. 36. / WATT, lan. op. cit., p. 48 à 53.

<sup>215</sup> A expressão *bluestocking* foi originalmente usada para insultar os puritanos do “Pequeno Parlamento” de Cromwell em 1653. Tal termo foi reavivado em 1756 quando Benjamin Stillingfleet apareceu em uma das assembleias de Elisabeth Montagu vestindo meias azuis de tricô, as quais normalmente distinguiam os trabalhadores. Logo a palavra foi generalizada para se referir a todos os visitantes de Montagu, que incluíam o Dr Johnson, Elisabeth Carter, Edmund Burke, Horace Walpole, Lord Lyttleton (conde de Bath), além das conhecidas pensadoras Frances Burney, Anna Barbauld e Hannah More, entre outros. Segundo Eger, inicialmente esses encontros informais uniram homens e mulheres da *gentry* e classes abastadas, com a participação cada vez maior de indivíduos das classes médias, na busca pelo refinamento intelectual, mediante as sociabilidades polidas. (EGER, Elisabeth. “The noblest commerce of mankind: conversation and community in the bluestocking circle”. In: KNOTT, Sarah e TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

p. 289.)

<sup>216</sup> POOVEY, op. cit., p. 37.

a erudição como critério de qualidade, tornou-se possível às mulheres escrever sobre seus sentimentos, sobre a sua imaginação.<sup>217</sup>

Esses fatores, aliados ao fato de os círculos dissidentes cultivarem certa preocupação com a educação das meninas e de estimularem a produção de determinados gêneros por parte das mulheres, como os tratados de educação e os romances sentimentais<sup>218</sup>, possibilitou que muitas das suas integrantes se dedicassem à produção escrita, entre as quais, Mary Hays, Hannah More, Anna L. Barbauld, Maria Edgeworth, além, é claro, da própria Mary Wollstonecraft.<sup>219</sup> Nesse contexto ela produz e publica as suas primeiras obras: *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), um guia de educação para meninas e *Mary, a fiction* (1788), um romance sentimental.

Esse tipo de literatura tinha um objetivo bem definido naquele contexto, ratificar o ideal de feminilidade vigente. Ao discorrer sobre as obras produzidas por mulheres desse contexto, Poovey afirma: “suas novelas sempre ecoavam os manuais de conduta (feminina) quase literalmente, enfatizando o autocontrole e a autonegação”<sup>220</sup> esperado das mulheres naquele período. Ao escrever suas obras, Wollstonecraft se conformou a essa lógica de produção, mas não completamente.

Sua primeira obra, *Thoughts on the Education of Daughters* (Pensamentos Sobre a Educação das Filhas), não diferia muito dos livros de conduta da época, dedicados a internalizar os valores de autocontrole e submissão que, teoricamente, garantiam o amor e o casamento às mulheres. Wollstonecraft inovou, entretanto, ao apontar a divergência entre

---

<sup>217</sup> Ibidem. É importante frisar que ao longo do século XVIII as faculdades relacionadas à imaginação (fantasia, criatividade e inventividade) recebiam cada vez mais destaque como valores que propiciavam a produção intelectual. Paradoxalmente, a relação entre os conceitos de imaginação e de racionalidade passou a ser alvo de debates. A tendência predominante foi a de delimitar as diferenças existentes entre os dois, de modo a estabelecer o significado de cada um dos vocábulos. Obviamente, essa dicotomia foi fundamentada no simbolismo de gênero. Nesse contexto, o conceito de imaginação se tornou extremamente ambíguo, valorizado como potencial criativo e ao mesmo tempo desvalorizado por ser relacionado simbolicamente com o feminino. Muitas mulheres, como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, situaram-se nesse paradoxo, conseguindo certo espaço para se afirmarem como pensadoras. Sobre essa discussão ver TAYLOR, Barbara. *Mary Wollstonecraft and the Feminist Imagination*. London: Cambridge University Press, 2003. p. 58-94 e SCOTT, Joan. “Os Usos da Imaginação: Olympe de Gouges na Revolução Francesa”. In: SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. P. 49-104.

<sup>218</sup> A idealização das mulheres como seres “naturalmente” morais, possuidores de uma sensibilidade intrínseca, legitimava que discorressem sobre essas temáticas.

<sup>219</sup> Sobre essa tradição de escritoras burguesas e dissidentes, ver MELLOR, Anne K., “Mary Wollstonecraft’s A Vindication of the Rights of Woman and the women writers of her day”. In: JOHNSON, Cláudia L. *The Cambridge companion to Mary Wollstonecraft*. p. 141-159.

<sup>220</sup> their novels often echo conduct books almost verbatim, stressing self-control and self-denial. (POOVEY, p. 38)

“virtude” e “boas maneiras”, no tom urgente e autobiográfico, que viria a caracterizá-la.<sup>221</sup> Outro elemento inovador foi a referência às escassas possibilidades de respeitabilidade social e de independência econômica que a sociedade de sua época proporcionava a uma jovem educada, mas de escassa fortuna que, por circunstâncias alheias ou por decisão própria, não chegava a contrair matrimônio.<sup>222</sup>

A autora utiliza um capítulo inteiro do livro para discutir tal problema, intitulado *Unfortunate Situation of females, fashionably, and left without a fortune* (Situação infeliz daquelas mulheres, bem educadas, e deixadas sem fortuna). Logo no início do capítulo ela afirma que muitas mulheres, abandonadas a própria sorte, se sujeitam a:

servir como humilde companhia para alguma velha tia rica, ou o que é ainda pior, viver com estranhos, os quais são intoleravelmente tirânicos, tanto que nenhum de seus próprios parentes suporta viver com eles, mesmo podendo receber uma fortuna em retribuição. É impossível enumerar as muitas horas de angústia que tal pessoa precisa suportar.<sup>223</sup>

Tal passagem é notavelmente autobiográfica, traduzindo a insatisfação que Wollstonecraft sentiu ao exercer tal ofício. Lembremos que com a idade de dezoito anos, por necessidades econômicas, Mary se empregou como dama de companhia de uma tal senhora Dawson, conhecida pela sua irascibilidade. Na obra *The Wanderer, or Female Difficulties*, Fanny Burney, autora contemporânea de Wollstonecraft e frequentadora dos mesmos espaços intelectuais, define o trabalho de dama de companhia como “comida de sapos” e pinta um quadro horripilante da degradação que implicava vender-se ao capricho de uma mulher rica, irascível e mal educada. De acordo com Tomalin, tal ofício significava a perda da liberdade e da dignidade. Uma dama de companhia paga teria que desfazer-se de seu orgulho antes de aceitar seu posto; tendo que servir de entretenimento quando o pedissem e saber desaparecer quando sua presença não fosse mais desejada, tendo que suportar os prováveis insultos dos criados e o assédio dos homens da casa.

---

<sup>221</sup> Não podemos deixar de frisar a importância que as ideias de Rousseau sobre o “bom selvagem” (homem em estado natural) que “vive em si mesmo” e o “homem artificial” (homem civilizado), reduzido pela degradação social a não ser mais que um parecer; tiveram sobre o processo de “desvelamento” de Mary em relação ao estereótipo da “mulher decente”. Estas a ajudaram a diferenciar entre o “ser” e o “parecer”, entre a verdade e o engano, entre a virtude e a aparência de virtude. (BURDIEL, op. cit., p. 71)

<sup>222</sup> TOMALIN, op. cit., 63.

<sup>223</sup> to be a humble companion to some rich old cousin, or what is still, worse, to live with strangers, who are so intolerably tyrannical, that none of their relations can bear to live them, though they should even expect a fortune in reversion. It is impossible to enumerate the many hours of anguish such a person must spend. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the Education of Daughters: With Reflections on Female Conduct, in the more important Duties of Life*. London: Joseph Johnson, 1787. p. 70)

Além de dama de companhia, outros ofícios ofertados às mulheres daquele período que precisavam se sustentar eram os de professora ou preceptora. Tão indesejáveis, na opinião de Wollstonecraft, quanto o anterior.

Uma professora é somente um tipo de servente elevada, a qual tem mais trabalho que uma serva doméstica. Uma preceptora para jovens *ladies* é igualmente desagradável. As crianças sempre a tratam com desrespeito e com insolência.<sup>224</sup>

Observamos, assim, que nesta obra Wollstonecraft já exprime a preocupação com o fato de não se cultivar o espírito feminino, e o quanto isso dificultava às mulheres ganhar a vida de maneira respeitável. Tal ideia, desenvolvida de forma mais consciente e elaborada em *Vindication*, demonstra sua capacidade em assinalar as contradições inerentes ao tradicional discurso da *proper lady*.

As obras *Pamela* (1740) e *Clarissa* (1747-8), do romancista inglês Samuel Richardson inauguram a “era dos romances sentimentais” na Inglaterra. Esse tipo de literatura reflete o clima social da época. Como já discutido anteriormente, a emergência do individualismo gera a necessidade de novas formas de integração social, para além das alianças e fidelidades familiares. O amor passa então a ser valorizado como princípio da seleção conjugal. Isso gera a necessidade de um novo modelo de mulher: virtuosa, sincera, amorosa e casta, ou seja, aquela que não se pode conhecer pela aparência, aquela que é dotada de subjetividade. Segundo Watt, Richardson desempenhou um papel importante na instituição desse novo código. Ele escreveu numa época em que várias mudanças econômicas e sociais, algumas temporárias e locais, porém a maioria características da moderna civilização inglesa, se conjugaram para tornar o casamento muito mais importante e também mais difícil para as mulheres. A decadência da indústria doméstica, a desvalorização das mulheres solteiras, o fato de os homens decidirem se casar cada vez mais tarde (devido a fatores econômicos e a busca pelo sucesso), entre outros fatores, levaram as mulheres inglesas a valorizar cada vez mais o matrimônio e os meios para alcançá-lo. Nesse sentido, não é de se admirar que o romance *Pamela* tenha feito um sucesso estrondoso em sua época, pois sua heroína, ao encarnar esse novo “modelo de mulher”, que consegue conquistar o seu amado devido à sua

---

<sup>224</sup> A teacher at a school is only a kind of upper servant, who has more work than the menial ones. A governess to young ladies is equally disagreeable. The children treat them with disrespect, and often with insolence. (Ibid., p. 70 e 71)

retidão e virtude, simbolizava as aspirações da maior parte das leitoras, sujeitas às mesmas dificuldades.<sup>225</sup>

Se Richardson inicia esse gênero na Inglaterra, logo as mulheres (definidas como as mais aptas a discorrer sobre os sentimentos amorosos devido à sua “sensibilidade intrínseca”) passam a predominar como produtoras e consumidoras desse tipo de literatura. Romancistas como Fanny Burney, Maria Edgeworth e a reconhecida Jane Austen passam a dominar esse locus de produção literária.

Como enfatizamos anteriormente, as novelas sentimentais daquele período tinham como objetivo reafirmar o lugar idealizado ao feminino, exaltando características como o autocontrole e a capacidade de doação. Além disso, ao valorizar o amor romântico e idealizar o matrimônio como a única possibilidade de ascensão social disponível às mulheres, os romances endereçados ao público feminino contribuíram para que suas leitoras ansiassem por nada além do amor, do casamento e dos filhos. Wollstonecraft, entretanto, ao escrever a novela sentimental *Mary, a Fiction* (Mary, uma ficção) transgride essa lógica de produção romântica.

Essa segunda obra foi escrita sob as mesmas influências intelectuais, mas num contexto completamente diferente. Sua grande amiga, Frances Blood, que morava em Lisboa e sempre tivera uma saúde delicada, encontrava-se extremamente doente. Diante dessa situação, Mary abandonou a escola em Newington Green aos cuidados de suas irmãs e foi ficar com sua amiga. Ao voltar, devido à morte de Frances, encontrou sua escola arruinada. Isso a obrigou a aceitar o último dos empregos “plenamente feminino” que haveria de desempenhar em sua vida: o de governanta de uma família aristocrática na Irlanda.

Nesse contexto, Wollstonecraft se debruça com veemência ao que ela chamava de “meus estudos”, em especial à leitura das obras de Rousseau (o qual ela passa a idolatrar). Também é nesse meio, pela observação do modo de vida aristocrático, que ela intensificou seu desapeço pelo mesmo, particularmente em relação aos costumes femininos. De fato, ela saiu dessa experiência convencida que as damas da aristocracia eram irremediavelmente frívolas e arrogantes.<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> WATT, op. cit., p. 123. A qualificação de Pamela como esposa de um *gentleman* justifica-se antes de tudo e sobretudo por sua inquebrantável virtude e suas excepcionais qualidades morais, que a fizeram merecedora do amor de Mr. B. Não há, pois um questionamento das distinções entre as classes, em termos de poder e prestígio, mas apenas a viabilidade da ascensão social daqueles que a isso fazem jus, devido ao seu valor pessoal. (LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, desejo e escolha*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 162).

<sup>226</sup> Sobre esse período da vida de Mary, ver TOMALIN, op. cit., p. 66-90.

Para Burdiel, *Mary, a fiction* retrata as mais recentes experiências vitais e intelectuais de sua autora: a dor da perda de sua amiga, a insegurança de sua posição social, seu desgosto moral e de classe em relação aos costumes aristocráticos e a leitura de Rousseau. Influenciada por tudo isso, Wollstonecraft tentou escrever um romance que se distanciava, em muitos aspectos, das novelas sentimentais do período.

Logo no prefácio Wollstonecraft deixa claro que quer delinear um novo modelo de heroína: “ao delinear a heroína dessa ficção, a Autora tenta desenvolver uma personagem diferente daquelas que geralmente são retratadas. Esta mulher não é nem uma Clarissa, a Lady G, nem uma Sophie”.<sup>227</sup> Observamos que ela não deseja que sua personagem se iguale às mais famosas heroínas de sua época, que encarnavam o estereótipo de feminilidade: mulher dependente, comedida e sublimada sexualmente. Seu objetivo é outro, bastante ousado para a época. Mostrar e provar a existência (ao menos na ficção) de uma mulher “que tem poderes para pensar (...) cuja grandeza derivaria do exercício de suas próprias faculdades, não subjugadas à opinião, mas sim produto de sua original força de vontade e originalidade”.<sup>228</sup>

Nessa obra, Wollstonecraft se debate entre os modelos de mulher puritana (valorizada pela sua subjetividade), em detrimento da mulher aristocrática (valorizada pela aparência e pela sua posição). Mas, embora critique explicitamente o último e defenda muitas das características relacionadas ao estereótipo de mulher burguesa, ela começa a deixar claro que ambos os modelos são problemáticos para a experiência feminina naquele contexto. Nesse sentido, seu romance não termina com o esperado enlace matrimonial, mas sim com a morte de seu detestável marido e também da personagem Henry, aquele que desperta seu amor. Ambos compartilham uma “sensibilidade” própria que, ao mesmo tempo em que os aproximava, também os distanciava de convenções sociais frias e artificiais.

O culto à sensibilidade, tomado diretamente de Rousseau, permitiu à autora estabelecer um diálogo consigo mesma e com sua condição de mulher que, em princípio, parecia oferecer um tipo de liberação (e rebelião) interior a respeito das convenções e a hipocrisia daquela sociedade. Assim como o admirado filósofo, Wollstonecraft encarava os costumes aristocráticos, que prezavam acima de tudo as honrarias, a reputação e a aprovação da opinião alheia, como alienantes, próprios de indivíduos reduzidos a não ser mais que uma

---

<sup>227</sup> In delineating the Heroine of this Fiction, the Author attempts to develop a character different from those generally portrayed. This woman is neither a Clarissa, a Lady G, nor a Sophie. (WOLLSTONECRAFT, Mary. “*Mary, a fiction*”. In: WOLLSTONECRAFT, Mary/ SHELLEY, Mary. *Mary, Maria and Matilda*. London: Penguin Books, 2004, p. 3).

<sup>228</sup> who has thinking powers (...) whose grandeur is derived from the operations of its own faculties, not subjugated to opinion; but drawn by the individual from the original source. (Ibid., p. 3).

máscara sem profundidade. Sempre fora de si, só sabiam viver baseando-se na opinião dos outros. Essas convenções abusivas, típicas da sociedade do Antigo Regime, limitavam e deformavam as relações sociais. Os indivíduos eram julgados pela posição que ocupavam, pelo que aparentavam. A valorização da subjetividade, nesse sentido, permitiria inverter essa lógica de diferenciação social.

Essa estratégia, no entanto, era limitada quando pensada para as mulheres, pois acabava por reafirmar sua idealização como seres essencialmente sentimentais (característica que legitimava seu estatuto de inferioridade). Para Burdiel, isso impediu Wollstonecraft de imaginar qualquer alternativa para sua heroína além da resignação. Os germes de outro tipo de reivindicação, de resolução menos dramática, necessitava de novas experiências, que a converteram de uma leitora ingênua a uma leitora crítica do até então idolatrado Rousseau.

Referimo-nos a sua inserção nos círculos radicais londrinos, espaços nos quais ela vai aderir tão fortemente aos ideários de igualdade e racionalidade que os estenderá inclusive às mulheres. É devido às experiências e influências intelectuais desses meios que Wollstonecraft consegue transcender o modelo de feminilidade burguês e erigir um novo ideal de mulher, mais próximo da concepção de indivíduo moderno.

Depois de perder seu ofício como governanta (devido à sua escassa capacidade para resignação e sua crescente rivalidade com a viscondessa a respeito da educação e do afeto de suas pupilas), Mary Wollstonecraft retornou a Londres (1787) em busca de um novo trabalho.<sup>229</sup> Nesse intuito ela procura o editor de suas primeiras obras, o radical londrino Joseph Johnson<sup>230</sup>.

Dirigiu-se a ele em busca de conselhos e ajuda para ganhar sua vida, pelo menos parcialmente, mediante seu recém-estreado ofício de escritora. Suas esperanças foram, surpreendentemente, satisfeitas. Johnson lhe ofereceu de imediato a possibilidade de escrever e traduzir para sua editora durante tempo integral. A boa impressão que Mary causou no editor, sem dúvida, passou pelo aval que a amizade de Price representava, mas os dois também tinham outros pontos de vista em comum, tais como o olhar crítico em relação à nobreza.

Joseph Johnson era um dissidente radical conhecido pelas críticas que fazia ao sistema estabelecido. Considerava de extrema importância o critério iluminista de focar a edição como um eficaz método de elevar o nível moral e intelectual da sociedade, utilizando largamente sua editora nesse intuito. Ainda na década de 1780 se tornou distribuidor oficial

---

<sup>229</sup> Ela possuía então 28 anos.

<sup>230</sup> Até então, Mary só tinha mantido contato com Johnson por carta. (TOMALIN, op. cit., p. 93).



da literatura dos unitários e se manteve em permanente contato com as academias dissidentes<sup>231</sup>. Como resultado sua casa editorial se transformou em uma plataforma de lançamento da produção intelectual dessas academias, estando envolvido com as idéias radicais e ilustradas desde seus princípios. Como Johnson buscava promover as causas que lhe eram caras, sua editora logo contava com uma ampla e diversificada gama de escritores humanistas e radicais. Segundo Tomalin, poucos grupos oprimidos da época deixaram de encontrar apoio em sua prensa: escravos, judeus, mulheres, dissidentes, pessoas privadas de sua cidadania, ou simplesmente pobres e miseráveis.

Além disso, Johnson, como a maioria dos editores do período, tinha consciência da importância de se manter um acolhedor salão de convidados. Intelectuais como Thomas Christie, William Blake, Tom Paine, Joseph Priestley, William Godwin, entre outros, associados a projetos e simpatias reformistas, eram presenças constantes no círculo que se formou ao redor de Johnson. Também era comum em tal meio a presença de uma ou outra escritora ou reformadora moral, como Anna Barbauld ou Fanny Burney. A casa editorial de Johnson era uma espécie de clube, onde os visitantes tinham uma boa acolhida e podiam conversar e trocar ideias comodamente.<sup>232</sup>

Sua casa editorial se constituiu, dessa forma, em um ponto de encontro e difusão da intelectualidade radical e dissidente londrina, profundamente imbuída dos ideais ilustrados em suas múltiplas vertentes, e simpatizante do movimento a favor da reforma constitucional em Inglaterra que tomava corpo naqueles anos em torno das sociedades constitucionais e de correspondência.<sup>233</sup>

---

<sup>231</sup> Proscritos das universidades, os dissidentes haviam aberto suas próprias academias, que se mostraram notavelmente superiores às tradicionais. Ofereciam com exclusividade o ensino de história, ciência e economia, sugeriam um enfoque crítico dos textos bíblicos, além de cultivar o pensamento especulativo e o debate das questões religiosas. Por meio de várias academias inglesas desse tipo se desenvolveu uma verdadeira inteligência. Uma grande parte dos futuros amigos e conhecidos de Wollstonecraft procederam das citadas academias. Estas eram certamente verdadeiros viveiros de revolucionários, formadoras de estudantes instruídos para abordar qualquer questão como uma visão crítica e para julgar as instituições antes por seus méritos que pela autoridade ditada pela tradição. Sobre essas academias ver SOARES, Luiz Carlos. *Ciência, religião e Ilustração: as academias de ensino dos dissidentes racionalistas ingleses no século XVIII*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 2001, vol. 21, nº 41.

<sup>232</sup> TOMALIN, op. cit., p. 101.

<sup>233</sup> Nos últimos anos da década de 1780 surgiram em Inglaterra, devido em grande parte à influência revolucionária francesa, associações patrióticas e revolucionárias cuja reivindicação principal geralmente se resumia em três pontos: sufrágio universal, representação igual e renovação anual do Parlamento. Havia grupos radicais e moderados, representando as mais variadas classes, inclusive o operariado londrino. Quando eclode a Revolução, existe entre Inglaterra e França um abismo histórico que, de fato, deixa a primeira a salvo das convulsões da segunda. Enquanto em França a Igreja possuía uma parcela considerável do solo, na Inglaterra grande parte dos domínios da Igreja já haviam sido secularizados desde 1688. Quanto à burguesia francesa, era se opondo à nobreza a aos seus privilégios garantidos pelo monarca que tinha chance de conquistar seus direitos, ao passo que na Inglaterra a nobreza e a burguesia já estavam há muito aliadas para

Newington Green havia proporcionado a Wollstonecraft uma antecipação desse modelo de pessoas e conversações, mas em *Saint Paul's Churchyard* (nome da casa editorial de Johnson) não havia tantas viúvas e clérigos a exigir o “bom tom”, além disso, a geração mais jovem estava muito mais predisposta ao ócio intelectual e à ruptura com o tradicional. Leitores assíduos dos filósofos franceses, defendiam, em sua maioria, a perfectibilidade da espécie humana como complemento filosófico da reforma política. Acreditavam, ainda, que os progressos na educação e a reestruturação formal da sociedade levariam a uma “Idade Dourada”.<sup>234</sup>

Durante os anos em que Wollstonecraft participou desse meio, sua atividade intelectual foi febril e intensa. Aprendeu a disciplinar sua mente e seus sentimentos<sup>235</sup> mediante um novo culto, uma nova religião, que marcaria a segunda grande influência intelectual sobre sua vida e obra: o culto à razão, de procedência notadamente iluminista e liberal. Convertida em uma escritora profissional, Mary Wollstonecraft embarcou em uma série de traduções, entre as quais se destacaram *De l'importance des Opinions Religieuses*, de J. Necker, e a então muito famosa e comentada *Physiognomy*, de J. K. Lavater.

Também colaborou ativamente em uma das empresas editoriais e intelectuais mais representativas da cultura radical no período: a *Analytical Review*. Fundada em 1788 por Johnson e Christie, se tratava de uma revista mensal dedicada à difusão das “novas idéias” entre o público culto da classe média por meio, principalmente, de resenhas críticas de uma amplíssima variedade de obras. Miscelânea e eclética, em um estilo plenamente setecentista e ilustrado, aquela revista era um autêntico caleidoscópio pela qual se cruzava e discutia o variado mundo dos saberes e das artes que iam compondo a cultura burguesa. Trabalhando a pleno rendimento, Wollstonecraft chegou a publicar, ao longo de três anos, quase trezentas resenhas que incluíam romances, obras de teatro, ensaios sobre educação, tratados políticos e

---

conter os poderes do rei, e as camadas populares se contentavam em viver à sombra dessa venturosa aliança. Da mesma maneira, a Grã-Bretanha dispunha há séculos de um sistema de representação legal, com uma Câmara dos Comuns de passado brilhante e, por mais que imperfeita que fosse esta representação, era possível corrigi-la sem graves transtornos, enquanto em França tudo estava por ser conquistado por meio de muita luta. No entanto, a influência revolucionária adentrou em solo inglês. Vincent explica isso a partir de três fatores: uma prerrogativa real que, notadamente sob Jorge III, avançara incessantemente sobre os direitos dos comuns a ponto de comprometer um equilíbrio de poderes então único no mundo; um sistema eleitoral corrupto e mais que restritivo, em que a voz do povo não se fazia ouvir e o fato dos proletários, geralmente tão oprimidos, não conseguirem deixar de se sobressaltar ao ver os proletários franceses dobrarem o orgulho dos nobres, derrubarem a Bastilha e exigirem seus direitos. (VINCENT, B. *Thomas Paine: O revolucionário da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 151-153)

<sup>234</sup> TOMALIN, op. cit., p. 101.

<sup>235</sup> Wollstonecraft era conhecida por sua passionalidade.

religiosos, entre outros. Essa atividade intensa lhe proporcionou a independência pessoal que sempre buscara e a possibilidade de ampliar e completar sua educação.

Para Burdiel, essa febril atividade de escritora transformou Wollstonecraft em uma escritora profissional, segura de si mesma, versátil, com um tom próprio e com uma capacidade dificilmente alcançada por outra pensadora de sua época, de conseguir fazer-se respeitada em um campo bastante competitivo.<sup>236</sup> Ainda assim, num primeiro momento, a produção intelectual de Wollstonecraft se manteve no campo feminino dos tratados de educação para moças e crianças. O ano 1789, entretanto, marcaria uma reorientação vital na obra de Mary Wollstonecraft.

Foi o ano da Revolução Francesa. Para os radicais londrinos tal acontecimento constituiu o anúncio de uma nova era, o começo de uma humanidade mais livre, mais ilustrada e mais racional. As promessas trazidas pela Revolução afetaram a produção de vários radicais como Willian Godwin, Tom Paine, Willian Blake, entre outros.<sup>237</sup> Wollstonecraft não foi uma exceção. Segundo Burdiel, a revolução em França e os debates que suscitou no círculo de Johnson a fizeram revisar os prejuízos de seus primeiros anos, minando definitivamente seu respeito pela ordem estabelecida.<sup>238</sup>

O impacto e o entusiasmo daquela nova promessa foram tais que levou Wollstonecraft a abandonar o campo doméstico e feminino das obras sobre educação e

---

<sup>236</sup> BURDIEL, op. cit., p. 41

<sup>237</sup> Não podemos deixar de frisar o quanto a Revolução Francesa contribuiu para radicalizar o discurso da reforma política na Inglaterra. Tanto os ingleses, quanto os povos do outro lado do canal, admiravam a Constituição e as liberdades Inglesas (lembramos das *Cartas Filosóficas* de Voltaire, obra na qual ele faz elogios à Monarquia Constitucional Inglesa e a tolerância religiosa que grassava naquele país). Essa admiração impedia uma crítica mais aguda ao sistema político inglês. Segundo Florenzano, até a chegada da Revolução Francesa, e, principalmente, de os *Direitos do Homem* de Thomas Paine, todos, reformadores e conservadores, adversários e partidários do *status quo*, recorriam à Constituição britânica e ao passado ou à tradição (os supostos precedentes saxônicos) para defenderem seus interesses e posições. Mas, assim procedendo, cada um dos lados também legitimava, dava fundamento histórico e moral, tanto aos privilégios e desigualdades político-sociais existentes (sufrágio restrito, direito de primogenitura, aristocracia, igreja oficial e monarquia) quanto às liberdades e igualdades político- sociais reclamadas (sufrágio universal masculino, igualdade de representação, igualdade religiosa, direito à cidadania, à terra, à assistência etc). Até mesmo os iluministas ingleses, os dissidentes racionais, como Richard Price e Joseph Priestley, que postulavam os direitos naturais do homem, eram extremamente tímidos e evasivos quando se tratava de criticar a constituição, a monarquia e a aristocracia. (FLORENZANO, op. cit., p. 34). De acordo com Thompson, o constitucionalismo foi a comporta derrubada pelo exemplo francês: “A Revolução Francesa estabeleceu um precedente mais amplo: uma nova constituição redigida à luz da razão e derivada de primeiros princípios, que lançava às sombras “as formas velhas, inadequadas e proibitivas, da tradição, lei e estatuto”. O historiador inglês também frisa o papel de Paine, que além de criticar abertamente as “tradições inglesas”, também percebeu que, nos debates constitucionais do século XVIII, o povo sempre era deixado de lado. (THOMPSON, op. cit., p. 96, 100, 109) Mas se a Revolução Francesa contribuiu para radicalizar o posicionamento dos radicais ingleses, tanto em relação às tradições quanto à universalização dos direitos políticos, não ousou questionar os preconceitos de gênero. Tal façanha será realizada por Wollstonecraft em 1792, com o lançamento do seu provocativo livro, *Vindication of the Rights of Woman*.

<sup>238</sup> BURDIEL, op. cit., p. 42.

adentrar de forma veemente no duro debate político de sua época. Um debate e um espaço, masculinos por definição, que a converteram da noite para o dia em uma mulher famosa e reconhecida. A obra que marcou essa mudança tão significativa e importante foi *Vindication of the Rights of Men* (Reivindicação dos Direitos do Homem).

Burdiel afirma que para se compreender plenamente o impacto que esse livro desordenado e apaixonado produziu em sua época, é necessário ter em conta não só a inédita e muito comentada incursão de uma mulher na política, mas também o tom e o caráter do debate em torno do qual foi escrito e publicado. Vimos anteriormente que a Revolução Francesa avivou as discussões revolucionárias na Inglaterra. Na realidade, o que se observa é que tal debate toma forma de uma disputa entre whigs, tories e radicais em torno do legado da Revolução Gloriosa de 1688.<sup>239</sup>

A querela começa em 1789, com o sermão do pastor dissidente, amigo e protetor de Mary, Richard Price. No intitulado *Discurso sobre o amor à pátria*, Price defende a tese de que a “revolução gloriosa” era um projeto inacabado, sua herança e espírito haviam sido sublimados pela permanência dos poderes hereditários e pela intolerância da Igreja da Inglaterra. Reivindica, nesse sentido que, inspirando-se na insurreição francesa, “o inglês nascido livre” recuperasse o impulso radical de 1688 e lutasse pelo império da lei, da razão e da plena liberdade religiosa, civil e política.<sup>240</sup>

Em resposta, Edmund Burke, whig de ideias conservadoras, escreve o famoso discurso *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, publicado em 1790. Burke toma uma posição diametralmente oposta a Price e faz-se defensor ardoroso da Revolução de 1688, das tradições e dos direitos herdados.<sup>241</sup>

As respostas a Burke não tardaram a aparecer, entre as mais autorizadas podemos destacar *Os direitos do homem* (livro que traz os principais ideários do radicalismo inglês), de Thomas Paine<sup>242</sup>, e *Investigação sobre a Justiça Política*, de Willian Godwin<sup>243</sup>.

A obra de Wollstonecraft, *Vindication of the Rigths of Men* (Reivindicação dos Direitos dos homens) de 1790 foi, sem dúvida a primeira resposta. Nesta obra ela aparece como uma representante genuína do valor do esforço pessoal ante os privilégios herdados,

<sup>239</sup> BURDIEL, op. cit., p. 43.

<sup>240</sup> VINCENT, op. cit., p. 154.

<sup>241</sup> Ibid., p. 161.

<sup>242</sup> Thomas Paine (1737-1809) foi um dos personagens mais célebres do final do século XVIII. Amigo de Washington, Franklin, Jefferson, Lafayette, Danton, Condorcet, primeiro responsável pela diplomacia norte-americana, banido da Inglaterra, deputado depois da Revolução Francesa, prisioneiro durante o Terror, Tom Paine é o grande teórico dos “direitos do homem” e um dos precursores da social democracia moderna.

<sup>243</sup> Willian Godwin foi um importante radical inglês, que contribuiu com o debate sobre a Reforma Parlamentar na Inglaterra na década de 1790. Muitas das suas obras políticas são conhecidas ainda hoje.

ligados à classe média ascendente em sua versão mais radical. Para Burdiel, no entanto, o que a diferenciava dos radicais de sua época, era sua capacidade de começar a vislumbrar que o “assalto” à tradição não seria completo enquanto não se ousasse questionar a “naturalidade” da tradicional posição de subordinação das mulheres. Wollstonecraft começava a perceber a prática ideológica de sua sociedade e dela mesma como profundamente atravessada por diferenças de gênero. Naquele momento, sua crítica à situação das mulheres era uma crítica de caráter individualista cujo peso recaía sobre as próprias mulheres que, desde que alcançara sua nova superioridade intelectual, responsabilizava (individualmente) por manterem adormecida sua razão.<sup>244</sup> A discussão do caráter social do problema, ou seja, a ideia de que a situação da mulher não se devia a uma escolha individual mas sim, às desigualdades de gênero implícitas naquele contexto, Wollstonecraft exporia em sua próxima e mais importante obra: *Vindication of the Rights of the Woman* (Reivindicação dos Direitos da Mulher) publicada em 1792.

Ao produzir a segunda *Vindication*, Wollstonecraft foi certamente influenciada pelas promessas trazidas pela Revolução Francesa. Esta representava, prática e simbolicamente, a possibilidade de uma mudança social radical, na qual a igualdade de direitos reinaria absoluta. Mas que igualdade era essa em que só metade do gênero humano sairia beneficiado? Certamente tal questionamento influenciou nossa autora, admitidamente radical e ilustrada. O ideário iluminista, por seu caráter abstrato, abria uma porta com relação à igualdade entre os sexos e seu necessário correlato social e político. Ou seja, a tradicional exclusão da grande maioria das mulheres da vida pública resultava muito mais evidente e questionável a partir do desenvolvimento de uma teoria política e de todo um pensamento filosófico que colocava no centro de sua reflexão o indivíduo, formalmente igual e livre das redes de hierarquia e dependência do Antigo Regime.

Podemos dizer, dessa forma, que os contextos iluminista e revolucionário se mostravam propícios para a discussão sobre os direitos femininos. E como vimos no primeiro capítulo, ela realmente vai acontecer, tanto nos meios filosóficos quanto nas assembleias revolucionárias.

Para Tomalin, parece plausível supor que talvez Thomas Paine tenha dado a Wollstonecraft, ainda que indiretamente, a ideia de escrever um livro sobre os direitos da mulher. Em Paris, onde ele passava boa parte de seu tempo, mantinha uma estreita amizade com Condorcet, e sem dúvida não lhe passou despercebido a veemente defesa que o filósofo

---

<sup>244</sup> BURDIEL, op. cit., p. 49.

fazia da igualdade de direitos educativos e civis para as mulheres. O tema estava no ar e reclamava uma defesa sem demoras na Inglaterra. Não valeria a pena Wollstonecraft escrever uma segunda *Vindication*, só que desta vez a favor das mulheres?<sup>245</sup>

Pensamos que para compreender a obra *Vindication of the Rights of Woman*, é importante refletir sobre o quanto as mulheres que frequentavam os ambientes radicais vivenciavam, num nível ainda mais acentuado, as ambiguidades inerentes ao ideal da *proper lady*. Pois esse modelo de feminilidade tornava-se ainda mais contraditório quando confrontado ao ideal de indivíduo moderno. Podemos imaginar como Wollstonecraft, iluminista e radical, se sentia ao defender que todos os seres humanos têm os mesmos direitos, e ser alienada desse ideário devido a sua condição de mulher. Ou como se sentia essa adepta do ideal individualista, ao ter que se moldar ao homogeneizante estereótipo de feminilidade. E quanto à sua crença na autonomia do indivíduo, no seu direito de tomar as “rédeas” de sua própria vida? Tal privilégio lhe era negado, pois estava destinado a viver sob a tutela dos homens, seres tão imperfeitos quanto ela. Afinal, que conceito de indivíduo era esse, que se dizia neutro e assexuado, mas que na realidade era válido somente para os homens?<sup>246</sup>

Podemos dizer que suas experiências nos círculos radicais permitiram que formulasse novas representações de si, subvertendo as delimitações impostas pelos modelos de feminilidade hegemônicos. Nesse sentido, defendemos que sua nova posição influenciou sobremaneira na formulação de *Vindication*. Afinal, se ela, mesmo sendo mulher, se adequara aos ideais de racionalidade, autonomia e aperfeiçoamento, como podiam os filósofos e moralistas defender a incapacidade das mulheres? E quanto a pensadoras como Fanny Burney, Mary Hays, Anna Barbauld, e muitas outras, cujas vidas eram tão parecidas com a sua? Diante dessas experiências reais, o ideal de igualdade universal e abstrato redigido pelos

---

<sup>245</sup> TOMALIN, op. cit., p. 133. Pensamos ser importante frisar que, no entanto, os argumentos de Condorcet não chegaram à Inglaterra e Mary se manteve totalmente ignorante de seu trabalho, não fazendo, inclusive, nenhuma menção a ele.

<sup>246</sup> Certamente, as frequentadoras dos ambientes radicais tinham uma grande possibilidade de se conscientizar de sua indefinição e exclusão em relação ao próprio conceito de ser humano. Afinal, se eram a racionalidade, a autonomia e a capacidade de aperfeiçoamento que definiam o pertencimento a nossa espécie, como conceber as mulheres, idealizadas em termos antagônicos ao exercício da razão e da competência individual, definidas como um feminino genérico e imutável? Mas se essa indeterminação lhes confinava ao idealizado e subordinado papel de “Sofias rousseauianas”, ao mesmo tempo, devido ao caráter universal e abstrato do discurso liberal e democrático, proporcionava-lhes argumentos para seu reconhecimento como indivíduos. Pensamos que essa “brecha” permitiu à Wollstonecraft transcender, tanto na vida pessoal quanto em seus escritos, o modelo de feminilidade aristocrática e também o modelo de feminilidade burguesa, e erigir um novo ideal de mulher, muito mais próximo do conceito de indivíduo moderno.

pensadores iluministas e liberais, parecia ganhar vida. E a exclusão das mulheres é que passava a parecer abstrata, ilógica e questionável.

Diante desse quadro, a ousadia de Wollstonecraft ao criticar um dos preconceitos mais arraigados de sua época torna-se inteligível. Assim, quando o seu respeito pelas tradições e pela ordem estabelecida se radicaliza ainda mais com o advento da Revolução Francesa, ela escreve *Vindication of the Rights of Woman*, obra na qual ela defende a igualdade entre os sexos, critica filósofos e moralistas que defendiam a inferioridade e dependência feminina e reivindica uma nova posição para as mulheres. Tudo escrito num tom brusco e urgente, característico da autora.

Tenho ouvido exclamações contra as mulheres masculinas provenientes de todas as partes, mas no que se baseiam? (...) se é contra a imitação das virtudes masculinas ou, falando com maior propriedade, do exercício daqueles talentos e virtudes cujo exercício enobrece o caráter humano, e eleva as mulheres na escala de seres animais, incluindo-as na humanidade, devo pensar que todos aqueles que as julguem com talentos filosóficos tenham que desejar comigo que se voltem cada vez mais e mais masculinas.<sup>247</sup>

Podem me chamar de arrogante, mas, de qualquer modo, devo declarar que creio com firmeza que todos os escritores que tem tratado do tema da educação e dos modos femininos, desde Rousseau até o doutor Gregory, têm contribuído para fazer das mulheres seres mais artificiais, personagens débeis, que de outro modo não haveriam sido e, como consequência, membros mais inúteis da sociedade.<sup>248</sup>

seu primeiro desejo (da mulher) deve consistir em fazer-se respeitável e não depender para toda sua felicidade de um ser sujeito a todas as mesmas debilidades.<sup>249</sup>

as mulheres, consideradas não só criaturas morais, mas sim também racionais, devem tratar de adquirir as virtudes humanas (ou

---

<sup>247</sup> He oído exclamaciones contra las mujeres masculinas provinientes de todas partes, pero en qué deben basarse? (...) si va contra la imitación de las virtudes masculinas o, hablando con mayor propiedad, de la consecución de aquellos talentos y virtudes cuyo ejercicio ennoblece el carácter humano, y eleva a las mujeres en la escala de los seres animales, donde se las incluye en la humanidad, debo pensar que todos aquellos que las juzquen con talento filosófico tienen que desear conmigo que se vuelvan cada día más y más masculinas. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication...*, p. 102)

<sup>248</sup> Se me puede acusar de arrogancia, pero, de todos modos, debo declarar que creo con firmeza que todos los escritores que han tratado el tema de la educación y los modales femeninos, desde Rousseau hasta el doctor Gregory, han contribuído a hacer a las mujeres más artificiales, caracteres débiles que de outro modo no habrían sido y, como consecuencia, miembros más inútiles de la sociedad. (Ibid, p. 131)

<sup>249</sup> su primer deseo debe consistir en hacerse respetable y no depender para toda su felicidad de un ser sujeto a sus mismas debilidades. (Ibid, p. 140).

aperfeiçoamento) pelos mesmos meios que os homens, no lugar de serem educadas como uma espécie de fantásticos *seres pela metade*, uma das extravagantes quimeras de Rousseau.<sup>250</sup>

a mulher não foi criada simplesmente para satisfazer o apetite do homem ou para ser sua serva mais elevada...<sup>251</sup>

*Vindication of the Rights of Woman* teve uma acolhida surpreendente boa, não só na Inglaterra como também no resto da Europa e Estados Unidos. Wollstonecraft estava no ápice de seu êxito como escritora: havia elaborado uma obra original e profundamente sentida. Trinta anos de inquietações destiladas em seis semanas de árduo trabalho.

No entanto, ao mesmo tempo em que escrevia tal obra, ela estava experimentando, no plano estritamente pessoal, as tensões que com tanta veemência havia descrito a respeito da educação sentimental das mulheres e de suas dificuldades para conciliar os critérios da razão, da virtude e do amor. A causa dessas inquietações era seu crescente interesse por um pintor de origem suíça, Henri Fuseli, que frequentava o círculo de Johnson.

Fuseli, engenhoso e de modos excêntricos e provocadores, tinha uma cultura ampla e versátil e uma considerável capacidade para atrair a atenção sobre sua pessoa e suas, quase sempre heterodoxas, opiniões. Quando conheceu Wollstonecraft, tinha quarenta e sete anos e ela vinte e nove, mas com uma experiência praticamente nula em matéria amorosa e sexual. O que sabemos, de qualquer forma, é que Wollstonecraft estava experimentando, contra sua razão e sua vontade, uma paixão conflituosa pelo pintor. Segundo Burdiel, o estado de nossa autora devia-se, em parte, ao estilo de vida sério e recatado em que havia vivido até o momento, aquele que as conveniências sociais impunham às mulheres solteiras. Provavelmente, afligida ao pensar que os melhores anos de sua vida estavam sendo gastos em uma desconfortável solidão, Wollstonecraft acabou se deixando atrair por Fuseli, apesar de suas convicções a respeito do domínio da razão sobre os sentimentos,<sup>252</sup> particularmente daqueles que afligiam em específico as mulheres. Segundo Wollstonecraft, por não serem levadas a exercitar seu entendimento, a maior parte das mulheres se transformava em seres sentimentais, controladas por suas paixões e sensações.

---

<sup>250</sup> las mujeres, consideradas no solo criaturas morales, sino también racionales, deben tratar de adquirir las virtudes humanas (o perfecciones) por los mismos medios que los hombres, en lugar de ser educadas como una especie de fantásticos *seres a medias*, una de las extravagantes quimeras de Rousseau. (Ibid., p. 156).

<sup>251</sup> la mujer no fue creada simplemente para satisfacer el apetito del hombre o para ser la sirvienta más elevada... (Ibid., p. 158)

<sup>252</sup> BURDIEL, op. cit., p. 84.



As novelas, a música, a poesia, o galanteio, tudo tende a fazer das mulheres criaturas das sensações e seu caráter se forma com o modelo da insensatez (...) as mulheres foram criadas para sentir em lugar de raciocinar...<sup>253</sup>

Isso as levava a achar que o objetivo principal de suas existências consistia em despertar a paixão “daquele que seria seu marido”. A nosso ver, essas restrições e ambiguidades próprias de Wollstonecraft no que diz respeito a algum tipo de envolvimento amoroso, e o fato de Fuseli ser um homem casado, certamente contribuíram para que o relacionamento entre os dois não se efetivasse.<sup>254</sup>

Para Burdiel, esse *affair* nos permite vislumbrar um pouco das contradições que Wollstonecraft enfrentou devido a suas escolhas pouco ortodoxas em relação ao ideal feminino vigente naquele período. Também possibilita compreender que suas idéias sobre os poderes que os “encantos femininos” (ligados a uma conveniente submissão e falta de desenvolvimento intelectual) proporcionavam às mulheres, e a conseqüente redução delas a objetos sexuais, ou mesmo a fascinação que as mulheres assim “socializadas” podiam exercer sobre os libertinos; não eram somente o produto de um intelecto desencarnado que, como afirmava Wollstonecraft em *Vindication*, se propunha a discutir a questão feminina objetivamente. Eram reflexos da realidade, que devido a sua condição de mulher, Wollstonecraft vivenciara e, no seu caso particular, combatera ardentemente.<sup>255</sup>

Com o fim de sua relação com Fuseli, Wollstonecraft acabou por satisfazer um antigo desejo, o de visitar a França e descobrir por si mesma de que forma estava se desenvolvendo “o novo milênio”, afastando-se assim do objeto de seus atormentados sentimentos.

Entre dezembro de 1792 e abril de 1795, período no qual permaneceu na França, nossa autora ingressou no círculo de radicais estrangeiros, que, assim como ela, buscavam vivenciar a Revolução de perto. Também conheceu grandes figuras da época e entabulou amizade com as damas girondinas, que foram as grandes defensoras dos direitos femininos no contexto revolucionário.

---

<sup>253</sup> Las novelas, la música, la poesía, el galanteo, todo tiende a hacer de las mujeres criaturas de sensaciones y su carácter se forma con el molde de la insensatez (...) las mujeres fueran creadas para sentir en lugar de razonar...(WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication...*, p. 190).

<sup>254</sup> Sobre o relacionamento de Wollstonecraft e Fuseli ver TOMALIN, C. *Vida y Muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona: Montesinos, 1993. p. 111-121.

<sup>255</sup> BURDIEL, op. cit., p. 86.

Nesse contexto ela escreveu *A Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution and the Effect it has Produced in Europe*, publicado por Johnson em 1794. Em tal obra, Wollstonecraft procurou relatar suas experiências no período. Esta pode ser definida, entretanto, mais como um ensaio bibliográfico sobre as origens do fenômeno revolucionário.

Nos círculos radicais que frequentava, Wollstonecraft conheceu o americano Gilbert Imlay, antigo oficial do exército que lutou contra os ingleses pela independência das colônias americanas, suposto autor de uma novela intitulada *The Emigrant*. Segundo Burdiel, no ambiente mais relaxado sexualmente da França revolucionária, a Wollstonecraft ingênua e de rígida moral começou a encarar emocional e intelectualmente “negociáveis” os imperativos da razão e do sentimento.<sup>256</sup> O certo é que, abertamente, se transformou na amante daquele americano e com ele teve uma filha.<sup>257</sup>

Depois de um algum tempo de relacionamento até certo ponto estável, Imlay acabou por abandonar Wollstonecraft e a filha. Diante dessa situação, Wollstonecraft teve que enfrentar um difícil momento, principalmente para uma mulher como ela, com as escolhas que fizera. Referimo-nos, nesse sentido, às contradições intelectuais e emocionais que Wollstonecraft se viu obrigada a enfrentar ao mesmo tempo. É plausível dizer que o abandono de Imlay contribuiu para intensificar a paixão que ela sentia por ele. Isso certamente a levou a questionar a preeminência dos sentimentos sobre a razão. Ou seja, ela que sempre criticara as mulheres que colocavam a satisfação das paixões acima de tudo, agora se encontrava no mesmo estado, à mercê do amor passional, como que impossibilitada de fazer uso de sua razão. Além disso, também estava vivenciando a experiência materna e, sem dúvida, percebendo quão difícil era conciliar as atividades intelectuais às de mãe. Podemos dizer, nesse sentido, que muitas das idéias que Wollstonecraft fora amadurecendo desde a adolescência, em relação às possibilidades de “ser mulher”, pareciam abstratas e inadequadas quando confrontadas à realidade que vivia.

Virginia Woolf, no início do século XX, ao falar das mulheres escritoras conseguiu delinear com maestria as dificuldades, ambiguidades e tensões que as mulheres que aspiravam

---

<sup>256</sup> Nesse período Wollstonecraft escreveu uma das suas obras mais belas: *Letters Written during a Short Residence in Sweden, Norway and Denmark* (1796). Esta obra marca uma importante mudança no seu pensamento. Tais cartas são uma espécie de réplica às passagens mais moralistas e racionais de *Vindication* e, ao mesmo tempo, são também antíteses do sentimentalismo entendido como abnegação e sofrimento de sua primeira novela *Mary*. Pela primeira vez em sua obra parece que chegou a uma reconciliação possível entre “razão e sentimento” ou ao menos, na aceitação do último como parte integrante, ou atuante, das verdades sobre as quais sempre quis indagar, experimentar e conhecer. (BURDIEL, op. cit., p. 90)

<sup>257</sup> BURDIEL, op. cit., p 89.

à criação intelectual enfrentavam. Ela lembrava, nesse sentido, que a criação exige concentração, paz, sossego. Exigências difíceis de serem satisfeitas pelas mulheres, destinadas a cuidar de filhos que choram e exigem atenção constante. Além da paz, segundo Woolf, também é necessária a independência econômica, para as necessidades básicas não atrapalharem a “criatividade”, para se ter autonomia na hora de se fazer escolhas. Woolf também coloca que as mulheres escritoras viviam num conflito constante, debatendo-se entre suas aspirações e o que a sociedade esperava delas. Sofriam, ainda, toda sorte de desestímulos. Sempre vistas como dependentes e incapazes, as mulheres eram levadas a não acreditarem na suas potencialidades. Podemos dizer, dessa forma, que ao produzir, as mulheres tinham que travar uma luta consigo mesmas e com a sociedade, um tipo de ação que muitas vezes as levava ao desespero. Ao discorrer sobre as mulheres talentosas do século XVI, Woolf afirma:

A mulher, portanto, que nascesse com a veia poética no século XVI era uma infeliz, uma mulher em conflito consigo mesma. Todas as condições de sua vida e todos os seus próprios instintos conflitavam com a disposição de ânimo necessária para libertar tudo o que há no cérebro.

qualquer mulher nascida com um grande talento no século XVI teria certamente enlouquecido, ter-se-ia matado com um tiro, ou terminado seus dias em algum chalé isolado, fora da cidade, meio bruxa, meio feiticeira, temida e ridiculariza.<sup>258</sup>

Wollstonecraft experimentou todas essas tensões colocadas por Woolf, mas no período em questão elas chegaram a tal ponto que a fizeram buscar o suicídio. Ao se jogar no rio Tâmbisa, Wollstonecraft teve seus planos frustrados, pois foi salva por dois pescadores. Depois desse episódio lamentável, entretanto, como sempre sua grande força de vontade a ajudou a superar e continuar.

Recuperada de sua tentativa de suicídio e de seu amor por Imlay, travou uma profunda amizade com o então famoso Willian Godwin, que logo se transformou em amor. Como resultado, Wollstonecraft engravidou novamente. Os dois filósofos, apesar de se posicionarem contra o matrimônio publicamente, acabaram se casando, em 29 de março de 1797. Não tiveram tempo de se arrepender de fazê-lo. Quatro meses depois do casamento, então com 38 anos, Wollstonecraft morria da mais feminina das mortes, ou seja, complicações no parto. Wollstonecraft não conseguiu, assim, vivenciar por muito tempo seu ideal de

---

<sup>258</sup> WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 65-67.

matrimônio, que ironicamente alcançara com Godwin, baseado na amizade e no companheirismo.<sup>259</sup>

Com sua morte ela deixou inacabada sua última obra, o livro *María, the Wrongs of Woman* (María, as Injustiças da Mulher), de 1798. Trata-se de um romance no qual ela discute questões relacionadas às diversas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres. No prefácio da obra expõe seu principal objetivo ao escrever *María*: “o desejo de mostrar a miséria e a opressão que são próprias às mulheres e que resultam tanto de leis parciais como dos costumes da sociedade”.<sup>260</sup> E é isso que faz, narrando pela fala das personagens os conflitos e sofrimentos que elas enfrentam ao longo de suas vidas. Wollstonecraft discute, por meio da narrativa literária, a prostituição legal representada pelo casamento, o despreparo das mulheres em se relacionar com os homens<sup>261</sup>, os problemas que elas enfrentavam ao tentar se divorciar (gastos onerosos, perda da guarda dos filhos, reputação arruinada), os assédios de empregadores, a perda da reputação e o que isso acarretava para uma mulher; enfim, todo o tipo de abuso e exploração econômica, sexual e psicológica a que estavam sujeitas as mulheres de sua época. O livro é bastante forte, amargo e intenso, passando a sensação de atmosfera lúgubre.

Todas suas personagens femininas parecem fadadas à infelicidade (inclusive a heroína María que, vítima de um marido aproveitador, perde a guarda da filha e termina abandonada num hospício). Segundo Johnson, isso é influência do desapontamento de Wollstonecraft com as promessas revolucionárias.<sup>262</sup>

Depois de *Vindication*, Wollstonecraft se voltou para outras temáticas e só tornou a refletir sobre a “questão da mulher” na obra em pauta. Entre um livro e outro, ela assistiu a esperança representada pela Revolução Francesa se dissipar no período do Terror, além da ineficácia revolucionária quanto abarcar as mulheres nos seus ideais de cidadania. Na verdade, enquanto *Vindication* (1792) foi escrito num período em que os ideais revolucionários ainda representavam uma esperança de mudança, de transformação para os radicais ingleses, entre eles a própria Wollstonecraft, *María* (1798) foi produzido num outro

---

<sup>259</sup> O fruto da união destes dois indivíduos tão incomuns foi Mary Shelley, a criadora de uma das figuras mais perturbadoras da mitologia contemporânea, Frankenstein.

<sup>260</sup> el deseo de mostrar la miséria y la opresión que les son propias a la mujeres y que resultan tanto de las leyes parciales como de las costumbres de la sociedad. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *María, o los agravios de la mujer*. Barcelona: Litera Books, 2002. p. 8)

<sup>261</sup> O ideal de virtude exigido das mulheres significava que elas mantivessem completa ignorância em relação aos homens (seus desejos sexuais) e as relações amorosas até o casamento. Para nossa pensadora, essa completa ignorância não contribuiria em nada para que as mulheres pudessem escolher bons companheiros.

<sup>262</sup> JOHNSON, Claudia L. “Mary Wollstonecraft’s novels”. In: Claudia Johnson. (*The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 199)

contexto, de decepção e descrença em relação às promessas revolucionárias. Essa desilusão com sua época, com os seus ideais, com uma melhoria na condição feminina, transparece nas páginas de *María*, uma obra bastante sombria, capaz de nos transportar à Inglaterra do século XVIII, a olhar como metade do gênero humano padecia sem qualquer dignidade ou direitos.

### 3 SOBRE A SUJEIÇÃO DAS MULHERES

É tempo de efetuar uma revolução nos modos das mulheres, tempo de devolver-lhes sua dignidade perdida e fazê-las trabalhar, como parte da espécie humana, para reformar o mundo mediante sua própria mudança.

Mary Wollstonecraft

#### 3.1 ESCRITA E EXPERIÊNCIA

Os leitores e leitoras do final do século XX podem, a primeira vista, se sentir muito distantes do tom alternativamente puritano e virulento, sentimental e racionalista da *Reivindicação* de Mary Wollstonecraft. Podem, também, se sentir ofendidos ou irritados por seu muito desajeitado estilo, suas faltas de rigor, de método, de ordenação sistemática ou, inclusive, por sua persistente impureza gramatical.<sup>263</sup>

As palavras de Isabel Burdiel, estudiosa da vida e da obra de Wollstonecraft e tradutora de *Vindication* para a língua espanhola, definem bem o estilo da autora, cuja passionalidade e ansiedade transparecem tanto ao longo de sua narrativa literária quanto ensaística. Num tom urgente e apaixonado, ela defende tanto os ideários iluministas e liberais quanto explicita seus limites e paradoxos, delineando, nesse processo, ideais que fundamentam muitas das nossas práticas atuais: igualdade entre os sexos, educação das mulheres, casamento igualitário e autonomia feminina. Sabendo da invisibilidade de suas ideias na história do pensamento moderno, perguntamo-nos se a sua escrita peculiar, inadequada segundo os padrões impostos pelo cânone, não seria um dos motivos desse ostracismo.

Certamente não podemos negar que especialistas na história inglesa setecentista, como Edward Thompson e Roy Porter, sublinharam a participação de Wollstonecraft no romantismo e no iluminismo. Ambos afirmaram como ela dialogou e compartilhou experiências com pensadores como Thomas Paine, Willian Godwin, Joseph Johnson, Edmund

---

<sup>263</sup> Los lectores y lectoras de finales Del siglo XX pueden, a primera vista, sentirse muy lejanos del tono alternativamente puritano e virulento, sentimental y racionalista de la *Vindicación* de Mary Wollstonecraft. Pueden, también, sentirse ofendidos o irritados o irritadas por su muy desmañado estilo, sus faltas de rigor, de método, de ordenación sistemática o, incluso, por su persistente impureza gramatical. (BURDIEL, Isabel. "Introducción". In: WOLLSTONCREAFT, Mary. *Vindicación de los Derechos de la Mujer*. Madri: Ediciones Cátedra, 2000. p. 53).

Burke, Samuel Taylor Coleridge e Willian Wordsworth, contribuindo para o desenvolvimento desses movimentos.<sup>264</sup> Entretanto, diferente do tratamento dispensado aos seus contemporâneos, Wollstonecraft não teve suas ideias analisadas. Sua crítica às instituições inglesas e aos valores da aristocracia, sua defesa dos ideários iluministas e liberais, sua crítica aos limites e paradoxos desse pensamento referente às questões de gênero, sua participação no debate pós-revolucionário na Inglaterra, ou mesmo sua contribuição para o incipiente movimento romântico, foram desconsideradas.

As palavras de Thompson, expostas num pequeno ensaio de 1974, endossam nossa hipótese inicial. Afirmou ele, ao discorrer sobre a pretensão de realizar um estudo sobre Mary Wollstonecraft (juntamente com outras escritoras do mesmo contexto, como Mary Hays, Ana Leticia Barbauld e Mary Robinson): “essa pesquisa é difícil. Envolve atenção a mediocridades literárias: colunas de correspondência de periódicos, diários e correspondências particulares, o uso crítico de romances, etc.”<sup>265</sup>

A reserva de historiadores como Thompson e Porter ante a análise de escritos de autoria feminina explica, em parte, por que estudos sobre Wollstonecraft e sobre sua participação nos principais movimentos de ideias do século XVIII se restringem aos campos de estudos feministas e de gênero.

Ao longo do século XIX e primeira metade do XX, apesar do inquestionável reconhecimento de Wollstonecraft como escritora e intelectual na sua época, assistimos a um processo de esquecimento e indiferença quanto a sua produção, exceto no que diz respeito a algumas pensadoras feministas como Emma Goldman e Virginia Woolf.<sup>266</sup>

Com o advento do feminismo crítico na academia (entre os anos de 1960 e 1970), que buscou recuperar as experiências de mulheres proeminentes, os trabalhos sobre Wollstonecraft ganharam destaque. Tanto que seis de suas principais biografias foram produzidas nesse contexto. Nas últimas décadas, desde a de 1980, as teóricas feministas começaram a se debruçar também sobre sua produção intelectual. Pesquisadoras como Claudia Johnson, Gary Kelly, Virginia Sapiro e Barbara Taylor demonstraram as relações

---

<sup>264</sup> PORTER, Roy. *Enlightenment: Britain and the Creation of the Modern World*. England: Penguin Books, 2000. p. 4, 46, 97, 278, 334-6, 398. THOMPSON, E. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 297-9.

<sup>265</sup> THOMPSON, E., op. cit. p. 298.

<sup>266</sup> Woolf produziu um pequeno ensaio intitulado “Four Figures”, de 1929, no qual ela discutiu as ambiguidades enfrentadas por Wollstonecraft, particularmente os limites da utopia política quanto confrontada à complexidade da vida real. Goldman escreveu um ensaio chamado “Her Tragic Life and Her Passionate Struggle for Freedom”, discutindo as tensões entre razão e sentimento enfrentados pela pensadora inglesa. (KAPLAN, Cora. “Mary Wollstonecraft’s reception and legacies”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 249-251.)

existentes entre o pensamento de Wollstonecraft com as dissidências religiosas, o individualismo, o culto à razão, os ideais de civilidade, entre outros.

De um modo geral, no entanto, o pensamento de Wollstonecraft é desvalorizado pela corrente principal da historiografia moderna. A crítica aos tradicionais paradigmas historiográficos deveria, teoricamente, contribuir para que as análises das experiências e vozes das mulheres se disseminassem entre os pesquisadores. Nesse sentido, por que somente as estudiosas feministas e de gênero se debruçam sobre tal objeto? Se a chamada *Nova História* abriu caminho para uma “democratização” na escolha e no trato das fontes, por que as obras da escritora inglesa não são tratadas da mesma forma que as de seus pares? Seriam suas ideias menos significativas? Seus temas menores, sem importância? Sua escrita seria confusa, irrefletida e passional? Enfim, suas obras se restringiriam a “mediocridades literárias”?

Tais questões exigem que nos debrucemos sobre um campo de estudos que vem se desenvolvendo de modo bastante fecundo nas últimas décadas, a *teoria literária feminista*. Trata-se de um campo de pesquisas que focaliza a escrita produzida por mulheres, delineando seus temas e estilos, seus lugares de produção, seu espaço na literatura, enfim, suas especificidades.

Demonstrar como as desigualdades de gênero se materializam na produção escrita é um dos principais objetivos da teoria literária feminista. Desde a segunda metade do século XX, pesquisadoras têm mostrado como as estruturas sociais e simbólicas de gênero estabelecem lugares de produção diferenciados para mulheres e homens, engendrando tipos diferenciados de escrita.<sup>267</sup> Tais fundamentos também influenciam na recepção, estabelecendo os tipos de leitura adequados para cada sexo; e ainda na interpretação, determinando o olhar da crítica literária, o estabelecimento do cânone e a classificação de escolas e estilos literários.

A teoria literária feminista se divide em duas correntes: a anglo-americana e a francesa. Ao discorrer sobre esses dois pólos, a crítica americana Elaine Showalter, reconhecida como uma autoridade neste campo, utilizou-se de uma metáfora interessante para diferenciá-los. Segundo ela, o primeiro, “idôneo, furioso e repressivo”, pode ser comparado

---

<sup>267</sup> De acordo com Nye, as mulheres são mais cuidadosas que os homens em usar a linguagem correta, são mais conservadoras quando se trata de inovação estilística, usam adjetivos de emoção de preferência aos de movimento, formam metáforas conflitantes, ambivalentes, de preferência a lugares comuns. Também mostram preferência por estruturas modais como “poderia ter sido”, indicando incerteza e indecisão. (NYE, Andréa. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1995. p. 205). Obviamente não podemos generalizar esses dados, baseados em estudos da segunda metade do século XX sobre as diferenças linguísticas entre os gêneros. Mas eles nos dão uma ideia do quanto as mulheres e os homens, por estarem posicionados diferentemente na cultura e na história, escrevem de uma maneira específica. É preciso explicar como essas diferenças se modificam de contexto para contexto, como se relacionam com conceitos como raça e classe ou como as experiências singulares dos sujeitos incidem sobre elas. Um dos intuitos de nossa pesquisa é contribuir para a compreensão dessas questões.



ao Velho Testamento, “buscando os erros e os pecados do passado”. O segundo, desprendido e buscando “o encanto da imaginação”, pode ser visto como o Novo Testamento.<sup>268</sup>

O que Showalter busca demonstrar a partir dessa metáfora é que a preocupação central da corrente anglo-americana é recuperar e repensar o significado da literatura produzida por mulheres, mediante a problematização do cânone literário e do desenvolvimento de uma arqueologia literária que resgate os trabalhos que por diferentes razões foram silenciados ou excluídos da história da literatura; já a corrente francesa, influenciada por autores como Lacan e Derrida, procura demonstrar como nosso pensamento e linguagem se fundamentam em um sistema hierárquico de gênero, que valoriza a ordem simbólica masculina. Nesse sentido, as teóricas dessa última corrente defendem a desconstrução desta lógica binária, enfatizando seu potencial criativo e subversivo. É importante sublinhar que, para além das diferenças, ambas as linhas se preocupam com a especificidade da escrita das mulheres em relação à dos homens, sendo que a primeira parte do conceito de *cultura das mulheres* para explicar a singularidade da literatura produzida por elas, enquanto a segunda formula a noção de *escrita feminina*, numa tentativa de valorizar o “poder do imaginário feminino” ou os aspectos “libertários” dessa linguagem. Nas palavras de Hollanda, “o que chama atenção é que nas duas situações a preocupação central é claramente a procura da definição, em graus diversos de complexidade, de uma *identidade feminina* e do lugar da *diferença*”.<sup>269</sup>

Num primeiro momento, as teóricas da corrente anglo-americana se concentraram em analisar as “imagens da mulher” (representações) presentes na literatura consolidada. A partir de 1975, entretanto, esse enfoque, que não problematizava a participação ou o lugar das mulheres na literatura, começou a perder força, e o interesse da crítica começou a se voltar para a produção das escritoras. Nesse contexto, algumas autoras, como Showalter, defenderam que essa produção literária deveria ser estudada como um grupo à parte:

A idéia de estudar as escritoras com um grupo à parte não está baseada em que todas são iguais, ou que desenvolvem um estilo parecido, propriamente feminino. Mas sim contam uma história especial, suscetível de análise, que incluem considerações tão complexas como a economia de sua relação com o mercado literário; os efeitos das mudanças sociais e políticas na posição das mulheres entre os indivíduos e as implicações dos estereótipos da escritora assim como as restrições de sua independência artística.<sup>270</sup>

<sup>268</sup> SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23.

<sup>269</sup> Ibid, p. 13.

<sup>270</sup> Tal como foi citado por Toril Moi, in MOI, Toril. *Teoria Literária Feminista*. Madri: Cátedra, 1988. p. 61.

Ou seja, para estudiosas dessa corrente, a questão da diferença é defendida e explicada a partir da experiência histórica e cultural das mulheres, devido aos desiguais sistemas de gênero que atravessam todos os níveis da realidade social. Para fundamentar sua argumentação, Showalter resgata um conceito cunhado por antropólogos e historiadores sociais, o de *cultura das mulheres*. Segundo ela, “a cultura das mulheres forma uma experiência coletiva dentro do todo cultural, uma experiência que liga as escritoras uma às outras no tempo e no espaço”.<sup>271</sup> A estudiosa se refere a uma comunalidade de discursos, valores, instituições, práticas, relações e métodos de comunicação que unificariam a experiência feminina.

No entanto, essa linha teórica também reconhece a existência de importantes diferenças entre as mulheres como escritoras: classe, raça e nacionalidade seriam determinantes literários tão significativos quanto o gênero. Ou seja, seria importante focar os múltiplos lugares a partir dos quais esses sujeitos produzem seus escritos, mas sempre inter-relacionados com a posição (ou identidade) de gênero, que afinal perpassa todas elas.

Como comentado anteriormente, uma das preocupações centrais da corrente anglo-americana é a problematização do cânone literário. Pois o resgate e a valorização dos escritos produzidos por mulheres implicariam tal tarefa. Deixar de ignorar suas produções ou de considerá-las como desviantes exige a análise do simbolismo sexual que fundamenta o cânone. Referimo-nos à dicotomia metafísica entre masculino (racional, lógico, significativo) e o feminino (sensível, ilógico, banal).<sup>272</sup> Essa dicotomia influencia a produção e a interpretação literária por meio de uma transação complexa: estabelecendo temas e gêneros específicos para cada sexo, classificando as obras segundo sua adequação aos padrões de feminilidade e masculinidade, ou estabelecendo um código de valor com base na identidade de gênero dos sujeitos autores.

A forma pela qual o cânone é estruturado, pela valorização de padrões, metáforas e simbolizações de masculinidade, incide, necessariamente, na negação e desvalorização dos

---

<sup>271</sup> SHOWALTER, op. cit., p. 44.

<sup>272</sup> Referimo-nos a sistemas sociais e culturais de gênero, que se materializam nos corpos, ações e produções dos sujeitos.

escritos das mulheres, relacionados e quase sempre restritos aos ideais de feminilidade: irracionalidade, caos e imaginário.<sup>273</sup>

Teóricas americanas e inglesas, como Mary Ellmann, Sandra M. Gilbert e Susan Gubar, além da própria Elaine Showalter, delinearam reflexões importantes sobre a relação existente entre a literatura e os sistemas sociais e culturais de gênero, contribuindo para a formulação de uma teoria literária feminista. Delinearam modelos, reflexões e teorias que nos auxiliam a compreender como a cultura hegemônica (androcêntrica) reprime, silencia, segrega e significa a produção escrita das mulheres.<sup>274</sup>

Enquanto a corrente anglo-americana contribuiu para o resgate e a teorização da literatura de autoria feminina, a corrente francesa auxiliou na problematização da própria linguagem, explicitando o sexismo que a fundamenta. Imbuídas pela desconstrução derrideana e pela psicanálise lacaniana, teóricas feministas como Hélène Cixous e Luce Irigaray enfocaram em suas obras o problema da relação entre mulher, literatura e linguagem.

Conscientes da impossibilidade de expressão e valorização das mulheres devido à forma como nosso pensamento e linguagem se estruturam por meio de uma analogia de gênero assimétrica, que simboliza o feminino negativamente, essas estudiosas delinearam reflexões e estratégias capazes de desestruturar e subverter essa lógica, propiciando a produção feminista.

---

<sup>273</sup> É interessante lembrar como os movimentos modernistas, tanto literários quanto artísticos, contribuíram para desconstruir e complexificar esses binarismos, trazendo à tona o inconsciente, o imaginário, a sensibilidade na experiência humana.

<sup>274</sup> A obra *The MadWoman in the Attic*, de Sandra M. Gilbert e Susan Gubar, oferece reflexões importantes sobre as possibilidades de criação literária das mulheres. Seu estudo mostra como no século XIX os discursos, as metáforas e representações relacionados à criação, autoria e criatividade eram pensadas como símbolos de masculinidade. Dicotomicamente, a passividade e a inatividade eram idealizadas como marcas de feminilidade. Dessa forma, as mulheres que ousavam dedicar-se à produção literária viam-se numa posição ambígua, obrigadas a assumir uma identidade dual. Seu processo criativo era tenso, conflituoso. A posição de escritora carecia de significação, de delimitação. Na busca por uma identidade literária feminina, as escritoras se opuseram e se adaptaram simultaneamente aos modelos literários hegemônicos. Esse sentimento de fragmentação se materializava nas obras das autoras. O anjo e o monstro, a doce heroína e a louca raivosa, enfim, imagens de confinamento e escape, saúde e enfermidade, dicotomias que representavam tal dualidade. Gilbert e Gubar chamam especial atenção para a figura da louca, recorrente na literatura de autoria feminina da época. A figura da louca se convertia em uma estratégia literária emblemática e sofisticada que, segundo Gilbert e Gubar, dava às novelas escritas por mulheres no século XIX seu aspecto revolucionário, inclusive aquelas produzidas por autoras que identificamos com o modelo de resignação angelical. Presas entre as imagens de passividade e de ação e criatividade, as escritoras sofriam de uma “ansiedade de autoria”. Imitar os pontos de vista, as inflexões e os tons estabelecidos, ou seja, aderir à identidade masculina e, ao mesmo tempo, manter-se delimitada pelos ideais de feminilidade, gerava uma situação ambígua, com possibilidades de transgressão e inovação em relação à estética hegemônica, mas também de confusão e ansiedade. Nesse sentido, a figura da louca representaria um duplo da autora, em certo sentido uma imagem de sua ansiedade e raiva. Ao evocar essa imagem em suas poesias e novelas as autoras afrontariam esse sentimento de fragmentação próprio e único das mulheres autoras, sua própria consciência da discrepância entre o que eram e o que deveriam ser. (Ibid, p. 70 e 72).

Na tentativa de romper com a escrita sexista, elas cunharam o conceito de *écriture féminine*. Conscientes do quanto a adesão à linguagem falocêntrica constituiria uma “armadilha” para a prática e produção feminista, elas apostaram numa escrita da diferença. Tanto Cixous quanto Irigaray apostaram na subversão pela escrita, pautadas na ideia de que as mulheres podiam resistir ao papel que lhes fora atribuído no simbólico ao pensar “entre” as palavras, não se atendo às dicotomias tradicionais.

A reação de Cixous e Irigaray contra essas dicotomias não era de simples inversão; em vez disso elas sondavam profundamente no pensamento oposicional, desconstruindo sua aparente pureza e simplicidade. Pensamos que as palavras de Nye, ao discorrer sobre a obra dessas autoras, ilustram bem essa prática.

Se tem que haver autoridade paterna versus submissão feminina, então haverá conflito entre os diferentes pais, as diferentes autoridades; o pai se voltará contra o filho, o senhor contra o escravo, para criar hierarquias entre os homens. No transcorrer da guerra, as mulheres serão esquecidas.<sup>275</sup>

As autoras também propunham, numa reação à linguagem sexista, um simbolismo centrado no corpo feminino. A vagina, nesse sentido, vista como símbolo fundador, possibilitaria uma nova configuração de significado.

O “único” do falo masculino, torna-se “os dois” dos lábios vaginais, constantemente em contato um com o outro e numa interação na qual os dois não se acham separados pela negação mas interagem e se fundem. O significado representado não seria unitário, mas difuso, diversificado, múltiplo, descentrado.<sup>276</sup>

Percebemos, a partir desses poucos exemplos analisados por Nye, que o principal intuito de Irigaray e Cixous era a desconstrução total da linguagem falocêntrica, tanto na forma quanto no conteúdo. Mas, apesar do óbvio comprometimento dessas autoras com uma leitura feminista em relação à produção textual, o caráter utópico e separatista de sua reflexão inibiu-lhe a adesão entre as teóricas feministas. Além disso, elas também são bastante criticadas por defenderem uma concepção de linguagem centrada no corpo, na maternidade e no imaginário (em contraposição à razão e ao simbólico). Podemos dizer que com tal

---

<sup>275</sup> Ibid, p. 227.

<sup>276</sup> Ibid, p. 229.

posicionamento elas caem nas “armadilhas” do essencialismo, reafirmando a dicotomia entre feminino e masculino.<sup>277</sup>

Percebemos, dessa forma, que tanto a corrente anglo-americana quanto a francesa problematizaram as assimetrias de gênero que perpassam as relações sociais e simbólicas, ensejando possibilidades diferenciadas de criação e interpretação literária. As reflexões sobre a construção do cânone literário, produzidas pela primeira linha, nos ajudam a compreender por que a produção de Wollstonecraft é desvalorizada fora dos círculos de estudos feministas e de gênero; e as problematizações levantadas pela segunda linha aprofundam nossa compreensão quanto à dicotomia metafísica que fundamenta o cânone. Nesse sentido, pensamos que os critérios sexistas de criação, criatividade e inovação interferem na interpretação e valoração das obras e, conseqüentemente, moldam o olhar dos pesquisadores quanto às fontes literárias produzidas por mulheres.

Quanto à especificidade da escrita de Wollstonecraft devido à sua condição de mulher, não a explicamos a partir dos conceitos e das reflexões cunhados pela *écriture féminine*. Tais estudiosas, ao defender que a escrita feminina provém do corpo, da experiência materna, de metáforas relacionadas à feminilidade, acabam por delinear uma argumentação essencialista, que desloca os sujeitos de seus contextos sociais, culturais, linguísticos e literários. De acordo com a pensadora canadense Francine Decarries, crítica desse posicionamento intelectual,

a dificuldade que apresenta esta corrente *fémelléiste* é séria, pois exalta, ou mesmo sacraliza um feminino-materno imutável, essencialmente inscrito no corpo, como lócus e metáfora da alteridade e do contra poder, sem precisar os contextos sociais das representações sociais invocadas e a diversidade das limitações materiais/institucionais inerentes à experiência cotidiana da maternidade. Um Feminino e um Masculino invariáveis, permanentes, são assim fixados, sem aproximação possível de seu destino biológico, seu universo normativo e suas representações simbólicas.<sup>278</sup>

Nossa pesquisa procurou compreender a especificidade da escrita de Wollstonecraft a partir de sua experiência histórica, marcada por assimetrias de gênero. Ao longo do segundo capítulo procuramos demonstrar o quanto o estereótipo da *proper lady*, o ideal de educação

<sup>277</sup> Para Cixous, as mulheres deveriam sempre produzir uma escrita fluente, sem contornos racionais. Na *écriture féminine* ela encontraria sua voz, a qual exclamaria os sofrimentos e os gozos do corpo, uma espécie de carne cantante que existia antes da lei patriarcal, antes que o “fôlego fosse sufocado pelo simbólico”. (Ibid, p. 238)

<sup>278</sup> DECARRIES, Francine. “Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural”. *Textos de História. Revista de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: UnB, 2000, Vol. 8, n. 1/2. 27.

feminina, os ambíguos discursos iluministas, as restrições em relação à produção literária das mulheres, entre outros fatores, delimitaram os temas e gêneros discutidos pela autora, influenciaram na qualidade formal de sua escrita<sup>279</sup> e inibiram ou estimularam suas pretensões como escritora.

Sua escrita era profundamente marcada por suas experiências, algo característico na produção literária de autoria feminina naquele contexto. A escrita de caráter autobiográfico era muito comum entre as escritoras, que em sua maioria não tinha acesso aos abstratos e complexos debates eruditos. Por isso escreviam sobre seu cotidiano, suas impressões, enfim, suas experiências individuais. A crescente valorização do empirismo e da subjetividade e a ressignificação do conceito de imaginação contribuíram para o desenvolvimento desse tipo de produção. Podemos dizer que as mulheres tiveram mais facilidade em romper com a tradição literária e filosófica estabelecida, pautada principalmente na reflexão abstrata, exatamente por não possuírem acesso a esse lócus de saber. No caso específico de Wollstonecraft, que tinha conhecimentos filosóficos e eruditos,<sup>280</sup> a escrita era a materialização do encontro entre experiência e reflexão.

As análises de Gilbert e Gubar nos ajudam a pensar sobre as dificuldades e ambiguidades enfrentadas por Wollstonecraft para se afirmar como escritora. Se no século XIX as autoras se debatiam entre os discursos normativos de uma feminilidade pautada na passividade e o simbolismo masculinista implícito no conceito de autoria, no século XVIII isso talvez fosse ainda mais presente. Lembremos que naquele período a tradição de autoria feminina ainda era bastante incipiente, por isso era muito difícil para as escritoras se afirmarem como tais. Além disso, no que se refere ao contexto inglês, o ideal da *proper lady* restringia as mulheres aos papéis de esposa e mãe. As angústias enfrentadas pela pensadora, que culminaram numa tentativa de suicídio, podem ser explicadas, também, a partir de suas dificuldades em ter que conciliar posições tão contrastantes naquele contexto, como a de escritora radical e a de boa mãe amorosa e dedicada. Além disso, de acordo com Showalter, apesar de Gilbert e Gubar liderem especificamente com o século XIX, a extensão de sua alusão e citação sugere uma tese mais geral:

---

<sup>279</sup> Quanto ao desajeitado estilo de Wollstonecraft (suas faltas de rigor, de método, de ordenação sistemática) se explica em parte devido à sua educação deficiente. Além disso, muitos dos escritores ingleses daquele período, independente da identidade de gênero, escreviam rápido e em profusão devido às suas necessidades econômicas e às exigências do mercado literário. Nossa autora, por ter que sobreviver de sua pena, sempre escrevia com pressa, na ânsia de produzir mais. Comumente escrevia em tópicos, tendo raramente tempo para revisar ou polir seus textos. (JOHNSON, Claudia L. "Mary Wollstonecraft's novels". In: JOHNSON, C. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 189)

<sup>280</sup> A inserção de Wollstonecraft nos círculos dissidentes e radicais permitiu-lhe entrar em contato com tais conhecimentos.

Assim, a solidão da artista feminina, seus sentimentos de alienação em relação aos predecessores masculinos junto com sua necessidade de precursora e sucessora fraterna, sua percepção premente da necessidade de um público feminino junto com seu medo do antagonismo dos leitores masculinos, sua timidez culturalmente condicionada em relação à autodramatização, seu temor da autoridade patriarcal da arte, sua ansiedade em relação à impropriedade da invenção feminina – todos esses fenômenos de “inferiorização” marcam a luta da mulher escritora por autodefinição artística e diferencia seus esforços de autocriação daqueles de seus pares masculinos.<sup>281</sup>

Mas se a consciência de tais limitações é importante para a análise de obras escritas por mulheres, a compreensão dos fatores que as permitiriam produzir, apesar de tais dificuldades de autoria, também é fundamental. Nesse sentido, não podemos deixar de problematizar o quanto os paradoxos e as contradições presentes na estrutura social e simbólica podem apresentar um potencial criativo para a produção literária das mulheres.

Ao longo do segundo capítulo discutimos o quanto o contexto setecentista inglês era contraditório no que dizia respeito às possibilidades de ação e criação das mulheres. Pensamos ter demonstrado que Wollstonecraft conseguiu tornar-se escritora, transgredindo o modelo de atuação idealizado para as mulheres e erigindo um discurso singular e crítico sobre a condição feminina na sua época, porque se posicionou nas falhas da estrutura de gênero vigente, porque se aproveitava das suas ambiguidades, porque pensava a partir de seus paradoxos.<sup>282</sup>

Compreender a experiência de Wollstonecraft por esse viés nos possibilita analisá-la em sua complexidade, evitando que incorramos num equívoco muito comum, o de achar que a estrutura social e simbólica é coesa, inibindo completamente as possibilidades de reação dos sujeitos, particularmente das mulheres.

Para ilustrar tal afirmação, podemos partir das críticas que Cora Kaplan fez a Kate Millet. A última, devido as suas teses sobre a natureza envolvente e monolítica da ideologia machista, não conseguiu compreender as produções subversivas das escritoras que analisou. Além disso, também podemos citar a dupla de pesquisadoras Gilbert e Gubar. Segundo Moi,

---

<sup>281</sup> Conforme citado por Showalter in: SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 41.

<sup>282</sup> Lembremos do contraditório ideal da *proper lady*, do ambíguo conceito de imaginação, além dos paradoxais discursos dissidentes e liberais no que diz respeito às mulheres. Partindo das palavras da própria Moi, é interessante pensar o quanto “as idéias burguesas “machistas” de liberdade, igualdade e fraternidade possibilitaram o ensaio de Mary Wollstonecraft sobre os direitos da mulher”. (MOI, op. cit., p. 75)

as últimas empreenderam uma discussão aprofundada acerca das várias limitações enfrentadas pelas mulheres escritoras, entretanto, evitaram a questão de como as mulheres vitorianas conseguiram escrever, se desde seu nascimento encontravam-se imersas numa ideologia que inibia suas possibilidades de criação literária? Evitando esta problematização, Gilbert e Gubar somente assinalaram timidamente (como conclusão de seu primeiro capítulo) que “apesar dos obstáculos que representam a imagem do anjo e do monstro, apesar dos medos da esterilidade e das ansiedades de autoria que padeceram as mulheres, existiram gerações de textos escritos por mulheres”.<sup>283</sup> Isso é certo, mas, por quê? Para Moi, só um estudo mais aprofundado da natureza fragmentada e contraditória da ideologia machista ajudaria Gilbert e Gubar contestar esta pergunta.

É nesse sentido que a compreensão da experiência de Wollstonecraft como um sujeito imerso numa configuração simbólica e social opressiva no que diz respeito às possibilidades de criação feminina, mas ao mesmo tempo, oferecendo possibilidades de negação, transgressão e escape devido a sua natureza paradoxal, pode contribuir para que compreendamos por que algumas mulheres conseguiram opor-se às delimitações de gênero apesar das adversidades que se multiplicaram diante delas.

### 3.1.1 Entre experiências, paradoxos e reflexões

Depois de refletir sobre muitas das dimensões que atravessam a escrita de Mary Wollstonecraft influenciando a materialização e a expressão de suas concepções sobre o ideal de feminilidade vigente, nos voltaremos para a análise de suas ideias. É interessante ressaltar que ao longo de sua produção a autora problematizou vários dos fatores materiais, institucionais e culturais que levavam a maior parte das mulheres de sua época a construir uma identidade de gênero centrada na dependência, na fragilidade, no sentimentalismo e em relações de subordinação com o sexo oposto. Esse tipo de posicionamento crítico exige que compreendamos os fatores que a permitiram se posicionar perante os processos normativos de gênero existentes naquele contexto. Nesse sentido, propomos analisar suas concepções como produto de suas experiências e saberes como uma mulher de classe média e pensadora radical, posições marcadas por paradoxos e ambiguidades, os quais lhe propiciaram brechas de escape e manipulação quanto aos discursos hegemônicos de gênero. Entre as questões e os problemas

---

<sup>283</sup> Conforme citado por Toril Moi in: MOI, op. cit., p. 74.



apontados pela autora como principais causas da sujeição das mulheres, discutiremos a educação feminina, a dependência econômica, o ideal de amor romântico e a literatura endereçada às mulheres; buscando demonstrar como Mary (por meio de uma argumentação complexa, permeada por exemplos retirados de suas experiências e observações do lugar das mulheres naquele período, por reflexões pautadas em conhecimentos eruditos e filosóficos e pela manipulação astuta e criativa de paradoxos inerentes aos discursos de gênero produzidos naquele período) delineou um novo modelo de feminilidade, pautado nos ideários liberais e democráticos de igualdade, liberdade, racionalidade e autonomia; contribuindo assim para emergência dos discursos que pautaram o movimento pela emancipação das mulheres no século seguinte. Segundo Scott, o uso estratégico de paradoxos esteve implícito na prática feminista desde seu surgimento.

A coragem e a inventividade de algumas feministas que agiam individualmente, a força subversiva e a significação histórica de sua voz coletiva estavam (e ainda estão) no espetáculo perturbador apresentado pelo paradoxo, pois a identificação e a exposição da incoerência e da ambigüidade – ou seja, das contradições internas – dentro de um ambiente de ortodoxia que com a maior força nega a existência civil dessas mulheres é sem dúvida algo desestabilizador e às vezes mesmo transformador.<sup>284</sup>

### 3.2 A EDUCAÇÃO FEMININA

Como já vimos, na Inglaterra setecentista as mulheres recebiam uma educação bastante restrita. As escolas privadas endereçadas às meninas de classe média, que proliferaram depois da década de 1750, preocupavam-se basicamente em incutir-lhes graças e talentos, visando ao seu sucesso no competitivo mercado matrimonial. Os conhecimentos eruditos e acadêmicos eram negligenciados.<sup>285</sup> “Na educação das mulheres, o cultivo do entendimento sempre se subordina à aquisição de certos dotes corporais”<sup>286</sup>, afirmava

<sup>284</sup> SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p. 38.

<sup>285</sup> TAYLOR, Barbara. *Mary Wollstonecraft and the Feminist Imagination*. London: Cambridge University Press, 2003.p. 44.

<sup>286</sup> En la educación de las mujeres, el cultivo del entendimiento siempre se subordina a la adquisición de ciertos dotes corporales. ( WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los Derechos de la mujer*. (ed. Isabel Burdiel). Madrid: Cátedra, 2000. p 133)

Wollstonecraft em *Vindication of Rights of the Woman*.<sup>287</sup> Referia-se a autora a algumas habilidades tais como dança, canto, piano, rudimentos de história, geografia e literatura, além de um pouco de francês.<sup>288</sup> Enfim, “graças femininas” que as auxiliariam a atrair possíveis pretendentes. “A educação da sociedade é uma escola de coquetismo e arte. Aos dez ou onze anos, as vezes muito antes, as meninas começam a ser coquetes, buscando uma posição no mundo através do matrimônio”.<sup>289</sup>

Meninas cujos pais não podiam ou não pagavam para que frequentassem tais escolas femininas, eram ensinadas em casa, geralmente por mães e irmãs, e se fizessem parte de uma família com um pouco mais de renda, por governantas. Umhas poucas eram tutoriadas por pais eruditos, mas representavam uma pequena minoria.

A necessidade de se transformar essa configuração, de aprimorar a educação das mulheres, passou a ser um consenso entre os pensadores do final do século XVIII. A influência do empirismo lockeano, ao frisar a importância da experiência na formação do indivíduo, propiciou que se refletisse acerca da identidade feminina a partir de outras bases, além dos discursos inatistas. Segundo Cohen,

desde que Locke demonstrou que a mente era uma *tabula rasa*, tornou-se possível não somente prever que a mulher poderia obter uma educação apropriada, mas também que as peculiares “deficiências” de seu caráter seriam atribuídas não somente à sua natureza, mas a uma educação inadequada, podendo assim ser corrigidas.<sup>290</sup>

---

<sup>287</sup> O tema da educação, especialmente da educação feminina, atravessa vários dos escritos de Wollstonecraft, mantendo-se dominante em sua produção até o final de sua carreira. O título de seu primeiro livro, *Pensamentos sobre educação das filhas*, fala por ele mesmo; sua obra mais importante, *Reivindicação pelos direitos da mulher*, começa com uma declaração exigindo igual educação para as mulheres e inclui uma proposta ambiciosa de um sistema de educação nacional. Ambas suas novelas, *Mary, uma ficção* e a inacabada *Maria, os agravos da mulher*, centralizam sua discussão no processo de autoeducação de suas heroínas enquanto tentam exercer um papel pedagógico em relação a suas leitoras. Sua insistência em discutir tal temática se torna compreensível quando lembramos que no século XVIII a educação é a principal arena na qual pedagogos, filósofos e moralistas debatem sobre a emancipação das mulheres. ( RICHARDSON, Alan. “Mary Wollstonecraft on education”. In: JOHNSON, C. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 24).

<sup>288</sup> GODINEAU, Dominique. “A mulher” In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 323.

<sup>289</sup> La educación de la sociedad era una escuela de coqueteria y artes. A los diez u once años, es más, a veces mucho antes, las niñas empezaban a coquetear y hablaban sin que se las ragañara de buscarse una posición en el mundo mediante el matrimonio. ( WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication...*, p. 221)

<sup>290</sup> Since Locke had posited that the mind was a *tabula rasa*, it had become possible not only to envisage that women might obtain a proper education but to argue the peculiar ‘weakness’ of women’s character were attributable not to their nature but to a faulty education, and could be corrected. (COHEN, Michèle. COHEN, Mihéle. “To think, to compare, to combine, to methodise: Girls’ Education in Enlightenment Britain”. In: SARAH, KNOTT and TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan. 2005. p. 225. Barbara Taylor também aponta que o empirismo lockeano, ao não reconhecer distinções de gênero, tornou possível aos pensadores iluministas desenvolver um “enfoque cético” em relação à diferença

Esse tipo de reflexão vicejou num contexto em que se começou a pensar na importância das mulheres para o progresso da humanidade. Cabiam a elas, principalmente, os papéis de moralizadoras e civilizadoras. Além disso, a formação dos futuros cidadãos e o gerenciamento do espaço privado, como lócus de intimidade, aconchego e cumplicidade entre os cônjuges, exigiam mulheres mais esclarecidas.

De acordo com Taylor, a maior parte dos pensadores que refletiu sobre tal temática defendeu que o nível da educação feminina deveria ser aprimorado, não para elevá-las acima de seus deveres, mas para melhor exercê-los. “Uma mulher de compreensão aprimorada e verdadeiro senso é mais facilmente submissa a sua condição, exercendo uma participação ativa na administração da casa”<sup>291</sup>, afirmou o reformador educacional Vicesimus Knox em 1779. Apesar desse posicionamento ser o mais popular no período e dos moralistas conservadores condenarem uma melhoria da educação feminina, atitudes cada vez mais flexíveis e abertas se disseminaram no final do século.

“Desejo acima de tudo reforçar a necessidade de se educar os sexos conjuntamente”<sup>292</sup>, afirmou Wollstonecraft em 1792, fazendo eco às vozes mais progressistas no que dizia respeito à educação das mulheres. A autora começou a discorrer sobre essa temática já em seu primeiro livro, *Thoughts on the education of daughters* (1787).<sup>293</sup> Ao lançar um olhar crítico aos costumes femininos ligados às mulheres da aristocracia, Wollstonecraft conseguiu questionar muitos problemas do modelo de educação feminina vigente naquele período.

Escrito no período em que Wollstonecraft frequentava os ambientes dissidentes em Newington Green, *Thoughts* reflete o modelo de feminilidade vigente entre esses grupos religiosos. *Grosso modo*, podemos afirmar que autora ratifica o ideal de mulher burguesa (casta e amorosa) em detrimento ao estereótipo da mulher aristocrática (fria e artificial). Ante as negligentes e “luxuriosas” mulheres da aristocracia, as seitas evangélicas propunham um novo ideal de mulher, centrado em seus ideais de esposa e mãe. Com base nessas funções definiam o tipo de educação reservado às mulheres, cujo propósito (ao menos teoricamente)

sexual, substituindo a idéia de uma inata e imutável natureza humana por uma concepção mais aberta, pautada nas possibilidades de mudança e aprimoramento. Como a educação era o coração do projeto de aperfeiçoamento, ela trazia implicações cruciais para as mulheres. “The intellectual terrain”, escreveu Taylor, ‘was one littered with feminist possibilities’. (TAYLOR, op. cit., p. 28e 57).

<sup>291</sup> Conforme citado por Barbara Taylor in: Ibid, p. 45.

<sup>292</sup> deseo por encima de todo hacer fuerza sobre la necesidad de educar juntos a los sexos. (WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación..., p. 363).

<sup>293</sup> Lembremos que no período era comum que as mulheres escritoras debatessem sobre a educação das crianças, devido a sua “moralidade intrínseca”.

era convertê-las em agentes moralizadores da sociedade em seu conjunto pela influência (particularmente privada) sobre os homens e crianças.

Os dissidentes acreditavam que a moralidade das mulheres era intrínseca. Concebiam que nos homens a religião seria produto da razão, enquanto nas mulheres, devido a suas predisposições emocionais, a religião seria produto da natureza.<sup>294</sup>

Nesse sentido, Wollstonecraft frisa a importância de as mulheres externarem sentimentos e inclinações naturais, censurando a dissimulação aristocrata: “Deixe as maneiras originarem do espírito, e não haverá distinção das genuínas emoções do coração”; “quantas pessoas são como pálidos sepulcros, cuidadosas somente com as aparências”. Além disso, ela também expõe a crença dissidente de que o artifício torna as pessoas corrompidas e viciosas: “Se nós formos muito ansiosos para ganhar a aprovação do mundo, nós sempre nos danificaremos”.<sup>295</sup>

Por isso a pensadora inglesa defende que se desenvolvessem nas meninas a retidão, virtude e fortaleza mental, as quais se fundamentam na adesão aos verdadeiros princípios e não, em superstições e valores artificiais.

É dever dos pais preservar a criança da influência de falsas impressões. Como todos os preconceitos, as primeiras impressões que temos merecem este nome; porque elas o são até que comecemos a vacilar em nossas opiniões, até que utilizemos nossa razão para examiná-las – e então, se elas forem acolhidas, elas podem ser chamadas de nossas.<sup>296</sup>

Fica explícito aqui o ideal lockeano de questionar os preconceitos existentes pelo uso da razão. Assim como o influente empirista inglês, Wollstonecraft acreditava que todos os indivíduos teriam uma racionalidade introduzida pelo “próprio Deus”, por isso seriam capazes de compreender certas regras que governam a conduta humana por meio da racionalidade. “É, em minha opinião, um fato bem provado, que os princípios da verdade são inatos”.<sup>297</sup> Ela também discorre sobre os “sentimentos que a natureza implantou em nós como instintivos protetores da virtude”. Esses princípios e sentimentos dariam à criança certa “sinceridade” e

<sup>294</sup> TAYLOR, Bárbara. “The religious foundations of Mary Wollstonecraft’s feminism”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Londres: Cambridge University Press, 2002. p. 104 e 105.

<sup>295</sup> Let the manners arise from the mind, and let there be no disguise for the genuine emotions of the heart. If we are too anxious to gain the approbation of the world, we must often forfeit our own. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the Education of Daughters: With Reflections on Female Conduct, in the more important Duties of Life*. London: Joseph Johnson /St. Paul’s Church-Yard, 1787. p. 34 e 31)

<sup>296</sup> It is the duty of a parent to preserve a child from receiving wrong impressions. - As to prejudices, the first notions we have deserve that name; for it is not till we begin to waver in our opinions, that we exert our reason to examine them – and then, if they are received, they may be called our own. (Ibid, p. 20)

<sup>297</sup> It is, in my opinion, a well-proved fact, that principles of truth are innate. (Ibid, p. 13).

“beleza” que os hábitos viciosos e associações perniciosas não deveriam permitir ignorar. Ou ainda, sobre maneiras artificiais que obscureceriam a “sinceridade” natural e dissimulariam as “genuínas emoções do coração” e que “roupas finas” e “faces empoadas” não deveriam tomar o lugar dos “modos simples” e da natural interação entre pensamento e emoção revelada por uma “face de mente iluminada”.<sup>298</sup> É explícito, segundo Richardson, que Wollstonecraft emprega o estandarte da natureza e da razão na sua busca pelo aprimoramento da artificiosa e decorativa educação feminina ofertada em internatos e por governantas elegantes.<sup>299</sup> Também fica evidente na sua argumentação a crítica dissidente à ostentação e aos excessos de prazer e voluptuosidade. Nos discursos morais erigidos por tais grupos religiosos eram comum a oposição entre superficialidade e substância, ostentação e comedimento.<sup>300</sup>

Ou seja, a influência de Locke e dos preceitos dissidentes é inquestionável, tanto que o título de *Thoughts* é uma alusão direta a *Alguns pensamentos sobre a educação* (1693), de Locke, e também a *Pensamentos sobre Educação* (1747), do dissidente James Burgh. Embora o último endereçasse seu programa pedagógico particularmente aos meninos, a base de sua argumentação é explicitamente o ideal universal de racionalidade:

é de grande importância para os jovens de ambos os sexos, que eles sejam levados desde cedo pela forma justa e racional de pensar as coisas, e ensinados a serem extremamente alertas quanto às aparências exteriores e a opinião superficial da multidão.<sup>301</sup>

Em *Thoughts* a autora reproduziu ainda um tipo de reflexão característica dos discursos dissidentes, presente também na obra de Burgh, que é a combinação entre resignação espiritual, independência racional e compromisso com a liberdade.

Uma constante atenção com a administração do temperamento produz gentileza e humildade... Este espírito pacífico resulta do bom senso e resolução, e não deveria ser confundido com insensibilidade e timidez; deficiências da mente, as quais sempre corrompem a boa natureza. Ela que se submete, sem convicção, para um pai ou marido, será aquela que

---

<sup>298</sup> Ibid, p. 7, 10, 21.

<sup>299</sup> RICHARDSON, op. cit., p. 28. Desenvolver a independência racional da mente é um dos mais importantes princípios lockeanos.

<sup>300</sup> JONES, Vivien. “Mary Wollstonecraft and the literature of advice and instruction”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Londres: Cambridge University Press, 2002. p. 127.

<sup>301</sup> Conforme citado por JONES in: JONES, Vivien. “Mary Wollstonecraft and the literature of advice and instruction”. In: Claudia Johnson. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002. p. 125.

injustamente tiraniza seus servos; porque a temida escravidão e a tirania caminham juntas.<sup>302</sup>

Como já colocado anteriormente, a influência de Locke é patente. Além do desenvolvimento da independência mental, Wollstonecraft endossou outros ideários educacionais do filósofo, como o banimento de histórias e contos improváveis e supersticiosos do rol de leitura das crianças,<sup>303</sup> a importância da afeição e carinho dos pais na formação dos filhos e o ideal de educação doméstica supervisionada pelos pais. “Se a mãe tem tempo e bom senso, e mais que uma filha, eu penso que ela mesma poderia bem educá-las”.<sup>304</sup>

Wollstonecraft avalizava uma opinião bastante corrente naquele período, a de que a educação ministrada no espaço privado era superior à educação gerenciada no espaço público. De acordo com Cohen, a questão que mais preocupava pedagogos e moralistas no século XVIII não era sobre o que as meninas e (ou) os meninos aprenderiam, mas sim em quais espaços eles seriam mais bem educados. Uma parcela desses pensadores, entre eles nossa autora, influenciados pelas ideias de Locke<sup>305</sup> e posteriormente por Rousseau, concebia que as crianças educadas na esfera privada preservariam melhor suas “inclinações naturais”. Como os influentes filósofos, defendia que as escolas representavam um perigo para a moral das crianças, porque tais instituições estavam associadas à violência e ao vício.<sup>306</sup>

Apesar das concepções de Locke sobre educação doméstica serem extremamente influentes no período e de que esse posicionamento recebesse novo fôlego com a publicação do *Emílio*, de Rousseau, em 1762, vozes dissonantes existiram desde a primeira metade do século. Os defensores da educação pública, ao conceber que o principal fim da educação era o preparo para a atuação na esfera pública, defendiam que as crianças (particularmente os

---

<sup>302</sup> WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts...*, p. 62 e 63. A Constant attention to the management of the temper produces gentleness and humility... This meek spirit arises from good sense and resolution, and should not be confounded with indolence and timidity; weaknesses of mind, wich often pass for good nature. She who submits, without conviction, to a parent or husband, will as unreasonably tyrannise over her servants; for slavish fear and tyranny go together.

<sup>303</sup> *Ibid*, p. 18.

<sup>304</sup> If a mother has leisure and good sense, and more than one daughter, I think she could best educate them herself. (*Ibid*, p. 57)

<sup>305</sup> Quando John Locke, em seu tratado *Alguns Pensamentos sobre a educação*, questionou se os filhos da aristocracia deveriam ser educados privativamente, em casa, ou no espaço público, em escolas primárias e secundárias, ele não estava lançando uma nova questão, mas colocando o problema que seria o cerne dos debates sobre educação pelo resto do século. Para Locke, esta questão estava intrinsecamente relacionada com sua concepção sobre o principal objetivo da educação: o desenvolvimento da virtude. Pensando por esse viés, a educação doméstica parecia a mais apropriada. (COHEN, op. cit., p. 226)

<sup>306</sup> *Ibid*, p. 226.

meninos) educadas em casa não desenvolviam qualidades essenciais para a atuação no espaço coletivo, tais como ambição, competitividade e conhecimentos do mundo.<sup>307</sup>

Não obstante a expansão dos debates e estabelecimentos de educação feminina através do século, pouquíssimas vozes defenderam as escolas públicas para meninas, sendo mistas ou não. A educação oferecida nos internatos femininos, pautada no desenvolvimento de “graças artificiais”, era criticada pelas pensadoras de classe média. “É da minha própria opinião, que as maneiras são demasiadamente observadas nas escolas”<sup>308</sup>, afirmava Mary Wollstonecraft, censurando tais instituições por não ensinar as meninas a “ocuparem sua atenção e aplicarem isso no desenvolvimento da mente”.<sup>309</sup>

Além disso, ao idealizar a mãe como educadora no espaço doméstico, a autora inglesa certamente foi influenciada pelo estereótipo da *proper lady*, que se disseminara largamente entre as mulheres dissidentes e de classe média.<sup>310</sup> Isso levou Wollstonecraft a conceber como principal objetivo da educação feminina a atuação das mulheres na esfera privada. Segundo a pensadora inglesa, “preparar a mulher para realizar os importantes deveres de esposa e mãe, é certamente o objetivo que deveria ser considerado durante o período inicial de sua vida”.<sup>311</sup> Observamos assim que, apesar de Wollstonecraft começar a questionar o pretensão status de inferioridade do feminino, a emancipação que idealizara para o seu sexo era ainda bastante limitada, endossando o posicionamento hegemônico naquele período.

É importante assinalar, entretanto, que embora o casamento e a maternidade tenham se mantido como os principais objetivos de seu projeto pedagógico, a autora chamou atenção para os limites desse tipo de educação, assinalando o quanto as mulheres que, por um motivo ou outro não conseguiam contrair matrimônio, encontravam-se totalmente despreparadas para sobreviver de outra maneira.

Esse olhar crítico se pauta na experiência da própria autora, que vivenciou durante certo período de sua vida esse vazio, resultante de contradições existentes entre o ideal abstrato da *proper lady* e as reais condições de vida das mulheres naquele contexto.

Não obstante as limitações do modelo de educação delineado em *Thoughts*, Wollstonecraft defendeu uma concepção de ensino menos repressora e artificial do que a

---

<sup>307</sup> Ibid, p. 227.

<sup>308</sup> I must own it my opinion, that the manners are too much attended to in all school. ( WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts...*, p. 57)

<sup>309</sup> to engage their attention, and render it an employment of the mind. (Ibid, p. 25)

<sup>310</sup> POOVEY, Mary. *The Proper Lady and the Woman Writer. Ideology as Style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. Chicago: Chicago University Press, 1984. p. 3,6 e 8.

<sup>311</sup> “To prepare a woman to fulfil the important duties of a wife and mother, are certainly the objects that should be in view during the early period of life”. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts...*, p. 58)

“educação do corpo”,<sup>312</sup> devido a sua defesa do modelo de mulher burguesa e puritana, mas também a sua crença nos ideais de aperfeiçoamento espiritual e racional ligados aos grupos religiosos não-conformistas. É interessante refletir o quanto o título completo da sua obra, *Thoughts on the Education of Daughter: with Reflections on Female Conduct, In the more important Duties of Life*, remete a esses discursos, por vezes contrastantes. Referimo-nos à relação entre educação, conduta e dever. De acordo com Jones, para a audiência contemporânea de Wollstonecraft, o título sugeria uma contribuição para a tradicional literatura de conduta feminina, na qual o aprimoramento da educação das meninas significava prepará-las para os “importantes deveres” do casamento e da maternidade.<sup>313</sup> Mas, na realidade, o título incorporava a contradição entre “educação”, com sua potencial promessa de liberação e desenvolvimento intelectual individual, com as restritivas e repressivas implicações associadas à formação da identidade feminina naquele contexto (assim como aos ideais de resignação espiritual dissidente). De acordo com Jones, o texto manifesta tensões-entre resignação e possibilidades de consolação; entre docilidade espiritual e independência racional; entre deveres domésticos e desejo de participação em uma esfera mais ampla - típicas da literatura de instrução e conselhos, na qual *Thoughts* se encaixa. Para tal estudiosa, Wollstonecraft reproduziu, mais do que explorou conscientemente, a contradição central desse gênero literário, no qual as recomendações, que objetivavam principalmente a conformação aos padrões de comportamento estabelecido, baseavam-se no desejo individualista de autoaprimoramento dos leitores.<sup>314</sup>

Wollstonecraft só conseguiu delinear um posicionamento mais crítico, no qual explicitou e discutiu estas tensões, na sua obra *Vindication of the Rights of Woman* (1792). Neste livro ela reviu muito de suas ideias, defendendo uma concepção de educação realmente igualitária, pautada nos mesmos princípios e objetivos para mulheres e homens, além de apoiar um sistema público de ensino. A radicalização do posicionamento de Wollstonecraft quanto à educação das mulheres só foi possível com sua inserção nos círculos radicais londrinos, nos quais a pensadora teve um contato mais efetivo e aprofundado com os discursos iluministas e liberais.<sup>315</sup>

<sup>312</sup> Referia-se Wollstonecraft ao tipo de educação feminina vigente, que priorizava a educação do corpo em detrimento da mente, como fora teorizado por Rousseau em *Emílio*. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicação...*, p. 220)

<sup>313</sup> JONES, op. cit., p. 120.

<sup>314</sup> *Ibid*, p. 125 e 128.

<sup>315</sup> Nos círculos radicais londrinos Wollstonecraft entrou em contato com os discursos liberais e iluministas de forma mais direta e aprofundada que nos círculos dissidentes, passando então a defender incondicionalmente os ideários de racionalidade, igualdade e liberdade. Os pensadores radicais londrinos, mais predispostos à



Também é importante destacar que *Vindication* foi produzido no período em que o debate sobre a educação ganhou novos contornos devido à eclosão da Revolução Francesa. A nova sociedade exigia “homens novos”, capazes de viver de acordo com as premissas democráticas. Nesse contexto, o ideal de educação pública começou a ganhar espaço em detrimento do ideal de educação privada. Afinal, as “afeições sociais”, os “sentimentos de cidadania” requererem uma atmosfera de igualdade e coletividade. Além disso, o desenvolvimento dos talentos individuais e a secularização do ensino<sup>316</sup>, preceitos fundamentais para a efetivação de uma sociedade democrática, corroboravam para a concepção de uma educação pública e laica. A defesa de uma educação igualitária, independente de raça, classe ou gênero, encontrou muitos partidários nesse contexto. Concebia-se naquele período que somente com o esclarecimento de todos os indivíduos seria possível romper com o despotismo e com as hierarquias artificiais, efetivando assim a instauração de uma sociedade justa e soberana, e também contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade.

Mas, se inicialmente (ou muitas vezes teoricamente) o entusiasmo revolucionário permitiu conceber este igualitarismo universalista, logo ele se tornou impensável. Nos primeiros anos da Revolução as mulheres foram beneficiadas com a conquista das liberdades civis, tais como acesso à maioridade civil, partilha dos bens, direitos iguais em relação ao divórcio, mas ao final, não se hesitou em negar-lhes os direitos cívicos e em limitar-lhes o acesso à educação.<sup>317</sup>

O revolucionário Talleyrand, para o qual Wollstonecraft dedicou *Vindication*, apresentou um relatório sobre a instrução pública na Assembleia Constituinte, às vésperas de sua dissolução (1791). O relatório era formal e aprovado pela maioria: a educação doméstica bastava para a felicidade das mulheres e de sua família. Para Talleyrand, bastava-lhes uma instrução elementar até a idade de oito anos, ficando a mãe encarregada de lhes transmitir os saberes tradicionais. A visão predominante em relação às mulheres (seres pouco perfectíveis,

---

ruptura com a tradição, radicalizaram-se ainda mais devido às promessas de igualdade e liberdade radicais trazidas pela Revolução Francesa. Foi nesse período que Wollstonecraft transgrediu o espaço tradicional de produção feminina, adentrando publicamente no debate político de sua época e, posteriormente, reivindicando a igualdade de direitos para as mulheres. Sobre a influência da Revolução Francesa entre os radicais ingleses ver FLORENZANO, Modesto. O impacto da Revolução Francesa na Inglaterra na década de 1790: história política e historiografia. *Pós-História*, v. 11, p. 23-60, 2003. Sobre a participação de Wollstonecraft nos debates revolucionários franceses ver TOMALIN, Claire. *Vida y Muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona, Montesinos, 1993.

<sup>316</sup> Um ensino que contribuísse para a liberdade de pensamento e a emancipação dos cidadãos não poderia estar subordinado aos dogmas da religião. Era pré-condição de sua existência que fosse totalmente laico.

<sup>317</sup> SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. “Revolução Francesa. A Viragem”. In: DUBY, G. & PERROT, M. *História das mulheres. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 2000.p. 44-45.

caracterizados pela sua superficialidade, inconstância e intelectualidade limitada) levou os revolucionários a defender uma educação restrita para elas.<sup>318</sup>

A influência dos ideários revolucionários no contexto inglês, tanto em relação aos preceitos democráticos quanto no que diz respeito ao debate sobre a educação, foi impactante e significativa. As promessas trazidas pela Revolução afetaram a produção de vários radicais ingleses, como Willian Godwin, Thomas Paine, Willian Blake, além da própria Mary Wollstonecraft, radicalizando seus posicionamentos em relação às tradições inglesas e à universalização dos direitos políticos. É interessante destacar, novamente, que o universalismo defendido pelos radicais (assim como pela maior parte dos revolucionários franceses) era limitado, pois não ousava questionar um dos preconceitos mais arraigados naquele contexto, o preconceito de gênero. Para Wollstonecraft, no entanto, ele era tão arbitrário quanto as hierarquias de nascimento. Ao dirigir-se a Talleyrand, discorrendo sobre a proposta educacional apresentada por ele na Assembleia Constituinte, ela afirmou:

O senhor não considerou o assunto pela mesma luz que eu. E, perdão pela minha franqueza, mas devo observar que o senhor o tratou de modo demasiadamente superficial, satisfeito em tratá-lo como havia sido em outro tempo, quando os direitos do homem, para não aludir os da mulher, eram pisoteados como quiméricos.<sup>319</sup>

Wollstonecraft se propunha examinar as desigualdades de gênero que legitimavam uma educação diferenciada para mulheres e homens, a partir do exame crítico e racional, como se fazia em relação a outros privilégios e hierarquias artificiais.

Considere – me dirijo ao senhor como legislador- que se os homens lutam pela liberdade e se lhes permite julgar sua própria felicidade; não resulta inconsistente e injusto que subjuguem as mulheres, ainda que creiam estar firmemente atuando do modo melhor calculado para proporcionar-lhes felicidade? Quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão? Deste mesmo modo argumentam todos os tiranos, quaisquer sejam seus nomes, desde o rei débil até o débil pai de família;

---

<sup>318</sup> Além disso, concebia-se que uma instrução elementar seria suficiente para o exercício das funções de esposa e mãe, então idealizadas como as funções primordiais das mulheres.

<sup>319</sup> usted no considero el asunto a la misma luz que yo. Y, perdón por mi franqueza, pero debo observar que usted lo trató de modo demasiadamente superficial, satisfecho con considerarlo como lo había sido en otro tiempo, cuando los derechos del hombre, por no aludir a los de la mujer, eran, pisotados como quiméricos. (WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación..., p. 107)

todos eles estão ávidos por esmagar a razão, e também sempre afirmam que usurpam o trono somente para serem úteis.<sup>320</sup>

Wollstonecraft não buscava simplesmente analogias, mas assinalava a sistemática inter-relação entre diversas hierarquias arbitrárias a partir de uma teoria política que não reconhecia a possibilidade de âmbitos separados ou alheios ao escrutínio da razão e ao exercício público da virtude. Por isso, a importância de as mulheres serem educadas da mesma maneira que os homens:

Ao lutar pelos direitos da mulher, meu argumento principal se baseia em um princípio fundamental: se não a prepara com educação para que se volte companheira do homem, deterá o progresso da humanidade; porque a virtude deve ser comum a todos ou resultará ineficaz para influir na prática geral.<sup>321</sup>

De um prisma que combinava elementos da tradição puritana, do racionalismo ilustrado e de um *humanismo cívico*, Wollstonecraft negou que a virtude e a razão pudessem ser diferentes para diferentes categorias de pessoas. A concepção de indivíduo virtuoso e racional requeria que *todos* tivessem a possibilidade de ser fortes e independentes. A desigualdade baseada em privilégios alheios ao talento e ao esforço individual levava inevitavelmente à corrupção mútua das partes implicadas. A humanidade só poderia alcançar o grau de perfeição que prometia o ideário ilustrado se suas verdades fossem autenticamente universais. A virtude e a razão não tinham, para Wollstonecraft, nem gênero, nem classe, e se as outorgava “artificialmente” convertiam a vontade universalista do projeto ético iluminista em uma “moralidade” parcial.<sup>322</sup>

Compreender a singularidade de seu posicionamento requer que reflitamos sobre a sua trajetória intelectual. A reflexão de Wollstonecraft em *Vindication* se ampara na tradição dissidente, no ideário radical e ilustrado e, também, numa complexa e combativa leitura da preocupação rousseauiana pela integridade pessoal diante das convenções sociais. De acordo com Burdiel, desse complexo e plural universo ideológico surgiu um tipo de radicalismo que

---

<sup>320</sup> Considere – me dirijo a usted como legislador – que si los hombres luchan por su libertad y se les permite juzgar su propia felicidad, no resulta inconsistente e injusto que subyuguen a las mujeres, aunque crean firmemente que están actuando de modo mejor calculado para proporcionarles felicidad? Quién hizo al hombre el juez exclusivo, si la mujer comparte con él el don de la razón? (Ibid, p. 110)

<sup>321</sup> Al luchar por los derechos de la mujer, mi argumento principal se basa en este principio fundamental: si no se la prepara con la educación para que se vuelva la compañera del hombre, detendra el progreso del conocimiento y la virtud; porque la virtud debe ser común a todos o resultará ineficaz para influir en la práctica general. (Ibid, p. 109)

<sup>322</sup> BURDIEL, op. cit., p. 58.

podia denominar-se “romântico”, do qual participaram tanto Mary Wollstonecraft como Willian Godwin e inclusive, em termos estético-políticos, poetas como Willian Blake, W. Wordsworth e próprio Coleridge. A contribuição de Wollstonecraft para esse universo ideológico foi sua leitura resistente e combativa de mulher. Como buscamos demonstrar anteriormente, a posição de gênero da pensadora contribuiu para que ela produzisse um discurso pautado nas suas experiências, ou seja, na sua percepção das contradições do ideal da *proper lady* e na sua adequação ao ideal de sujeito moderno. Diferente da maioria dos pensadores setecentistas, que não viam incoerência alguma em defender uma igualdade universal que excluía as mulheres, Wollstonecraft problematizou esse paradoxo por meio da discussão das desigualdades de gênero que o fundamentavam. Podemos dizer que ela não conseguiu mais defender o modelo de feminilidade vigente, pautado na dependência e no sentimentalismo, pois conhecia seus problemas e incoerências. Para essa pensadora, era possível e desejável desenvolver nas mulheres os valores de racionalidade e autonomia, idealizados de forma abstrata pelos discursos iluministas e liberais e vivenciados de forma concreta por ela mesma (e por muitas outras mulheres de sua época).

Nesse contexto a identificação das mulheres como indivíduos racionais, capazes de se aperfeiçoar e alcançar a independência mental e econômica, que em *Thoughts* é delineado de forma confusa e conflitante com os ideais dissidentes de resignação religiosa e com os estereótipos de feminilidade burgueses e puritanos, em *Vindication* é explícita e consciente.

Tenho ouvido exclamações contra as mulheres masculinas provenientes de todas as partes, mas no que se baseiam? (...) se é contra a imitação das virtudes masculinas ou, falando com maior propriedade, do exercício daqueles talentos e virtudes cujo exercício enobrece o caráter humano, e eleva as mulheres na escala de seres animais, incluindo-as na humanidade, devo pensar que todos aqueles que se julgam com talentos filosóficos tenham que desejar comigo que se voltem cada vez mais e mais masculinas.<sup>323</sup>

Tanto que nessa obra ela reivindicou uma educação comum para ambos os sexos: “deve se permitir que as mulheres fundamentem sua virtude em conhecimento, o que é

---

<sup>323</sup>He oído exclamaciones contra las mujeres masculinas provinientes de todas partes, pero en qué deben basarse? (...) si va contra la imitación de las virtudes masculinas o, hablando con mayor propiedad, de la consecución de aquellos talentos y virtudes cuyo ejercicio ennoblece el carácter humano, y eleva a las mujeres en la escala de los seres animales, donde se las incluye em la humanidad, debo pensar que todos aquellos que las juzquen con talente filosófico tienen que desejar conmigo que se vuelvan cada día más y más masculinas. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 102).

possível apenas se as educamos mediante as mesmas atividades que os homens”.<sup>324</sup> A adesão incondicional de Wollstonecraft aos ideais universais de igualdade, racionalidade, liberdade e autonomia não lhe permitiu mais conceber a questão da moral e da virtude e, conseqüentemente, da educação, de forma generificada.

o conhecimento dos sexos devem ser da mesma natureza(...) as mulheres, consideradas não somente criaturas morais, mas também racionais, devem tratar de adquirir as virtudes humanas (ou perfeições) pelos mesmos meios que os homens.<sup>325</sup>

São os ideários iluministas e liberais concebidos universalmente devido a sua visão crítica quanto aos discursos e práticas de gênero, que alicerçam suas concepções educacionais igualitárias. Mas suas crenças religiosas dissidentes, segundo Taylor, também foram essenciais.<sup>326</sup>

Para Wollstonecraft, o aperfeiçoamento das mulheres representava o desenvolvimento de suas virtudes. Não daqueles talentos artificiais que as preparavam para se manter no mundo, tais como a doçura, o recato, a astúcia e a delicadeza, mas sim daquelas qualidades importantes para a sua salvação eterna. Os dissidentes racionais acreditavam que a existência seria um período de ensaio, um estágio preparatório, no qual as almas dos virtuosos se preparariam para a vida eterna. Defensora desses preceitos, Wollstonecraft criticou a educação feminina vigente, para ela extremamente mundana e superficial.

---

<sup>324</sup> debe permitirse que las mujeres fundamenten su virtud en el conocimiento, lo que apenas es posible si no se las educa mediante las mismas actividades que a los hombres. (Ibid, p. 363)

<sup>325</sup> El conocimiento de los sexos deben tener la misma naturaleza, y las mujeres, consideradas no solo como criaturas morales, sino también racionales, deben tratar de adquirir las virtudes (o perfecciones) por los mismos medios que los hombres. (Ibid, p. 156-7)

<sup>326</sup> De acordo com Taylor, os historiadores geralmente localizam as origens do moderno feminismo ocidental em transformações seculares: a emergência dos ideários políticos liberais, o programa de reforma intelectual inaugurado pelo iluminismo, as expressivas oportunidades abertas às mulheres pela expansão da literatura impressa ao longo do século XVIII. Estes são, sem dúvida, fatores importantes. Entretanto, muitos nichos proto-feministas, como o que surgiu entre algumas pensadoras dissidentes inglesas, fundamentam-se numa ideologia religiosa que trouxe implicações bastante positivas para o status (público e privado) das mulheres. Taylor também afirma que os estudiosos do pensamento de Wollstonecraft localizam *Vindication of the Rights of Woman* na tradição do humanismo iluminista, o qual assumiu um relacionamento de indiferença, para não dizer de hostilidade, em relação à religião. (TAYLOR, Bárbara. “The religious foundations of Mary Wollstonecraft’ s feminism”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Londres: Cambridge University Press, 2002. p. 99 e 103). É importante destacar, entretanto, que na Inglaterra, particularmente entre os dissidentes, os pensamentos religioso, filosófico e político se inter-relacionavam organicamente. Muitas igrejas reformadas, por exemplo, favoreceram a valorização da razão e o livre exame das escrituras. Produzido nesse contexto, *Vindication* articula na sua argumentação pela igualdade de direitos entre mulheres e homens, preceitos religiosos dissidentes racionalistas e ideários iluministas e liberais.

Desde sua infância se diz às mulheres, e elas aprendem a partir do exemplo de suas mães, que um pequeno conhecimento da debilidade humana, denominado justamente astúcia, um gênio suave, obediência externa e uma atenção escrupulosa a uma espécie de decoro pueril permitem que obtenham a proteção masculina; se bonitas, não necessitam nada mais.

Nosso sexo não se beneficia muito ao sacrificar virtudes sólidas para obter graças artificiais, ainda que durante alguns anos possam proporcionar a algumas mulheres ascendência real.<sup>327</sup>

Esse tipo de educação, que visava cultivar nas mulheres qualidades próprias para atrair e “prender” os homens, era defendida largamente num contexto em que o matrimônio representava (real e simbolicamente) uma das únicas possibilidades de sobrevivência acessíveis às mulheres.<sup>328</sup> Para Wollstonecraft, entretanto, a preparação da alma era mais importante, sendo assim era imprescindível que as mulheres desenvolvessem a virtude consciente mediante o controle das paixões e o uso da razão.

para que a virtude mereça esse nome deve se fundamentar no conhecimento, esforcemo-nos por fortalecer nossas mentes mediante a reflexão até que nossas cabeças sejam fiéis aos nossos corações; não limitemos todos nossos pensamentos às ocorrências diárias ou nossos conhecimentos ao coração de nossos amantes ou maridos, mas sim que subordinemos à prática de qualquer virtude à mais importante, que consiste em aperfeiçoar nossas mentes e preparar nossos afetos para um estado mais elevado.<sup>329</sup>

Por isso ela reivindicava ao seu sexo a mesma educação destinada aos homens, a qual priorizava o desenvolvimento da independência mental.<sup>330</sup>

a educação mais perfeita é, em minha opinião, um exercício do entendimento, calculado o melhor possível para fortalecer o corpo e formar o coração. Ou, em outras palavras, para possibilitar ao indivíduo a execução de hábitos

<sup>327</sup> Desde su infancia se les dice a las mujeres, y lo aprenden del ejemplo de sus madres, que un pequeño conocimiento de la debilidad humana, denominado justamente astucia, un genio suave, obediencia externa y una atención escrupulosa a una especie de decoro pueril les obtendrá la protección del hombre; si hermosas, no se necesita nada más

Nuestro sexo se sacrifica no se beneficia mucho al sacrificar virtudes sólidas para obtener gracias superficiales, aunque durante algunos años puedan proporcionar a algunas mujeres ascendente real. (WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación..., p. 128 e 149)

<sup>328</sup> Ibid, p. 221.

<sup>329</sup> para que la virtud merezca ese nombre debe fundamentarse en el conocimiento, esforcémonos por fortalecer nuestras mentes mediante la reflexión hasta que nuestras cabezas sean el fiel de nuestros corazones; no limitemos todos nuestros pensamientos a las ocurrencias diárias o nuestro conocimiento al corazón de nuestros amantes o maridos, sino que subordinemos la práctica de cualquier virtude a la más importante, que consiste em perfeccionar nuestras mentes y preparar nuestros afectos para um estado más elevado. (Ibid, p. 236)

<sup>330</sup> Não podemos deixar de frisar que o ideal iluminista de autonomia da razão e da saída da menoridade kantiana também influenciam a concepção de independência mental de Wollstonecraft.

virtuosos que o façam independente. Afinal, é uma farsa chamar virtuoso um ser cujas virtudes não resultam do exercício de sua própria razão. Esta era a opinião de Rousseau com respeito aos homens; eu as estendo às mulheres e afirmo com toda confiança que elas têm sido excluídas de sua esfera mediante o falso refinamento e não pelo esforço de adquirir qualidades masculinas.<sup>331</sup>

Wollstonecraft compartilhava da crença dissidente de que o julgamento racional privado é a fundamentação da verdadeira religião.<sup>332</sup> Nesse sentido, ela não concebia a existência de mediadores na relação entre Deus e os seres humanos, criticando o tipo de educação que levava as mulheres a viver sob o jugo masculino, que não primava pelo desenvolvimento de suas próprias faculdades. “Pode-se crer que ela foi criada somente para se submeter ao homem, seu igual, um ser que como ela foi enviado ao mundo para adquirir virtude?”<sup>333</sup> Para a autora, as mulheres que não aprendessem a fazer uso de sua própria razão “nunca viriam a ser independentes, nunca viriam a alçar-se acima da opinião ou sentir a dignidade de uma vontade racional que só se submete a Deus”.<sup>334</sup>

Se os preceitos dissidentes possibilitaram a Wollstonecraft criticar a concepção de educação feminina como mundana e superficial, o mesmo se pode dizer da crítica burguesa e rousseauiana às relações sociais artificiais e viciosas, típicas do Antigo Regime. Recorrendo novamente ao universalismo que fundamentava o pensamento democrático e liberal, o qual não reconhecia hierarquias arbitrárias, alheias ao escrutínio da razão, do talento e do esforço individual, Wollstonecraft estendeu essa lógica às relações de gênero. Para Wollstonecraft, as mulheres de sua época, assim como os nobres, não se encontravam em seu estado natural, pois assim como eles viviam sob relações e convenções corruptas, alheias ao exercício da razão e ao desenvolvimento da virtude.

as mulheres em geral, igual aos ricos de ambos os sexos, adquiriram todos os vícios e insanidades da civilização e desdenharam seus frutos proveitosos.

---

<sup>331</sup> la educación mas perfecta es, em mi opinión, un ejercicio del entendimiento, calculado lo mejor posible para fortalecer el cuerpo y formar el corazón. O, en otras palabras, para posibilitar al individuo la consecución de hábitos de virtud que le hagan independiente. De hecho, es una farsa llamar virtuoso a un ser cuyas virtudes no resultan del ejercicio de su propia razón. Ésta era la opinión de Rousseau con respecto a los hombres; yo la extiendo a las mujeres y afirmo con toda confianza que se las ha sacado de su esfera mediante el falso refinamiento y no por el esfuerzo de adquirir cualidades masculinas. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 131)

<sup>332</sup> TAYLOR, Barbara. *Cambridge...*, p 108.

<sup>333</sup> Puede crer que sólo se la creó para someterse al hombre, su igual, um ser que, como ella, fue enviado al mundo para adquirir virtud? (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 200)

<sup>334</sup> nunca van ser independientes, nunca vão alzar-se por encima de la opinión o a sentir la dignidad de una voluntad racional que solo se somete a Dios. (Ibid, p, 151)

as mulheres civilizadas estão tão debilitadas pelo falso refinamento, que a respeito da moral sua condição é muito inferior a que teriam se tivessem sido deixadas num estado mais próximo da natureza.<sup>335</sup>

Rousseauiana convicta, Wollstonecraft encarava os costumes aristocráticos, que prezavam acima de tudo as honrarias, a reputação e a aprovação da opinião alheia, como alienantes, próprios de indivíduos reduzidos a não ser mais que uma máscara sem profundidade. Sempre fora de si, só sabiam viver baseando-se na opinião dos outros. Essas convenções abusivas, típicas da sociedade do Antigo Regime, limitavam e deformavam as relações sociais, de modo que os indivíduos não eram julgados pelo quanto se esforçavam para melhorar, se esclarecer, mas sim pela posição que ocupavam, pelo que aparentavam. Diferente de Rousseau, entretanto, ela conseguiu perceber que as mulheres também viviam sob o mesmo tipo de relações sociais abusivas. Rousseauiana impenitente em todos os aspectos, a admiração de Wollstonecraft não podia deixar de se transformar em decepção, ao perceber que até mesmo Rousseau, quando se tratava do “caráter e destino das mulheres”, era incapaz de distinguir entre realidade e representação, entre ser e parecer.

Começarei agora a examinar as opiniões enganosas sustentadas por algumas publicações modernas sobre o caráter e a educação feminina, que têm dado o tom da maioria das observações mais superficiais efetuadas sobre o sexo. Começarei com Rousseau...<sup>336</sup>

Como vimos no primeiro capítulo, mediante a análise do quinto capítulo do livro *Emílio; ou, da Educação*, Rousseau acreditava que as mulheres eram naturalmente inferiores aos homens, tanto física quanto intelectualmente. Necessitavam, por isso, ser guiadas e protegidas pelo sexo oposto, mais forte e capaz em todos os sentidos. Por necessitar muito mais dos homens que eles delas, as mulheres, instintivamente, procuravam agradar e atrair os homens. Por acreditar que as inclinações naturais são boas e corretas, Rousseau recomendava que tais características fossem desenvolvidas e cultivadas por uma educação específica para as mulheres. Isso, Wollstonecraft contesta:

---

<sup>335</sup> las mujeres en general, al igual que los ricos de ambos sexos, han adquirido todos los vicios e insensateces de la civilización y han desechado sus frutos provechosos.

las mujeres civilizadas están tan debilitadas pelo falso refinamiento, que respecto a la moral su condición es muy inferior a la que tendrían si se las hubiera dejado en un estado más cercano a la naturaleza. (WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación..., p. 189-190)

<sup>336</sup> Quedan ahora por examinar las opiniones engañosas sostenidas en algunas publicaciones modernas sobre el carácter y la educación femeninas, que han dado el tono a la mayoría de las observaciones más superficiales efectuadas sobre el sexo. Comenzaré com Rousseau... (WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación..., p. 215)



querem nos privar de almas e insinuar que somos seres designados pela graça doce e atrativa e a obediência cega e dócil a satisfazer os sentidos do homem... De que modo tão grosseiro nos insulta quem assim nos aconselha a nos convertermos só em animais gentis e domésticos! Por exemplo, a atrativa doçura, tão calorosa e frequentemente recomendada, que se governa mediante a obediência. Que pueril expressão, e que insignificante é o ser que se condescende a governar por métodos tão sinistros.<sup>337</sup>

Para Wollstonecraft, não era natural nas mulheres ter sua existência voltada para agradar e atrair os homens. Ao seu juízo, isso se devia ao tipo de tratamento tradicionalmente dispensado às mulheres. Desde sua infância, elas eram tratadas como seres frágeis e dependentes, levadas a acreditar que não podiam sobreviver sem a proteção e a supervisão dos homens. Quando pequenas, cabia ao pai ou, na falta deste, a algum outro parente do sexo masculino guiá-las e mantê-las. Ao crescerem eram levadas a buscar a proteção masculina por meio do matrimônio. Às mulheres “sempre se ensina a buscar um homem que as mantenha”, afirmava a pensadora inglesa.<sup>338</sup>

Essa situação as levava a se preocupar somente com sua conduta e aparência externa, moldando sua existência aos desejos masculinos. Por isso, ao invés de exercerem seu próprio entendimento, desenvolviam virtudes artificiais, reforçadas pelo tipo de educação limitada que recebiam naquele período, como idealizado por Rousseau em *Emílio*:

na educação das mulheres, o cultivo do entendimento sempre se subordina à aquisição de certos dotes corporais.

se recomendam sem cessar a doçura, a docilidade e o afeto servil como virtudes fundamentais do sexo.

delas só se esperam virtudes negativas, quando se espera alguma: paciência, docilidade, bom humor e flexibilidade, virtudes incompatíveis com todo esforço vigoroso do intelecto.

trata-se somente da educação do corpo.

para fazê-las débeis e o que alguns podem chamar de belas, descuida-se o entendimento.

---

<sup>337</sup> quiera privarnos de almas e insinuar que sólo somos seres designados por la gracia dulce y atractiva y la obediencia ciega y dócil a satisfacer los sentidos del hombre ... De qué modo tan grosero nos insulta quien así nos aconseja convertirnos solo em animales gentiles y domésticos! Por ejemplo, la atractiva dulzura, tan calurosa y frecuentemente recomendada, que gobierna mediante la obediencia. Qué pueril expresión y qué insignificante es el ser – puede ser immortal- que condescinde a gobernar por métodos tan siniestros! (Ibid, p. 128)

<sup>338</sup> *siempre se enseñã a buscar um hombre que las mantenga.* (Ibid, p. 206)

educa-se as meninas para se ocuparem de suas pessoas e regular a conduta exterior.

na educação das mulheres estes principios fundamentais conduzem a um sistema de astucia e lascívia.<sup>339</sup>

Educadas para se preocuparem somente com o julgamento dos homens, davam maior importância à opinião deles, à conduta social, que àquela realmente importante para Wollstonecraft, a conduta moral. A mulher, diz ela, tem “confundido virtude com reputação”.<sup>340</sup>

É o olho do homem que lhes ensinaram a temer (...) e é esta (a reputação), e não a castidade, com toda sua bela comitiva, o que empregam para se manter livres de mancha, não como uma virtude, mas sim para conservar sua posição no mundo.<sup>341</sup>

Observamos que Wollstonecraft buscava explicitar o problema da interiorização por parte das mulheres daquilo que constituía a fonte de toda sua servidão: sua incapacidade para se considerar algo mais que ser o objeto do desejo masculino. Ao confundir virtude com reputação, e no caminho, seus desejos com os desejos do outro, as mulheres, educadas como Sofia, seriam incapazes de se distinguir, de “ser-para-si”, caindo literalmente em um “jogo de espelhos”: dependentes de sua beleza e de seus encantos simulariam inocência e castidade buscando o afeto dos homens e quando comesçassem a perder tais “qualidades”, se perderiam em si mesmas na medida em que sobre estas, e só sobre estas, teriam construído sua identidade.<sup>342</sup>

Para a autora, este tipo de instrução não satisfazia o objetivo primordial da educação dentro dos pensamentos ilustrado, que era moldar um ser humano ideal: racional,

---

<sup>339</sup> en la educación de las mujeres, el cultivo del entendimiento siempre se subordina a la adquisición de ciertas dotes corporales.

se recomiendan sin cejar la dulzura, la docilidad y el afecto servil como las virtudes fundamentales del sexo. de ellas sólo se esperan virtudes negativas, cuando se espera alguna: paciencia, docilidad, buen humor y flexibilidad, virtudes incompatibles con todo esfuerzo vigoroso do intelecto.

solo se trata da educación del cuerpo.

para hacerles débiles y lo que algunos pueden llamar bellas, se descuida el entendimiento.

se educa a niñas para ocuparse de sus personas y regular la conducta exterior.

en la educación de las mujeres estos principios fundamentales conducen a un sistema de astucia y lascivia. (Ibid, p. 133, 148, 186 e 217)

<sup>340</sup> confundido virtud con reputación. (Ibid, p. 299)

<sup>341</sup> Es el ojo del hombre lo que se les ha enseñado a temer... y es ésta (a reputação), y no la castidad, con toda su bella comitiva, lo que emplean para mantenerse libres de mancha, no como una virtud, sino para conservar su posición en el mundo. (Ibid, p. 298)

<sup>342</sup> BURDIEL, op. cit., p. 76.

emancipado, autônomo no uso de sua razão, tampouco em relação aos preceitos dissidentes de ser humano virtuoso e independente. A educação feminina proposta por Rousseau encontrava-se muito longe de atingir tais objetivos, pois não se educava as mulheres para fazerem uso de seu próprio entendimento, ao contrário: “ao não conceder-lhes entendimento, a conseqüência era submetê-las a uma autoridade independente da razão”,<sup>343</sup> ou seja, à tutela masculina, a serem guiadas pela razão dos homens.

Observamos, assim, como a partir dos preceitos dissidentes, dos ideários iluministas e de uma combativa leitura de Rousseau, Wollstonecraft conseguiu desenvolver uma crítica radical ao conceito de “boa conduta”, o qual representava o núcleo da discussão sobre a definição social das mulheres e, em função disso, da sua educação. A autora conseguiu mostrar que o modelo de educação vigente, ao visar à dependência e à superficialidade femininas, entrava em contradição com os diversos referenciais discursivos que fundamentavam a instauração da nova sociedade. Toda sua argumentação procura demonstrar que mulheres educadas a partir de uma concepção de educação universal, que primasse pelo desenvolvimento de sua razão e virtudes, contribuiria para o progresso humano, salvaria suas almas imortais, preparar-lhes-ia para serem boas esposas e mãe e inibiria a manutenção de relações de poder ilícitas, prejudiciais à experiência democrática.

A proposta de um sistema de educação nacional exposta em *Vindication* está de acordo com sua concepção de educação igualitária. Em *Thoughts* ela defendeu o ideal de educação privada, mais adequada para a manutenção das “inclinações naturais” das mulheres. Sua crítica em relação a esse modelo de feminilidade, pretensamente intrínseco às mulheres, levou Wollstonecraft a rever tal posicionamento. Sob a influência da Revolução Francesa vários radicais, mais notadamente Thomas Paine, passaram a acreditar que só uma escola mantida pelo Estado poderia realmente promover a igualdade social e política, pautada na igualdade de oportunidades educacionais. Wollstonecraft levou essa idealização ao extremo, ao defender que somente um sistema de educação nacional teria capacidade de transformar as relações entre os sexos radicalmente.

---

<sup>343</sup> al no concedérseles entendimiento, era conseqüente someterlas a una autoridad independiente de la razón. (Ibid, p.221)

### 3.3 LITERATURA ENDEREÇADA ÀS MULHERES

*Vindication of the Rights of Men* (1790) foi escrito em resposta ao livro de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Frente a influência das ideias revolucionárias na Inglaterra, Burke elaborou um complexo e floreado discurso a respeito da ordem hierárquica como “natural e divinamente organizada”; contrapondo à teoria dos direitos do homem uma defesa convenientemente nostálgica, sentimental e idealizada da sociedade paternalista, da “velha” aristocracia e das “velhas” liberdades inglesas. Na resposta a Burke, Wollstonecraft construiu sua argumentação a partir do desmascaramento da pretensa naturalidade da tradição à qual apelava Burke, principalmente criticando as operações retóricas de apelo aos “sentimentos” do povo inglês. Conhecedora do seu famoso tratado estético *Sobre o Belo e o Sublime* no qual Burke identificava o belo com a mulher e o sublime com o homem, Wollstonecraft inverteu os papéis e acusou Burke de comportar-se ante a Revolução Francesa como uma bela mulher de “infantil” sensibilidade. A seu ver, diante frente ao sublime poder da razão, do qual ela se considerava representante, Burke não fazia mais que se esconder atrás do trivial e afeminado sentimentalismo.

Posicionando-se como uma defensora da razão, Wollstonecraft questionou as operações mais sutis e complexas da floreada retórica de Burke, do seu uso e abuso de recursos sentimentais para convencer o leitor. De acordo com Burdiel, Wollstonecraft conseguiu perceber que o núcleo central do objetivo de Burke era a defesa da tradição representada como uma batalha entre “emoção” e “razão”. Reconheceu no nível ideológico, mas também estilístico, a tensão entre razão e sentimento, no qual ela mesma se debatia.<sup>344</sup> A consciência dessa tensão foi fundamental para sua crítica racional e ilustrada do lugar das mulheres naquele contexto, um tema que inclusive entre as classes médias era tão intocável, tão sentimental, quanto a suposta tradição política de Burke.

Se as experiências de Wollstonecraft a permitiram conscientizar-se de muitas das práticas e instituições que convertiam as mulheres em seres dependentes e superficiais, tais como a educação feminina, o modelo de casamento burguês e a dependência econômica, o desmascaramento do sentimentalismo implícito na defesa das tradições inglesas contribuiu para ela perceber que essa mesma lógica sentimental era utilizada por pensadores, moralistas

---

<sup>344</sup> Lembremos que ao escrever *Vindication of the Rights of Men* Wollstonecraft já frequentava os círculos radicais londrinos, constituindo-se como uma defensora do racionalismo iluminista. Entretanto, por ser mulher, se debatia entre o ideal de racionalidade que caracterizava a concepção de indivíduo moderno e o sentimentalismo concebido como intrínseco ao feminino naquele contexto.

e pedagogos para convencer as mulheres a se manterem em estado de “dependência perpétua”.<sup>345</sup>

Como filósofa, leio com indignação os epítetos inverossímeis que os homens utilizam para suavizar seus insultos, e como moralista, pergunto o que querem dizer com associações heterogêneas tais como defeitos belos, debilidade amável, etc.

Lamento que as mulheres sejam sistematicamente degradadas ao receber atenções insignificantes que os homens consideram varonil outorgar ao sexo, quando na verdade apóiam sua própria superioridade.

Seria uma tarefa sem conta descobrir a variedade de mesquinhas, cuidados e penas em que se encontram submersas as mulheres pela opinião predominante de que foram criadas para sentir em lugar de raciocinar e que o poder que obtém deve ser alcançado pelos seus encantos e sua debilidade.

os escritores que mais veementemente têm argumentado em favor da superioridade do homem (...) esforçam-se para provar, com generosidade cavalheiresca, que não se deve comparar os dois sexos: o homem foi feito para raciocinar, a mulher para sentir. E juntos, carne e espírito, compõem o todo mais perfeito, ao mesclar felizmente razão e sensibilidade em um caráter.<sup>346</sup>

Wollstonecraft se referia à galanteria, ou seja, a homenagem sentimental dirigida ao “belo sexo”, o qual excitava suas mentes, fazendo-as desejar inspirar somente amor e admiração, no lugar de exercer seu entendimento e aperfeiçoar suas mentes.<sup>347</sup>

<sup>345</sup> Jones, op. cit., p. 49-50.

<sup>346</sup> Como filósofa, leo con indignación los epítetos verosímiles que los hombres utilizan para suavizar sus insultos, y como moralista, pregunto qué quieren decir con asociaciones heterogêneas tales como defectos bellos, debilidad amable, etc.

Lamento que las mujeres sean sistemáticamente degradadas al recibir las atenciones insignificantes que los hombres consideran varonil otorgar al sexo, cuando en realidad apoyan insultantemente su propia superioridad.

Sería una tarea sin cuento descubrir la variedad de mezquindades, cuidados y penas en las que se encuentran hundidas las mujeres por la opinión predominante de que fueron creadas para sentir en lugar de razonar y que todo el poder que obtienen debe alcanzarse por sus encantos y su debilidad.

(WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 149, 184 e 191)

<sup>347</sup> Conforme Taylor, Wollstonecraft encarava a reverência cavalheiresca em relação à mulher como uma inconveniente reminiscência do Antigo Regime, como uma quimera aristocrata. Fica explícito aqui sua crítica, de ascendência notadamente dissidente e burguesa, ao modo de vida aristocrático. No entanto, apesar de Wollstonecraft desdenhar a galanteria como um costume vulgar, de uma elite ultrapassada e perniciosa, e há certa verdade nisso, a constelação de ideias e práticas descritas como cavalheirescas por uma gama de escritores britânicos era uma inovação relacionada ao desenvolvimento da cultura intelectual burguesa. A galanteria criticada por Wollstonecraft em *Vindication of the Rights of Woman* não era uma prática de gênero arcaica, mas literalmente, *new men* buscando demarcar novas zonas de autoridade masculina. Este elemento de inovação provavelmente não era percebido por Wollstonecraft, o que não a impediu, de qualquer forma, de atacar os pontos mais vulneráveis das práticas cavalheirescas inglesas. TAYLOR, Barbara. “Feminists versus Gallants: Manners and Morals in Enlightenment Britain”. In: In: KNOTT, Sarah e TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan. 2005. p. 33.

As novelas, a música, a poesia, o galanteio, tudo tende a fazer das mulheres criaturas das sensações e seu caráter se forma com o molde da insensatez, o único aperfeiçoamento que sua posição na sociedade as estimula a conseguir. Esta sensibilidade superdimensionada debilita de modo natural os outros poderes da mente e impedem que o intelecto adquira a soberania necessária.<sup>348</sup>

Além da galanteria, a exaltação do amor romântico também contribuiu para levar as mulheres a se conformarem ao modelo de feminilidade vigente, centrado na exaltação dos sentimentos e das emoções. A idealização do amor romântico como o ápice da realização feminina, disseminada entre as mulheres por meio das novelas sentimentais, contribuiu para levá-las a ansiar, acima de tudo, “amar e ser amadas”, exaltando ainda mais a relação entre feminilidade e sentimentalismo.

Como já vimos, o romancista inglês Samuel Richardson, por meio das suas obras *Pamela* (1740) e *Clarissa* (1747-8), inaugurou a “era dos romances sentimentais” na Inglaterra. Esse tipo de literatura refletia o clima social da época. A emergência do individualismo gerou a necessidade de novas formas de integração social, para além das alianças e fidelidades familiares. O amor passou então a ser valorizado como princípio da seleção conjugal. Essa nova configuração propiciou o surgimento um novo ideal de mulher, colocando em segundo plano a aristocrata, figura de valores aparentes, tais como riqueza, nome e título, o romance valoriza a mulher virtuosa, sincera, amorosa e casta. Segundo Watt, Richardson desempenhou um papel importante na instituição desse novo código. Ele escreveu numa época em que várias mudanças econômicas e sociais, algumas temporárias e locais, porém a maioria características da moderna civilização inglesa, conjugaram-se para tornar o casamento muito mais importante e também mais difícil para as mulheres. A decadência da indústria doméstica, a desvalorização das mulheres solteiras, o fato de os homens decidirem se casar cada vez mais tarde (devido a fatores econômicos e à busca pelo sucesso), entre outros fatores, levou as mulheres inglesas a valorizar cada vez mais o matrimônio e os meios para alcançá-lo. Nesse sentido, não é de se admirar que o romance *Pamela* tenha feito um sucesso estrondoso em sua época, pois sua heroína, ao encarnar esse novo “modelo de

---

<sup>348</sup> Las novelas, la música, la poesía, el galanteo, todo tiende a hacer de las mujeres criaturas de sensaciones y su carácter se forma con el molde de la insensatez durante el tiempo em que adquieren las dotes, el único perfeccionamiento que su posición en la sociedad las estimula a conseguir. Esta sensibilidad sobredimensionada debilita de modo natural los otros poderes de la mente e impide que el intelecto adquiriera la soberanía necesaria. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 190)

mulher”, que consegue conquistar o seu amado devido à sua retidão e virtude, simbolizava as aspirações da maior parte das leitoras, sujeitas às mesmas dificuldades.<sup>349</sup>

Se Richardson iniciou esse gênero na Inglaterra, logo as mulheres (definidas como as mais aptas a discorrer sobre os sentimentos amorosos devido à sua “sensibilidade intrínseca”) passaram a predominar como produtoras e consumidoras desse tipo de literatura. Romancistas como Fanny Burney, Maria Edgeworth e a reconhecida Jane Austen passam a dominar esse lócus de produção literária.

Os romances sentimentais daquele período tinham como objetivo reafirmar o lugar idealizado ao feminino, exaltando características como o autocontrole e a capacidade de doação. Além disso, ao valorizar o amor romântico e idealizar o matrimônio como a única possibilidade de ascensão social disponível às mulheres, os romances endereçados ao público feminino contribuíram para que suas leitoras ansiassem por nada mais além do amor e do casamento. Wollstonecraft, entretanto, aos escrever os romances *Mary, a fiction* (1788) e *Maria, the Wrongs of Woman* (1798), transgrediu essa lógica de produção romântica.

Logo no prefácio de seu primeiro romance, *Mary, a fiction*, Wollstonecraft explicita seu desejo de delinear um novo modelo de heroína: “ao delinear a heroína dessa ficção, a Autora tenta desenvolver uma personagem diferente daquelas que geralmente são retratadas. Esta mulher não é nem uma Clarissa, uma Lady G, nem uma Sophie”.<sup>350</sup> Observamos que ela não deseja que sua personagem se iguale às mais famosas heroínas de sua época, que encarnavam o estereótipo hegemônico de feminilidade: mulher dependente, comedida e sublimada sexualmente. Seu objetivo é outro, bastante ousado para a época. Mostrar e provar a existência (ao menos na ficção) de uma mulher “que tem poderes para pensar (...) cuja grandeza derivaria do exercício de suas próprias faculdades, não subjugadas à opinião, mas sim produto de sua original força de vontade e originalidade”.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 123. A qualificação de Pamela como esposa de um *gentleman* justifica-se antes de tudo e sobretudo por sua inquebrantável virtude e suas excepcionais qualidades morais, que a fizeram merecedora do amor de Mr. B. Não há pois um questionamento das distinções entre as classes, em termos de poder e prestígio, mas apenas a viabilidade da ascensão social daqueles que a isso fazem jus, devido ao seu valor pessoal. (LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, desejo e escolha*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 162).

<sup>350</sup> In delineating the Heroine of this Fiction, the Author attempts to develop a character different from those generally portrayed. This woman is neither a Clarissa, a Lady G, nor a Sophie. (WOLLSTONECRAFT, Mary. “Mary, a fiction”. In: WOLLSTONECRAFT, Mary/ SHELLEY, Mary. *Mary, Maria and Matilda*. London: Penguin Books, 2004, p. 3).

<sup>351</sup> who has thinking powers (...) whose grandeur is derived form the operations of its own faculties, not subjugated to opinion; but drawn by the individual from the original source. (Ibid., p. 3).

De acordo com Johnson, *Mary, a fiction* é um ousado e difícil romance, cujos leitores têm dificuldade em compreender exatamente sobre o quê narrador e heroína discutem. Em 1787, a própria Wollstonecraft afirmou que *Mary* “é uma história para ilustrar, segundo minha opinião, um gênio que educa a si mesmo”.<sup>352</sup> Ou seja, neste romance Wollstonecraft compromete-se em demonstrar como uma mulher talentosa e incomum aprende a pensar e agir por si mesma mediante a solitária contemplação dos trabalhos de Deus na Natureza, a leitura de livros religiosos e filosóficos, viagens e sociabilidade com amigos, e neste processo ela se torna uma “das poucas escolhidas”, que “deseja falar por si mesma, não ser um eco”.<sup>353</sup> Vejamos alguns trechos do romance que ilustram o processo de autoaprimoramento da personagem Mary:

Muitas noites ela se sentou, se eu posso me permitir usar essa expressão, *conversando* com o autor da natureza, fazendo versos, e cantando hinos de sua própria composição. Ela considerou também e tentou discernir qual fim suas várias faculdades estavam destinadas a perseguir; e tinha um vislumbre da verdade, o qual mais tarde se desdobrava por ela mesma.<sup>354</sup>

Durante o luto (devido a morte do pai) elas (Mary e a mãe) viveram retiradas; música, desenho e leituras, preenchiam o seu tempo; e o gosto e julgamento de Mary foram aprimorados pela aprendizagem de hábitos de observação, e inclusive por ocupar seus pensamentos com a simples beleza da natureza.<sup>355</sup>

Ela se deu ao capricho de observar novos modos de vida, buscando as causas que os produzem. Ela tinha um lado metafísico o qual a inclinava a refletir sobre todos os objetos que passavam por ela; e sua mente não era como um espelho, o qual recebe várias imagens oscilantes, mas não as retém: ela não tinha nenhum preconceito, pois suas opiniões eram examinadas antes de serem adotadas.<sup>356</sup>

---

<sup>352</sup> JOHNSON, Claudia. *Mary Wollstonecraft`s novels...*, p. 191.

<sup>353</sup> Wollstonecraft, Mary. “*Mary, a fiction*”..., p. 30.

<sup>354</sup> Many nights she sat up, if I may be allowed the expression, *conversing* with the Author of Nature, making verses, and singing hymns of her own composing. She considered also, and tried to discern what end her various faculties were destined to pursue; and had a glimpse of a truth, wick afterwards more fully unfolded itself. (Ibid, p. 12)

<sup>355</sup> During the year of mourning they lived in retirement; music, drawing, and reading, filled up the time; and Mary`s taste and judgment were both improved by contracting a habit of observation, and permitting the simple beauties of Nature to occupy her thoughts. (Ibid, p.15 e 16)

<sup>356</sup> She indulged herself in viewing new modes of life, and searching out the causes wick produced them. She had a metaphysical turn, which inclined her to reflect on every object that passed by her; and her mind was not like a mirror, which receives every floating image, but does not retain them: she had not any prejudices, for every opinion was examined before it was adopted. (Ibid, p. 21)



Produzida no período em que Wollstonecraft freqüentava os círculos dissidentes em Newington Green, essa obra reflete seu desgosto moral e de classe em relação aos costumes aristocráticos e sua leitura apaixonada (e ainda um tanto ingênua) de Rousseau. Nesse contexto Wollstonecraft começou a perceber a frivolidade e a superficialidade próprias das mulheres aristocratas, as quais ela satirizou por intermédio da personagem Eliza, mãe da heroína Mary.

Mary, a heroína desta ficção, era filha de Edward, casado com Eliza, uma nobre, uma garota elegante, com um tipo de indolência em seu temperamento, o qual pode ser denominado como uma natureza negativa: suas virtudes, na verdade, eram todas de estampa. Ela ocupava-se cuidadosamente em exhibir suas coisas, e suas opiniões, eu deveria ter dito preconceitos, eram aprovados pela maioria. Ela foi educada com a expectativa de uma larga fortuna, claro que se tornou uma mera máquina: a homenagem de seus empregados simbolizava grande parte de suas diversões pueris, e ela nunca imaginou que haveria deveres que poderia realizar: noções das conseqüências de suas ações, ou seus expedientes, entrelaçavam-se na sua mente, e os anos de sua juventude foram gastos em adquirir uns poucos talentos superficiais.<sup>357</sup>

Ao perceber o estado superficial e mundano das mulheres de sua época, notadamente as da aristocracia, Wollstonecraft procurou delinear um novo modelo de mulher, que não se dobrava diante das imposições sociais degradantes. O culto à sensibilidade e ao gênio que educa a si mesmo, tomado diretamente da obra de Rousseau, permitiu-lhe estabelecer uma diálogo consigo mesma e com sua condição de mulher que, em princípio, parecia oferecer um tipo de liberação (e rebelião) interior ante as convenções sociais e suas limitações. Ao discorrer sobre o tema em *Mary, a fiction* ela afirma:

Sensibilidade é o sentimento mais estranho que a alma humana é suscetível; quando ela nos inunda nos sentimos felizes; e se pudéssemos mantê-la sem mesclas, poderíamos entrever a benção daqueles dias paradisíacos quando as paixões obedientes estavam sob o domínio da razão, e os impulsos do coração não necessitavam correção.<sup>358</sup>

---

<sup>357</sup> Mary, the heroine of this fiction, was the daughter of Edward, who married Eliza, a gentle, fashionable girl, with a kind indolence in her temper, which might be termed negative good-nature: her virtues, indeed, were all of that stamp. She carefully attended to the *shews* of things, and her opinions, I should have said prejudices, were such as the generality approved of. She was educated with the expectation of a large fortune, of course became a mere machine: the homage of her attendants made a great part of her puerile amusements and she never imagined there were any relative duties for her to fulfil: notions of her own consequence, by these means, were interwoven in her mind, and the years of youth spent in acquiring a few superficial accomplishments. (Ibid, p. 5).

<sup>358</sup> Sensibility is the most exquisite feeling of which the human soul is susceptible: when it pervades us, we feel happy; and could it last unmixed, we might form some conjecture of the bliss of those paradisiacal days, when

O problema é que o “Caminhante Solitário” de Rousseau fora pensado no masculino e esse conceito de sensibilidade, como rapidamente descobriria a própria Wollstonecraft, era uma estratégia ambígua para pensar a emancipação das mulheres. Se por um lado, permitia justificar (interiormente) sua rebelião contra as convenções e hipocrisias sociais, por outro a tornava refém de um sentimentalismo caracterizado como inerente ao feminino, o qual legitimava seu status de inferioridade. Para Burdiel, esse impasse impediu Wollstonecraft imaginar outro tipo de alternativa para sua heroína além da resignação.

O enredo da novela é simples. Uma jovem de posição, tratada com indiferença pelos pais, se vê obrigada a casar-se com um homem que detesta. Presa a um matrimônio guiado pela conveniência social, a jovem em questão (que tem a sorte de ter seu marido viajando durante toda a história, e dispendo de meios econômicos próprios) volta toda a intensidade emocional para sua amiga Ann. Esta, que não possui recursos econômicos próprios e sua saúde é muito delicada, constitui um exemplo do ideal feminino hegemônico (doce, refinado, resignado e acolhedor) que seguia agindo com intensidade no imaginário de Wollstonecraft. Com a morte de Ann, Mary volta toda sua “sensibilidade” para o equivalente masculino de sua amiga morta, Henry. Diferente do seu marido, Henry compartilha com a heroína uma sensibilidade própria, que os distanciava das convenções sociais. É, sem dúvida, um amor impossível. Talvez por isso Wollstonecraft tenha optado pela morte de Henry, convenientemente enfermo desde sua primeira aparição. Resignada a um casamento sem amor, a heroína Mary dedica o resto de sua vida às obras filantrópicas.

Não podemos deixar de frisar o quanto essa obra é autobiográfica, explicitando, além das experiências intelectuais da autora, suas mais recentes experiências pessoais: a relação de admiração e amor com sua amiga Frances Blood (conhecida então como Fanny), a dor pela sua morte, a viagem para Portugal, a convivência com uma família aristocrática na Irlanda e seu desgosto em relação às mulheres da elite. Pensamos, inclusive, que ao delinear a trajetória de um gênio que educa a si mesmo, Wollstonecraft refere-se a si mesma, demonstrando sua sensação de deslocamento em relação ao modelo de feminilidade tradicional e sua busca por uma identidade de gênero alternativa.

A relação de Wollstonecraft com a amiga Fanny é narrada de forma quase literal pela amizade ficcional entre as personagens Mary e Ann. Entre as passagens que a autora descreve, baseada em sua própria experiência, destacamos a relação pedagógica existente entre as duas personagens: “Mary tinha pouca instrução, mas copiando as cartas da amiga, a

---

the obedient passions were under the dominion of reason, and impulses of the heart did not need correction. (Ibid, p. 43)

qual ela admirava, ela se tornou proficiente; um pouco de prática fez sua escrita toleravelmente correta, e seu gênio contribuiu para isso”.<sup>359</sup>

Willian Godwin, ao registrar muitas das experiências de Wollstonecraft em sua obra *Memoirs of the author of A Vindication of Rights of Woman*, descreveu uma passagem muito semelhante. De acordo com ele, devido à distância em que moravam uma da outra, as amigas Mary e Fanny costumavam trocar correspondências. As cartas de Fanny eram melhor elaboradas e redigidas (lembramos que Fanny recebera uma educação mais aprimorada) e ela passou a ser uma espécie de instrutora para Wollstonecraft, que antes de conhecê-la lia apenas para saciar sua curiosidade e agora descobria também a arte de escrever.<sup>360</sup>

Também pensamos ser interessante destacar os sentimentos profundos que a personagem Mary sente pela amiga Ann, algo muito próximo ao que Wollstonecraft sentia por Fanny.

Ela amava Ann mais do que qualquer um no mundo – para arrancá-la das garras da ruína - ela enfrentaria um leão. Ter esta amiga constantemente com ela; tranquilizá-la quanto a sua família, não seria uma imensa felicidade?<sup>361</sup>

A maioria dos biógrafos de Wollstonecraft exalta a intensidade da afeição de Wollstonecraft pela amiga Frances Blood. A jovem Mary, extremamente passional, doava-se por inteiro à Fanny. Segundo Tomalin, tratava-se de “uma entrega total e imediata”.<sup>362</sup> Marcada pela admiração que sentia pela doce e educada Fanny e pela busca por preencher a lacuna de afeto e amor deixada pelos seus pais, Wollstonecraft fazia planos de viver com a amiga, dedicando-se incansavelmente à resolução de suas dificuldades financeiras e familiares. Entretanto, parece que Fanny não era capaz de manter o tipo de relação sentimental apaixonada idealizada por Wollstonecraft, fato narrado em *Mary*:

Enquanto sua amizade era tudo no mundo para ela, ela percebia que não era tão importante para a felicidade da amiga; e sua mente sensível não suportaria lhe impor afeição, ou receber afeição como uma esmola, fruto da

---

<sup>359</sup> Mary had very little instruction; but by copying her friend's letters, whose hand she admired, she soon became a proficient; a little practice made her write tolerable correctness, and her genius gave force to it. (Ibid, p. 10)

<sup>360</sup> GODWIN, Willian. *Memoirs of the author of A Vindication of the Rights of Woman*. Oxford & New York: Woodstock, 1993. p. 21.

<sup>361</sup> She loved Ann better than anyone in the world – to snatch her from the very jaws of destruction – she would have encountered a lion. To have this friend constantly with her; to make her mind easy with respect to her family, would it not be superlative bliss? (WOLLSTONECRAFT, Mary. “Mary, a fiction” ..., p. 15)

<sup>362</sup> TOMALIN, op. cit., p. 30.

pena. Muito frequentemente, ela corria para a amiga com prazer, e não percebia o mesmo no semblante de Ann, que se afastava para longe; em vez de uma calorosa saudação, o que acabava escapando da sua boca eram expressões que pareciam ditadas pela insensibilidade e frieza.<sup>363</sup>

Indiferente à resposta de Fanny, percebemos como começa a se formar, fundamentado inicialmente em suas experiências, o ideal de amor idealizado por Wollstonecraft. Durante toda sua vida ela encontrou mentores que conduziram suas leituras e seus escritos. Com muitos deles, ela manteve uma relação de amizade, ou mesmo de amor. Suas relações de afeto eram a chave de sua educação e também motivação e substância para seus trabalhos. Sua amizade com Frances Blood é um exemplo disso. O que a atraiu na amiga, além da sensibilidade e alma superior, foi principalmente sua potencialidade em contribuir para o processo de autoaprimoramento. Interessante notar que as relações amorosas ideais delineadas nos dois romances, entre Mary e Henry, e veremos que o mesmo se dá entre María e Darnford, baseiam-se nos mesmos preceitos. Mais do que paixão e atração física, Wollstonecraft narra o encontro entre duas almas elevadas, entre seres sensíveis e eruditos, que se atraem, que se complementam, que contribuem para o aperfeiçoamento um do outro. Esse tipo de amor sentimental e espiritual não necessitava ser especificamente heterossexual, podia se desenvolver entre pessoas do mesmo sexo, como realmente aconteceu entre Wollstonecraft e Fanny, ou como ela então idealizou entre Mary e Ann.

*María, the Wrongs of Woman* (1798), o segundo romance de Wollstonecraft, na realidade foi sua última obra, deixada inacaba devido à sua morte. Depois de *Vindication of the Rights of Woman* (1792), a autora inglesa se voltou para outras temáticas e só tornou a refletir sobre a “questão da mulher” na obra em questão. Entre um livro e outro ela assistiu a esperança representada pela Revolução Francesa se dissipar frente ao período do Terror, e também a ineficácia revolucionária em abarcar as mulheres nos ideais de cidadania. Na verdade, enquanto *Vindication* (1792) foi escrito num período em que os ideais revolucionários ainda representavam uma esperança de mudança e transformação para os radicais ingleses, entre eles a própria Wollstonecraft, *María* foi produzido num outro contexto, de decepção e descrença em relação às promessas revolucionárias. E essa desilusão

---

<sup>363</sup> When her friend was all the world to her, she found she was not as necessary to her hapinness; and her delicate mind could not bear to obtrude her affection, or receive love as an alms, the offspring of pity. Very frequently has she ran to her with delight, and not perceiving anything of the same kind in Ann’s countenance, she has shrunk back; and, falling from one extreme into the other, instead of a warm greeting that was just slipping from her tongue, her expressions seemed to be dictated by most chilling insensibility. (WOLLSTOCRAFT, Mary. “Mary, a fiction” ..., p. 10).

com sua época, com os seus ideais, com uma melhoria na condição feminina, transparecem nas páginas de *María*, uma obra bastante sombria, capaz de nos transportar à Inglaterra do século XVIII, a olhar como metade do gênero humano padecia sem qualquer dignidade ou direitos.

Neste romance Wollstonecraft narra a história de María, uma jovem de 26 anos internada em um manicômio, sofrendo por estar longe de sua filha. María, no entanto, não sofre de nenhum distúrbio mental, ela foi encerrada neste hospital por seu marido Vernables, que toma tal decisão porque a esposa decidiu abandoná-lo. María opta pelo fim do casamento depois de descobrir que seu esposo, o qual antes do casamento ela pensara ser honrado e virtuoso, mostrara-se na verdade uma criatura vil e calculista. O ambiente no qual a história se desenrola é o hospital no qual María é internada. Ali ela encontra outros personagens, como a enfermeira Jemima e o também interno Darnford, que devido aos seus ideais republicanos e humanitários, desperta o amor de María. Enquanto travam amizade (e no caso de María e Darnford uma relação amorosa), narram suas histórias de vida uns aos outros.

O que chama a atenção ao longo da trama, entretanto, é como Wollstonecraft problematiza a condição feminina. Naquele período acreditava-se que a dependência das mulheres em relação aos homens se fundamentava na “natural” debilidade do sexo feminino. Segundo os filósofos e moralistas da época, a razão das mulheres era inferior à dos homens. Concebiam-nas como seres frágeis e débeis, que necessitavam de proteção. Por isso deveriam estar sempre sob a tutela de algum homem, primeiro do pai e depois do marido. A identidade jurídica e econômica lhes era negada e cabia aos pais a guarda dos filhos. Nesse sentido, a possibilidade de uma vida independente para as mulheres era quase impensável, seu destino era ser esposa e mãe.

No romance *María*, entretanto, Wollstonecraft inova ao mostrar a condição feminina como produto da experiência social e histórica das personagens. Para a autora, a dependência feminina não é natural. Esse estado “artificial” do feminino seria fruto de uma organização social desigual, com oportunidades diferenciadas para cada sexo. A sociedade, ao não oportunizar às mulheres meios para crescer como indivíduos, mantinha-as em estado de dependência, situação essa que se mostrava extremamente prejudicial para elas. No prefácio de *María* Wollstonecraft expõe seu principal objetivo ao escrever a obra: “o desejo de mostrar

a miséria e a opressão que são próprias das mulheres e que resultam tanto das leis parciais como dos costumes da sociedade.”<sup>364</sup>

E é isso que a autora faz, narrando pela fala das próprias mulheres, as dificuldades que elas enfrentaram ao longo de suas vidas. María, por exemplo, conta que por causa de seu vultoso dote ela acabou atraindo a atenção do interesseiro e mau caráter Vernables. Este a conquistou facilmente, afinal ela desejava muito se casar e não aprendera a distinguir entre a aparência e a verdade. Fica explícito a crítica de Wollstonecraft ao ideal de amor romântico e ao despreparo das mulheres para lidar com os homens.

Lembremos que os romances de Richardson fizeram um sucesso estrondoso em sua época em parte por apontar idealizações românticas que vinham ao encontro das dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Wollstonecraft também apontou os problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade inglesa do XVIII, mas não elegeu o matrimônio como a única ou a melhor solução. Na verdade, ela pensava que colocar o casamento como única possibilidade de sobrevivência para as mulheres as levava a se casar por interesse, a centrar suas aspirações nos desejos masculinos, a se preocupar somente com a aparência.

É interessante comentar ainda que a virtude feminina idealizada por autores como Richardson e Rousseau preconizava que as mulheres mantivessem completa ignorância com respeito aos homens (seus desejos sexuais) e às relações amorosas até o casamento. Para nossa pensadora essa completa ignorância não contribuiria em nada para que as mulheres soubessem escolher bons companheiros. Além disso, ela percebeu o quanto esse ideal de virtude era paradoxal. Em *Vindication*, ao discorrer sobre esse assunto, ela diz:

uma mulher autenticamente modesta não podia ser autenticamente inocente. Se o era, seria inevitavelmente uma presa fácil de um jogo de sedução cujas regras não conhecia de todo. A única maneira de não trair-se e de ser verdadeiramente “modesta” era aparentar ser inocente, mas não sê-lo.<sup>365</sup>

Ao continuar narrando sua triste história, María também fala dos problemas que enfrentou ao querer separar-se de seu vil marido. O divórcio era custoso e difícil, sua filha lhe

---

<sup>364</sup> el deseo de mostrar la miséria y la opresión que les son propias a la mujeres y que resultan tanto de las leyes parciales como de las costumbres de la sociedad. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *María, o los agravios de la mujer*. Barcelona: Litera Books, 2002. p. 8)

<sup>365</sup> una mujer auténticamente modesta no podía ser auténticamente inocente. Se lo era, sería inevitablemente presa fácil de un juego de seducción cuyas reglas no conocía del todo. La única manera de no traicionarse y de ser verdaderamente “modesta” era la de aparentar ser inocente, pero no serlo. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación...*, p. 77)

seria tirada, sua reputação arruinada. Ao perceber a impossibilidade de buscar uma nova vida, ela chama a atenção para a desigualdade de privilégios existentes entre mulheres e homens:

Não se pode tirar um esposo infiel de sua própria casa, nem se separar dele ou arrancar-lhe os filhos, por mais culpado que possa ser; e ele, dono ainda de sua própria sorte, goza dos sorrisos do mundo que a marcariam com a infâmia se, buscando consolo, ousasse represálias.<sup>366</sup>

As trajetórias de outras mulheres, como a enfermeira Jemima e a empregada Peggy (que trabalhara na casa da família de María), também são utilizadas pela autora para mostrar como a condição de vida das mulheres é produto da opressão social que enfrentavam. Jemima, ainda bastante jovem, fora obrigada a ceder sua honra a um patrão libertino. Depois disso, ela conta como fora difícil sobreviver. Desonrada, o casamento, a única possibilidade de sobrevivência para as mulheres, estava interdito para ela. Dessa forma, ela tem que se resignar a viver da prostituição. Peggy, cuja história é contada por María, perde o marido ainda jovem, ficando desamparada, sem meios de manter aos filhos e a si. Parece claro, dessa forma, que Wollstonecraft tenta demonstrar que o casamento não deveria ser a única possibilidade de existência para as mulheres e que os moralistas e filósofos, ao defender tal desatino, não se inteiravam das reais condições de vida das mulheres. Wollstonecraft, diferente dos pensadores de sua época, consegue delinear um discurso coerente sobre o lugar das mulheres devido à importância que atribuiu à experiência.

Não podemos negar, dessa forma, que em ambos os livros Wollstonecraft transgride a lógica do romance sentimental, o qual caracteristicamente centra sua trama na história da heroína que vence ao conquistar seu amado com a retidão, a pureza e a virtude. A vitória é alcançada com o almejado enlace matrimonial. Se em *Mary*, ela centra sua narrativa no processo de autoaprimoramento da personagem principal, tratando seus *affairs* de forma secundária, em María ela centra sua argumentação na demonstração das perfídias da instituição matrimonial, particularmente quanto aos problemas que oferece às mulheres. Não podemos pensar, entretanto, que Wollstonecraft é contra o matrimônio. Na verdade, ela critica a forma que esta instituição tomou na época. Alguns estudiosos de sua obra, entretanto, defendem que ela não conseguiu escapar da lógica sentimental, pois investiu no romance de

---

<sup>366</sup> No puede echar a un esposo infiel de su propia casa, ni separar de él o arrancarle a sus hijos, por culpable que pueda ser; y él, dueño aún de su propia suerte, goza de las sonrisas de un mundo que marcaría a ella con la infamia si, buscando consuelo, osase tomar represalias. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *María...*, p. 139)

María e Darnford. Quanto a isso, defendemos duas hipóteses. A primeira, com base em Johnson, é de que Wollstonecraft estava sendo claramente sarcástica. Ao falar que María se enamora de Darnford, a narradora se pergunta “pois que possibilidade tinha María de escapar, quando a compaixão, o pesar e a saudade conspiravam para abrandar sua mente e alimentar desejos românticos e, a partir de um progresso natural, de românticas expectativas?”<sup>367</sup>. Lembremos que, para Wollstonecraft, o sentimentalismo romântico (disseminado por vários discursos e práticas) já era quase “inerente” ao feminino, encarado pelas mulheres como sua única alternativa de felicidade. Segundo Johnson, para Wollstonecraft esse *affair* representava uma espécie de prisão, do qual é necessário escapar, mas ao mesmo tempo, algo quase impossível.<sup>368</sup>

Uma segunda alternativa é interpretar o romance de María e Darnford (ou mesmo entre Mary e Henry) como a idealização, por parte da autora, de um novo modelo de relação amorosa, baseado na empatia e amizade entre indivíduos iguais, que se atraem mutuamente por suas qualidades superiores. Ao longo da obra, percebemos que tanto Darnford quanto María são retratados como indivíduos virtuosos e esclarecidos. Talvez também seja provável, devido à característica autobiográfica das obras de Wollstonecraft que os romances simbolizassem os relacionamentos amorosos da própria autora. O casamento de María e Vernables representaria a relação desastrosa e insatisfatória de Wollstonecraft e Imlay. O romance de María e Darnford, seu casamento com Godwin. Com Imlay ela perde a razão e se deixa cegar pela paixão por um homem inconsequente. Com Godwin, ela vive um amor entre iguais, baseada no respeito e na cumplicidade.<sup>369</sup>

Ao discutir sobre os casais igualitários delineados por Wollstonecraft não podemos deixar de refletir o quanto a valorização da sensibilidade, cada vez mais patente no século XVIII, fundamentou sua idealização de relações amorosas menos assimétricas entre mulheres e homens. Em ambos os romances é visível que a sensibilidade dos protagonistas (Mary/Henry e María/Darnford) se caracteriza como um fator de atração e empatia entre aqueles indivíduos.

No primeiro romance, por exemplo, Mary e Henry se conhecem em meio a um grupo de aristocratas portuguesas (durante viagem a Lisboa). Logo a sensibilidade e o conhecimento

---

<sup>367</sup> qué posibilidad tenía, pues, María de escapar, cuando la compasión, el pesar y la soledad conspiraban todos para ablandar su mente y alimentar románticos deseos y, a partir de un progreso natural, románticas expectativas (Ibid, p. 51)

<sup>368</sup> JOHNSON, Claudia. *Mary Wollstonecraft's novels...*, p. 203.

<sup>369</sup> Sobre as relações amorosas de Wollstonecraft, ver TOMALIN, Claire. *Vida y muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona: Montesinos, 1993. p. 182-189 e 252-265.



dos protagonistas diante da superficialidade daqueles outros indivíduos faz com que se sintam atraídos, provocando seu distanciando do restante do grupo.

Ele era muito pensativo, e provavelmente foi sua melancolia que mais atraiu Mary, ela não tinha achado então sua fala superior ao restante do grupo. Quando ela conversou com ele, todas as faculdades da sua alma desdobraram-se por elas mesmas; o gênio animou seu rosto expressivo; e os gestos mais graciosos e sinceros deram energia ao seu discurso.

Eles frequentemente discutiam os assuntos mais importantes, enquanto o restante cantava ou jogava cartas...

Henry era um homem de erudição, ele estudou a humanidade, conhecia muitos dos meandros do coração humano, da origem de muitas de nossas enfermidades. Seu gosto era justo, porque tinha como medida- Natureza, que ele observava com olhar crítico. Mary não poderia deixar de pensar que na companhia dele sua mente expandiu, pois ele observava além da superfície.

Ele era um homem pio, seus racionais sentimentos religiosos eram fruto de sua sensibilidade; e, exceto em algumas ocasiões particulares, mantinha-os nos limites adequados, estes sentimentos formaram seu temperamento, ele era gentil, e facilmente aplacado.<sup>370</sup>

A relação entre a valorização da sensibilidade e a emergência do sentimento de igualdade ao longo do século XVIII foi discutida por Lynn Hunt num dos capítulos de sua obra *A invenção dos Direitos humanos: uma história*. A autora discorre sobre como o romance, gênero literário emergente naquele período, possibilitou uma nova forma de empatia entre o público leitor. Os leitores do século XVIII, como as pessoas antes deles, sentiam empatia por aqueles que lhes eram próximos e por aqueles que eram muito obviamente seus semelhantes: as suas famílias imediatas, os seus parentes, as pessoas de sua paróquia, os seus iguais sociais costumeiros em geral. Mas as pessoas do século XVIII tiveram que aprender a sentir empatia cruzando fronteiras mais amplamente definidas. O distanciamento entre as classes, por exemplo, era

---

<sup>370</sup> He was frequently very thoughtful, or rather melancholy would of itself have attracted Mary's notice, if she had not found his conversation so infinitely superior to the rest of the group. When she conversed with him, all the faculties of her soul unfolded themselves; genius animate her expressive countenance; and the most graceful, unaffected gestures gave energy to her discourse.

They frequently discussed very important subjects, while the rest were singing or playing cards...

Henry was a man of learning; he had also studied mankind, and knew many of the intricacies of the human heart, from having felt the infirmities of his own. His taste was just, as it had a standard – Nature, with he observed with critical eye. Mary could not help thinking that in his company her mind expanded, as he always went below the surface. She increased her stock of ideas, and her taste was improved.

He was a pious man; his rational religious sentiments received warmth from his sensibility; and, except on very particular occasions, kept it in proper bounds, these sentiments had likewise formed his temper, he was gentle, and easily to be intreated. (WOLLSTONECRAFT, Mary. "Mary, a fiction" ..., p. 24)

muito profundo. Para ilustrar podemos utilizar um exemplo retirado do livro *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*, de Elisabeth Badinter. Segundo a autora, a companheira de Voltaire, Madame Du Châtelet, não tinha pudores em se pôr nua para trocar de camisa ou tomar banho diante dos empregados homens. Para a aristocrata francesa, somente a consideração de seus pares importava. Os lacaios mal eram vistos como homens.<sup>371</sup> Ou seja, a igualdade idealizada pelos pensamentos iluminista e liberal só seria possível quando os camareiros fossem também vistos como seres humanos.

Livros como *Pamela* (1740) e *Clarissa* (1747-8), de Samuel Richardson, e *Júlia* (1761), de Jean-Jacques Rousseau, levavam os leitores a se identificar com personagens comuns, que lhes eram por definição desconhecidos. Os leitores sentiam empatia pelos personagens, especialmente pela heroína e pelo herói, graças aos mecanismos da própria forma de narrativa.<sup>372</sup> Os romances tornavam a Júlia de classe média e até criados como Pamela, a heroína do romance de mesmo nome escrita por Richardson, iguais ou mesmo superiores a homens ricos como o Sr. B., o empregador e futuro sedutor de Pamela. Os romances apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos, e muitos deles mostravam em particular o desejo de autonomia. De acordo com Hunt, ao lê-los, as pessoas sentiam empatia além das fronteiras sociais tradicionais entre os nobres e os plebeus, os senhores e os criados, os homens e as mulheres. Em consequência, passavam a ver os outros - indivíduos que não conheciam pessoalmente- como seus semelhantes, tendo os mesmos tipos de emoções internas.<sup>373</sup> É interessante pensar no quanto isso contribuiu para desestruturar barreiras psicológicas de gênero arraigadas. Tanto os homens quanto as mulheres, por exemplo, se identificavam com as heroínas desses romances. Hunt chama atenção para o que C. J. Panckoucke, que se tornaria um famoso editor, disse a Rousseau: “Senti passar pelo meu coração a pureza das emoções de Júlia”. Ou seja, a identificação psicológica que conduz à empatia cruzava

<sup>371</sup> BADINTER, Elisabeth. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Discurso Editorial: Duma Duetto: Paz e Terra, 2003. p. 58. Essa atitude não era própria de Madame Du Châtelet apenas e não chocava seus pares. A consciência de fazer parte da elite da sociedade favorecia, ao mesmo tempo, um sentimento de superioridade e de distância em relação aos outros. De antemão acima do vulgo, a elite se dá o direito de negligenciar as regras às quais se submete o comum dos mortais.

<sup>372</sup> As três obras citadas, *Pamela*, *Júlia* e *Clarissa*, eram romances epistolares. Esse gênero de romance, muito comum naquele contexto, contribuiu largamente para a identificação do público leitor com os personagens. No romance epistolar, não há nenhum ponto de vista autoral fora e acima da ação (como mais tarde no romance realista do século XIX). O ponto de vista autoral são as perspectivas dos personagens expressas nas suas cartas. Os “editores” das cartas, como Richardson e Rousseau se denominavam, criavam uma sensação vívida da realidade exatamente porque a sua autoria ficava obscurecida dentro da troca de cartas. Isso tornava possível uma sensação intensificada de identificação, como se o personagem fosse real, e não fictício.

<sup>373</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras: 2009. p. 39 e 40.

claramente as fronteiras de gênero. Como as leitoras, os homens se identificavam com a própria Júlia. A luta de Júlia para dominar as paixões e levar uma vida virtuosa tornava-se a sua própria luta.<sup>374</sup>

Wollstonecraft, admiradora de Rousseau,<sup>375</sup> leitora de Richardson, certamente sentiu essa empatia, tanto que posteriormente defendeu em seus romances a sensibilidade, além da razão, como indicador da igualdade de gênero. Fica explícita em sua narrativa a percepção desse novo sentimento de igualdade (baseando na interioridade, na subjetividade dos indivíduos), passível inclusive de fundamentar um novo tipo de relação amorosa, baseada na admiração, na cumplicidade, nos interesses em comum.

Por fim, ao ler *María*, não podemos deixar de sentir um clima de desilusão, de descrença quanto às possibilidades de emancipação das mulheres. Wollstonecraft mostra como elas descobrem um mundo vazio de oportunidades e de felicidade, como parecem destinadas à dor e ao sofrimento. Infelizmente nesta obra ela não oferece muitas alternativas a este quadro. Todas suas personagens parecem fadadas à infelicidade (mesmo a relação de María e Darnford parece destinada ao fracasso, mas como o livro ficou inacabado devido à morte de Wollstonecraft não há como saber com certeza). Segundo Johnson, isso é influência do desapontamento de Wollstonecraft com as promessas revolucionárias em relação a uma transformação da condição feminina, como se nossa pensadora tivesse perdido seu entusiasmo e esperanças nesse sentido. Ao discutir as mudanças que perpassam as obras de Wollstonecraft, essa estudiosa afirma:

Se *Mary, a Fiction* trata o corpo feminino e seus desejos como um problema para ser transcendido, e se o *Rights of Woman* assume que isso pode ser sublimado através da masculinidade, *The Wrongs of Woman; or, María* começa a questionar se o corpo feminino pode ser tratado como uma solução.<sup>376</sup>

---

<sup>374</sup> Como citado por Hunt in: HUNT, op. cit., p. 48.

<sup>375</sup> Ao enamorar-se por Darnford, María o idealiza como o personagem St. Preux, protagonista de *A Nova Heloísa*. Vendo o amado pela primeira vez, María pensa que “la personificación de Saint Preux, o de un amante ideal muy superior, se hallaba tras este modelo imperfecto”. (WOLLSTONECRAFT, Mary. *María...*, p. 36). Júlia e St. Preux, descritos por Rousseau como indivíduos virtuosos, generosos, sensíveis, servem de modelo para o casal delineado por Wollstonecraft (inclusive na consciência da própria personagem).

<sup>376</sup> If *Mary, A Fiction* treats the female body and its desires as the problem to be overcome, and if the *Rights of Woman* assumes that it can be subsumed under masculinity, *The Wrongs of Woman; or, María* begins to wonder whether the female body can be treated as a solution. (JOHNSON, Claudia. *Mary Wollstonecraft `s novels...*, p. 199)

Pensamos, entretanto, que nossa autora mantém ao menos um fio de esperança, pois a personagem María escreve suas memórias e as destina à filha, prevenindo-a sobre as “armadilhas” as quais as mulheres estão sujeitas.

Para concluir, o que percebemos com a leitura e análise das obras de Wollstonecraft é que tratam de muitas das ideias emergentes no período, como os novos ideais de casamento e amor, incipientes modelos de feminilidade, além dos ideários individualistas e igualitaristas. Procuramos demonstrar ao longo deste trabalho que o envolvimento de Wollstonecraft com essas novas representações e idealizações não foi somente de ordem teórica, mas também de ordem prática. Podemos dizer que a análise da vida e da obra desta pensadora nos permitiu compreender como um indivíduo (de gênero específico) experienciou, refletiu e teorizou sobre novas formas de se viver e de se relacionar. Não podemos deixar de sublinhar que as obras de Wollstonecraft, extremamente calcadas em suas próprias experiências, ilustram a trajetória de uma mulher que viveu e tentou compreender o mundo e a si mesma num contexto histórico de transição, marcado por contradições, paradoxos, avanços e reversos (particularmente no que diz respeito às mulheres).

Através das páginas de *Thoughts, Vindication, Mary e María*, percebemos como as experiências malfadadas de Wollstonecraft em relação ao ideal da *proper lady* a levaram a desenvolver um inconformismo em relação ao modelo de feminilidade hegemônico. E como a partir disso ela buscou, muitas vezes de forma desconstruída e ambígua, construir e vivenciar uma outra forma de ser mulher, inicialmente calcada na preocupação rousseauiana e dissidente pela integridade pessoal diante das convenções sociais, posteriormente fundamentada na sua adesão aos princípios iluministas e liberais. Seus dois romances ilustram bem esse processo. Não há como negar que em ambos ela procura de autorretratar, a escolha de seu próprio nome para as heroínas dos dois romances atesta essa hipótese. No primeiro romance, temos Wollstonecraft, ficcionalizada na personagem Mary, centrada no seu processo de autoconhecimento e de busca por um companheiro ideal. No segundo romance (e último livro da autora) vemos uma Wollstonecraft ficcionalizada na personagem María, desiludida com as possibilidades de ser mulher naquele contexto, devido aos limites do pensamento iluminista e liberal quanto aos direitos femininos, ainda mais desiludida ante a ineficácia da Revolução Francesa em efetuar uma mudança real na condição de vida das mulheres. Mas, a autora não perde totalmente as esperanças, pois, apesar de descrever as perfídias da instituição matrimonial, demonstra ainda acreditar na possibilidade de se encontrar um companheiro ideal, como Darnford, que a nosso ver representa seu esposo e amigo Godwin, com o qual ela tinha uma relação de cumplicidade e conhecimento. Também

é significativo o fato da personagem María escrever suas memórias à filha, no intuito de conscientizá-la sobre suas experiências e pensamentos acerca da difícil situação de vida das mulheres, como uma forma de não permitir que uma experiência de vida significativa se perdesse, como uma maneira de transmitir suas reflexões para gerações futuras, que talvez pudessem viver em períodos mais prósperos para as mudanças de gênero. Se o desejo da personagem representava o desejo de Wollstonecraft, podemos afirmar que ela o alcançou, pois suas reflexões sobre a emancipação feminina, delineadas nas páginas de suas inúmeras obras, perduraram ao longo dos séculos e germinaram em contextos mais profícuos. Tanto que atualmente a pensadora inglesa tem a honra de ser considerada a precursora do feminismo.

## CONCLUSÃO

Um dos principais objetivos do nosso trabalho foi entender a relação entre o contexto histórico e os discursos sobre a emancipação das mulheres produzidos por Mary Wollstonecraft, no intuito de compreender seus fundamentos. Nesse intuito, revisitamos o contexto sociocultural no qual ela viveu. Foram analisados desde os discursos iluministas, que idealizavam ideários universalistas de igualdade, liberdade e autonomia, até as representações e práticas que norteavam a vida das mulheres inglesas daquela época. O que descobrimos, ao analisar a trajetória dessa pensadora, é que ela viveu num período extremamente ambíguo no que diz respeito à existência feminina. Ela tentou compreender a si mesma, não só no contexto potencialmente liberador da crítica radical e ilustrada à *Velha Ordem*, mas também teve que definir a si mesma em pleno processo de conformação ideológica do ideal da *proper lady*: a definição social da mulher como epítome dos valores morais e privados, como o “anjo doméstico”. Sua identidade social se constituiria, nesse sentido, na sublimação da feminilidade pela abnegação, pela castidade e pelo sentimento. Uma feminilidade que consistia para as mulheres na dissolução de suas individualidades em um genérico feminino marcado, não só pelo privado e pela subordinação ao homem público, mas também pela sua suposta capacidade de encarnação dos valores da natureza. Em certo sentido, a conclusão seria que o “homem faz” e a “mulher é”.

O mais interessante na experiência de Wollstonecraft foi a impertinência com que ela tentou transcender esse tipo de distinção e em sua negativa vital e intelectual de ficar encerrada no papel de um *ser* que lhe negava o *fazer*. O que concluímos, ao analisar sua vida e alguns de seus escritos, é que ao longo de sua vida e obra ela percorreu o difícil caminho do desvelamento dos paradoxos da ideologia liberal (e do ideal puritano de mulher e de matrimônio) que, ao mesmo tempo em que proporcionavam os argumentos para seu reconhecimento como indivíduo racional, livre e eticamente formado, a confinavam ao idealizado e subordinado papel de uma Sofia rousseuniana.

Ou seja, sua crítica ao caráter excludente dos discursos iluminista e liberal em relação às mulheres surge no interior desse pensamento, fundamentada na vivência de seus limites e paradoxos. Como afirmamos anteriormente, entre os fatores que contribuíram para o posicionamento crítico da pensadora, destacamos sua identidade de gênero, a qual lhe permitiu experimentar as incongruências de ser mulher naquele contexto (social, político e intelectual), e também lhe possibilitou amparar suas reflexões em suas próprias experiências

(lembramos que a escrita de caráter autobiográfico era muito comum entre as escritoras mulheres - que em sua maioria não tinham acesso aos abstratos e complexos debates eruditos - por isso escreviam sobre seu cotidiano, suas impressões, enfim, suas experiências individuais).

Nesse processo de desvelamento a pensadora inglesa conscientizou-se que os progressos de sua razão crítica e da linguagem estavam impregnados, quando não submetidos, aos mesmos valores que ela pretendia questionar. Dessa forma, podemos dizer que Mary Wollstonecraft não só enfrentou o mundo a sua volta, tentando mudá-lo, mas também teve que enfrentar a si mesma, na medida em que boa parte de sua trajetória – pessoal e intelectual – por mais radical que chegasse a ser, derivava e estava condicionada aos mesmos valores implícitos na cultura que ela buscou num primeiro momento resistir e posteriormente transformar.

A posição de intelectual radical e iluminista se mostrava extremamente paradoxal se ocupada por uma mulher. Ao se constituir a partir dessa identidade, Wollstonecraft encarnou em sua vida e em sua obra, de maneira extraordinária, as grandes correntes de pensamento e tensão de sua época e de seu país. Público e privado, puritanismo e radicalismo, racionalismo iluminista e subjetividade romântica (razão e sentimento, em suma), reflexão e experiência, cultura e natureza, as quais se combatem e se animam entre si ao longo das páginas nas quais ela registrou seu pensamento. Indiferente aos momentos em que essas dicotomias se contrapõem em sua reflexões, interessa-nos aqui ressaltar como Wollstonecraft as condensou ao tratar de sua temática mais cara: a emancipação das mulheres, tema ao qual ela dedicou a maior parte de suas obras. Afinal, para Wollstonecraft não se tratava de uma simples inquietação intelectual, mas de uma questão vital como procuramos delinear ao longo da análise.

Ao longo do terceiro capítulo explicitamos como Wollstonecraft, ao problematizar a condição feminina na sua época e reivindicar uma nova posição para as mulheres, aliou reflexão e experiência, teoria e prática. Também buscamos demonstrar como sua defesa de uma igualdade realmente universal, que abarcasse homens e mulheres, se fundamenta em suas crenças dissidentes, na sua adesão aos ideários iluministas e liberais e também na sua valorização da sensibilidade, dos sentimentos.

Para compreender como foi possível à autora articular linhas de pensamento dicotômicas, de forma coesa e coerente, resultando numa argumentação bastante convincente para os leitores, retomamos algumas reflexões delineadas no tópico “Escrita e experiência” do terceiro capítulo. A análise de obras de autoria feminina exige que entendamos as limitações

que as escritoras mulheres enfrentam no seu processo de criação. Aquelas que se dedicaram a escrita ao longo dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, enfrentaram o desestímulo social, a falta de referências e a ambiguidade que caracterizava a identidade de escritora. Também ressaltamos anteriormente como é importante compreender os fatores que as permitiram escrever, apesar das dificuldades de autoria. Nesse sentido, não podemos deixar de sublinhar o quanto os paradoxos e as contradições presentes na estrutura social e simbólica podem apresentar um potencial criativo para a produção literária feminina. No caso específico de Mary Wollstonecraft, a posição paradoxal que ocupou como pensadora radical e iluminista, propiciou que conhecesse e articulasse linhas de pensamento contraditórias naquele período, um feito difícil para um escritor (de gênero masculino), que ocupava posições sociais, intelectuais, e culturais bem definidas, por isso em determinados aspectos mais limitadoras. Como escritora e pensadora (de gênero feminino), Wollstonecraft teve que transitar entre os sistemas de gênero dicotômicos, como, por exemplo, ao relacionar a reflexão (idealizada como algo próprio da identidade masculina, mas a qual ela teve determinado acesso ao ocupar a posição de pensadora) à experiência (naquele período relacionada mais à identidade feminina).<sup>377</sup> O que concluímos, enfim, é que a subjetividade ambígua de Wollstonecraft, marcada por posições de gênero antagônicas, imprecisas, permitiu-lhe problematizar a identidade feminina de forma inovadora e transgressora e idealizar um novo ideal de ser humano.

O ideal de indivíduo idealizado por Wollstonecraft poderia ser definido como pluralista. Ao imaginar uma humanidade que abarcasse homens e mulheres, ela acabou delineando um indivíduo impreciso, aberto, que não é regido somente pela razão, mas também pela sensibilidade, que não fica restrito ao espaço público, mas também transita pelo privado, que busca a verdade por meio da religião e da ciência, e que é ao mesmo tempo produto da natureza e da cultura. A nosso ver, entretanto, essa imprecisão é o que há de mais admirável em seu pensamento. Mesmo depois de anos de estudo sobre o pensamento dessa mulher admirável, tentamos compreender como ela conseguiu problematizar uma das ilusões coletivas mais arraigadas da nossa cultura, a qual as próprias teóricas de gênero se debatem

---

<sup>377</sup> A compreensão da experiência e do pensamento de Wollstonecraft pode contribuir para que ultrapassemos a visão de que a criação literária e artística das mulheres é somente problemática e limitadora, enquanto a dos homens é profícua. Visão essa que reafirma de forma ingênua a dicotomia entre masculino e feminino. Ultrapassar esse tipo de olhar propiciaria análises mais refinadas, que vão além das teorizações abstratas de gênero (masculino=homem=criação= inovação X feminino=mulher=limitação), enfocando a complexidade das experiências dos indivíduos reais.



ainda hoje. Referimo-nos à dicotomia metafísica entre masculino e feminino. É devido a ela que nos debatemos incansavelmente entre as seguintes questões: Como devemos nos constituir? A partir da masculinidade ou da feminilidade? Da razão ou do sentimento? Da natureza ou da cultura? Mary Wollstonecraft, que encarnou em sua vida e obra essas tensões de forma aguda, conseguiu apontar uma alternativa interessante. Devemos englobar e articular todas essas variáveis, e assim nos constituir como seres humanos, de uma maneira pluralista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRINCIPAIS:

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the Education of Daughters: With Reflections on Female Conduct, in the more important Duties of Life*. London: Joseph Johnson /St. Paul's Church- Yard, 1787.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Mary, a Fiction*. London: Joseph Johnson, 1788.

Versão utilizada: Wollstonecraft, Mary / Shelley, Mary. *Mary, Maria and Matilda*. London: Penguin Books, 2004.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A Vindication of the Rights of Woman, With Strictures on Political and Moral Subjects*. London: Joseph Johnson, 1792.

Versão utilizada: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los Derechos de la mujer*. (ed. Isabel Burdiel). Madrid: Cátedra, 2000.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *María, or The Wrongs of Woman*. In: *Posthumous Works of the Author of a Vindication of the Rights of Woman, 4 vols*. London, Joseph Johnson, 1798.

Versão utilizada: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Maria, o los agravios de la mujer*. Barcelona: Litera Books, 2002.

### FONTES SECUNDÁRIAS:

BADINTER, Elisabeth (org.) *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYOMAR... Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

DIDEROT, Denis de. "Sobre as mulheres". In: BADINTER, Elisabeth. *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

GODWIN, Willian. *Memoirs of the Autor of A Vindication of the Rights of Woman*. Oxford & New York: Woodstock, 1993.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/.../declaração-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidadã1791.html>.

LOCKE, John. *Pensamientos sobre la educación*. Madrid: Ediciones Akal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Segundo Tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PAINE, Thomas. *Direitos do Homem*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio; ou, Da educação*. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª edição. Rio de Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. OC III

#### REFERÊNCIAS:

BADINTER, Elisabeth. *O que é uma mulher?* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

\_\_\_\_\_. (org.) *CONDORCET, PRUDHOMME, GUYOMAR... Palavras de homens (1790-1793)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

\_\_\_\_\_. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *Rumo equivocado. O feminismo e alguns destinos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento Europeu Moderno. 1º Volume*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BERRIOT- SALVADORE, Évely. “O discurso da medicina e da ciência”. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. 3 Porto: Afrontamento, 1994.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BURDIEL, Isabel. “Introducción”. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindication de los Derechos de la Mujer*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

CASIRRER, Ernst. *Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1994.

CHARTIER, R. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”. *Cadernos Pagu (4) - Fazendo História das Mulheres*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. “O homem de Letras”. In: VOVELLE, M. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

CIRIZA, Alejandra. “A propósito de Jean Jacques Rousseau: contrato, educação e subjetividade”. In: BORON, Atílio. *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: USP, 2006.

COHEN, Michéle. “To think, to compare, to combine, to methodise: Girls’ Education in Enlightenment Britain”. In: SARAH, KNOTT and TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan. 2005.

DECARRIES, Francine. “Teorias Feministas: liberação e solidariedade no plural”. *Textos de História. Revista de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: UnB, 2000, Vol. 8, n. ½.

DULONG, C. “Da conversação à criação”. In: DUBY, G. e PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Moderna*. Vol. 3 Porto: Afrontamento, 1994.

EGER, Elisabeth. "The noblest commerce of mankind: conversation and community in the bluestocking circle". In: KNOTT, Sarah e TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

FALCON, Francisco J. C. *Iluminismo*. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

FLORENZANO, Modesto. *As revoluções burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. O impacto da Revolução Francesa na Inglaterra na década de 1790: história política e historiografia. *Pós-História*, v. 11, pg 23-60, 2003.

FORTES, Luiz R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: Humanitas: Discurso Editorial, 2007.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GODINEAU, Dominique. "A mulher" In: VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAMPE-CASNABET, Michele. "A mulher no pensamento filosófico do século XVIII". In: DUBY, G. & PERROT, M. (org) *História das mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto/São Paulo: Edições Afrontamento/EBRADIL, 1994.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUFTON, Olwen. “Mulheres, trabalho e família”. In: DUBY, G. & PERROT, M. (org) *História das mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/EBRADII, 1994.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras: 2009.

JOHNSON, Claudia L. “Mary Wollstonecraft `s novels”. In: Claudia Johnson. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002.

JONES, Vivien. “Mary Wollstonecraft and the literature of advice and instruction”. In: Claudia Johnson. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. “Advice and Enlightenment: Mary Wollstonecraft and Sex Education”. In: SARAH, KNOTT and TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

KAPLAN, Cora. “Mary Wollstonecraft`s reception and legacies”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. “Uso e abusos do conceito de Representação Social”. In: SPINK, Mary Jane P. (org). *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LOBATO, Josefina Pimenta. *Amor, desejo e escolha*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. *História Social*. N. 4/5, 1998.

\_\_\_\_\_. Da amizade entre homens e mulheres: cultura e sociabilidades nos salões iluministas. *História: Questões e Debates*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, ano 25, n. 46, jan./jun. 2007.

MELLOR, Anne K. “Mary Wollstonecraft’s A Vindication of the Rights of Woman and the woman writers of her day” In: Claudia Johnson. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002.

MOI, Toril. *Teoria literária feminista*. Madri: Cátedra, 1988.

MORAN, Mary Catherine. “Between the Savage and the Civil: Dr John Gregory’s Natural History of Feminity”. In: KNOTT, Sarah e TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PORTER, Roy. *England in the Eighteenth Century*. Harvard University Press: 1998.

\_\_\_\_\_. *Enlightenment: Britain and the creation of the Modern World*. London: Penguin Books, 2000.

POOVEY, Mary. *The Proper Lady and the Woman Writer. Ideology as Style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley and Jane Austen*. Chicago: Chicago University Press, 1984.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. *Hannah Arendt – Rahel Levin: duas biografias, sujeito e espelho*. Cadernos Pagu (22) 2004.

RICHARDSON, Alan. “Mary Wollstonecraft on education” In: Claudia Johnson. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. Londres: Cambridge University Press, 2002.

SCHIEBINGER, Londa. *Nature's Body: Sexual Politics and Making of Modern Science*. London: Harper Collins Publishers, 1993.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul/dez. 1990.

\_\_\_\_\_. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SLEDZIEWSKI, Élisabeth G. “Revolução Francesa. A Viragem”. In: DUBY, G. & PERROT, M. *História das mulheres. O século XIX*. Porto: Afrontamento, 2000.

SOARES, L. C. Ciência, religião e ilustração: as academias de ensino dissidentes racionalistas ingleses no século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2001.

SONNET, Martine. “Uma filha para educar”. In: DUBY, G. & PERROT, M. (org) *História das mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/EBRADIL, 1994.

SPINK, Mary Jane P. *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.



TAYLOR, Bárbara. “The religious foundations of Mary Wollstonecraft’ s feminism”. In: JOHNSON, Claudia. *The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft*. London: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Mary Wollstonecraft and the Feminist Imagination*. London: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. “Feminists versus Gallants: Manners and Morals in Enlightenment Britain”. In: SARAH, KNOTT and TAYLOR, Barbara. *Women, Gender and Enlightenment*. New York: Palgrave Macmillan. 2005.

THOMPSON, E . P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TOMALIN, Claire. *Vida y Muerte de Mary Wollstonecraft*. Barcelona, Montesinos, 1993.

VÁRNAGY, Tomás. “O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo”. In: BORON, Atílio. *Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx*. São Paulo: USP, 2006.

VINCENT, Bernard. *Thomas Paine: o revolucionário da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VOVELLE, Michel. *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Revolução Francesa explicada à minha neta*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.